

ESTUDOS & PESQUISAS

INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

35

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2015

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Barbara Cobo Soares

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 35

Síntese de Indicadores Sociais

**Uma análise das condições de vida
da população brasileira
2015**

Rio de Janeiro
2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 Estudos e pesquisas

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional.

A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4369-7 (meio impresso)

© IBGE. 2015

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar- Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015.

137p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 35)

Acompanha um CD-ROM, em bolso.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-85-240-4369-7

1. Indicadores sociais - Brasil. 2. Levantamentos domiciliares - Brasil. 3. Brasil - Condições sociais - Estatística. 4. Brasil - Condições econômicas - Estatística. 5. Brasil - População - Estatística. 6. Qualidade de vida - Brasil. 7. Custo de vida - Brasil. I. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 311.141:308(81)
RJ/IBGE/2015-28 DEM

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Aspectos demográficos

Grupos sociodemográficos

Educação

Trabalho

Distribuição de renda

Domicílios

Referências

Anexo

Quadro 1- Classificação das estimativas quanto à precisão

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os indicadores apresentados neste volume da *Síntese de Indicadores Sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015 sistematizam um conjunto de informações sobre a realidade social do País, a partir de temas de grande relevância para a construção de um quadro abrangente e integrado, considerando as distintas dimensões que envolvem a elaboração de um sistema de indicadores sociais. Para esta edição foram analisados os seguintes temas: Aspectos demográficos; Grupos sociodemográficos, englobando Crianças e adolescentes, Jovens, Idosos e Famílias; Educação; Trabalho; Distribuição de Renda; e Domicílios. As desigualdades de gênero, cor ou raça e de rendimentos foram abordadas de forma transversal em todos os capítulos, assim como a comparação temporal de alguns indicadores, de forma a revelar aspectos importantes dos temas aqui abarcados e sua evolução no tempo.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, cuja cobertura abrange todo o Território Nacional. Tais informações da PNAD foram combinadas, em alguns capítulos, a outras fontes de dados existentes, pesquisas e registros administrativos, como o Censo Demográfico 2010, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade 2013, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação. Além disso, os indicadores estão referenciados às recomendações internacionais, à legislação brasileira pertinente e às agendas nacional e internacional de debate dos diferentes temas, das quais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE participa e acompanha.

O CD-ROM que acompanha a publicação contém, além das informações do volume impresso, em formato PDF, as tabelas em formato Excel.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

Com a publicação *Indicadores sociais: relatório 1979*, o IBGE deu início à produção de uma série de estudos sobre as condições de vida da população brasileira, cujas dimensões seriam apreendidas a partir de indicadores, refletindo, em grande medida, as orientações de importantes publicações internacionais, como o *Towards a system of social and demographic statistics* e o *Handbook on social indicators*, que, em linhas gerais, contestavam a utilização de indicadores econômicos – especialmente o Produto Interno Bruto - PIB – como *proxy* das condições de vida das populações.

O pioneirismo do IBGE na produção de indicadores sociais remete à criação, em 1973, do Grupo Projeto de Indicadores Sociais, iniciativa que teve como objetivo adequar a produção de estatísticas sociais do Brasil ao contexto internacional, que era marcado por crescentes críticas ao determinismo econômico na explicação de fenômenos sociais. Partindo da conceituação que confere dimensão sistêmica ao campo social, a proposta desenvolvida pelo referido grupo se opunha à organização puramente temática dos indicadores sociais, sem que fossem levadas em consideração as articulações existentes entre seus “múltiplos aspectos e relações”, bem como da necessidade do seu enquadramento em uma perspectiva histórica. Propunha, por outro lado, que a organização dos indicadores sociais seguisse esquemas conceituais pré-definidos, garantindo, com isso, maior eficácia explicativa (INDICADORES..., 1979, p. 13).

A Síntese de Indicadores Sociais é uma importante fonte de informações para a análise das condições de vida da população brasileira e reflete, em sua estrutura temática e abordagem conceitual, a trajetória dos mais de 40 anos do IBGE na produção e análise dos Indicadores Sociais. Tendo sua primeira versão lançada em 1998 e, desde então, com periodicidade anual – com exceção dos anos censitários – a publicação manteve, ao longo desses anos, sua estrutura baseada

na análise temática de indicadores, organizada a partir da perspectiva das desigualdades sociais. Para tanto, utiliza diferentes fontes de informações internas e externas. Dentre os levantamentos do IBGE, destaca-se como principal a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, além de outras, como o Censo Demográfico, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE e as Estatísticas do Registro Civil. Dentre as pesquisas e registros produzidos por outras instituições, destacam-se os dados do Ministério da Saúde, do então Ministério do Trabalho e Emprego¹ e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP, entre outros. Quando possível e pertinente, também são incorporadas informações de comparação internacional.

Ao longo desses anos a Síntese procurou incorporar à sua estrutura analítica as variedades de aspectos que compõem o campo social e que demandam, portanto, a atenção da sociedade e de usuários de informações sociais. A progressiva incorporação de novos indicadores, a diversificação das formas de apresentação de resultados (com ênfase em diferentes recortes regionais e temáticos) e a proposição de novos temas para serem analisados evidenciam a adequação da Síntese para com as questões concernentes ao campo social debatidas na atualidade.

A recente inclusão, pela Síntese, de indicadores que refletem as discussões tomadas no âmbito internacional em torno da redefinição do conceito de desenvolvimento, que ganhou força nas duas últimas décadas, ilustra bem esta dinâmica. Tal processo esteve embasado inicialmente no documento *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, onde foram propostos novos caminhos para a mensuração do bem-estar que incorporem não apenas indicadores de produção, mas principalmente, informações que qualifiquem as formas de apropriação da riqueza gerada pelos países (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009). Mais recentemente houve a inclusão de elementos fundamentados nas ideias oriundas das discussões em torno da Agenda Pós-2015 da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN) – os denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS – que, ao partirem de uma concepção sistêmica de desenvolvimento, integram as dimensões econômica, ambiental e social em um mesmo *framework* de análise.

Para esta edição da Síntese foram feitos alguns ajustes na forma de apresentação dos resultados. Em primeiro lugar, visando disseminar um número maior e mais completo de informações para os usuários, as tabelas de todos os indicadores foram disponibilizadas, ano a ano, para o período 2004-2014. Devido ao número significativo de tabelas, optou-se por disponibilizá-las apenas no CD-ROM, que acompanha a publicação, e em formato *Web*, disponibilizado no portal do IBGE, na Internet.

Como forma de garantir maior precisão na interpretação dos resultados também foram calculados os coeficientes de variação (CVs) para todos os indicadores selecionados. Indicadores calculados a partir de pesquisas amostrais – como é o caso das PNADs – consistem em uma estimativa do valor real deste indicador para a população de interesse. Para tais estimativas, é possível obter medidas que expressam o quão precisas são. O coeficiente de variação, definido como a razão entre o erro-padrão e a estimativa, é uma destas medidas, sendo geralmente apresentado em

¹ O Ministério do Trabalho e Emprego passou a denominar-se Ministério do Trabalho e Previdência Social, por meio da Medida Provisória n. 696, de 02.10.2015, mediante sua fusão com o Ministério da Previdência Social.

valores percentuais. De forma geral, quanto mais próximo de (0) zero o coeficiente de variação, mais precisa é a estimativa. O Quadro 1, apresentado em anexo, contém a terminologia adotada para classificar os coeficientes de variação quanto à precisão.

Com uma estrutura baseada em capítulos, os temas abordados neste volume da Síntese contemplam, como de costume, aspectos demográficos da população brasileira; análise de grupos sociodemográficos (crianças e adolescentes, jovens, idosos e famílias); desigualdades raciais e de gênero; condições habitacionais rurais e urbanas; características educacionais; indicadores de mercado de trabalho; e distribuição de rendimentos. Procurou-se, sempre que possível, construir séries históricas entre os anos de 2004 e 2014, como forma de viabilizar a apreensão de transformações estruturais relativas às temáticas analisadas. Da mesma forma, privilegiou-se as análises para Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ao final da publicação, o Glossário traz a definição dos diversos conceitos e indicadores utilizados.

Aspectos demográficos

Uma perspectiva importante na análise dos indicadores sociais e das condições de vida de qualquer sociedade corresponde ao seu comportamento demográfico, incluindo tanto o estudo das componentes fecundidade, mortalidade e migração, assim como o tamanho da população, sua dinâmica no tempo, sua distribuição espacial e sua composição segundo diferentes características. Neste capítulo são apresentados indicadores que, mesmo que usualmente não sejam diretamente alvo de políticas públicas, fornecem informações relevantes para entender o panorama social e contextualizar indicadores de outras áreas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, a Região Sudeste foi aquela em que residia a maior parte da população brasileira (42,0%). O Estado de São Paulo detinha o maior contingente populacional, correspondendo a 21,7% da população total do País. Somente a Região Metropolitana de São Paulo (10,3%) tinha participação percentual semelhante à do Estado de Minas Gerais (10,2%), o segundo mais populoso do Brasil. As Regiões Norte (8,5%) e Centro-Oeste (7,5%) apresentaram menor proporção de população residente, sendo que em Roraima residia somente 0,2% da população brasileira (Tabela 1.1, CD-ROM).

Apesar de continuarem sendo as regiões menos povoadas do País, o Norte e o Centro-Oeste tiveram um ligeiro avanço em termos de participação relativa no total da população brasileira, na comparação com o ano de 2004, quando o Norte e o Centro-Oeste detinham 7,9% e 7,0%, respectivamente. Isso se deve ao fato de estas regiões terem apresentado, na última década, uma taxa de crescimento da população acima da média nacional (1,7%, frente à média nacional de 1,0% na taxa média geométrica de crescimento anual) (Tabela 1.1, CD-ROM). Contudo, a despeito do crescimento acima da média nacional nas regiões menos povoadas, a população brasileira ainda apresenta forte nível de concentração nas Regiões Sudeste, Nordeste e Sul.

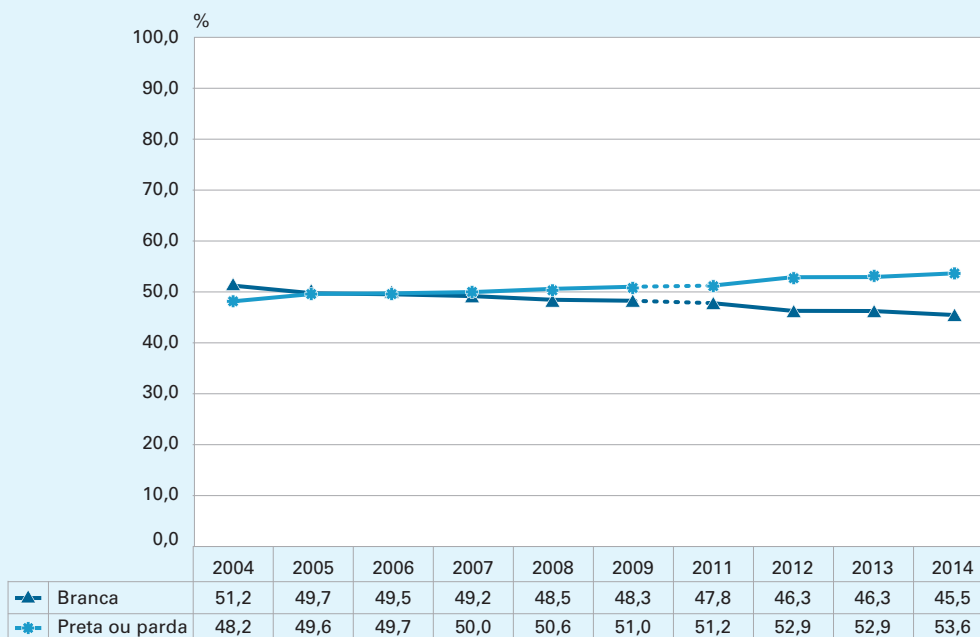
Uma questão relacionada à distribuição da população no território refere-se ao seu processo de concentração em áreas urbanas¹. A taxa de urbanização, medida pela proporção de pessoas que viviam em áreas urbanas, passou de 82,7% em 2004 para 85,1% em 2014, no Brasil. O aumento na taxa de urbanização não foi muito expressivo para o Brasil na década, mas na Região Norte houve o principal aumento, passando de 71,0% para 75,9%. Em 2014, a Região Nordeste apresentou a menor taxa de urbanização, 73,7%. Os Estados do Maranhão (59,2%), Piauí (67,5%), Pará (70,1%) e Alagoas (71,7%) apresentaram menores taxas, enquanto Rio de Janeiro (97,3%), São Paulo (96,6%), Distrito Federal (95,6%) e Goiás (92,2%) concentraram parte significativa de sua população em áreas urbanas (Tabela 1.1, CD-ROM).

A composição da população por sexo normalmente é medida pela razão de sexo, calculada pelo quociente entre o número de pessoas do sexo masculino por 100 pessoas do sexo feminino. Em 2014, a razão de sexo foi de 93,9 para o Brasil, sendo que a composição da população por sexo foi de 51,6% de mulheres e 48,4% de homens. Percebe-se que em todas as Regiões Metropolitanas, em 2014, a razão de sexo foi inferior a 100,0, ou seja, apresentavam maior concentração de mulheres que homens. Entre as Unidades da Federação, Rio de Janeiro apresentou maior proporção de mulheres (53,1%) e menor razão de sexo (88,4 homens por 100 mulheres). Os homens eram maioria no Mato Grosso, Pará e Rondônia, ou seja, com razão de sexo superior a 100,0. O Amapá apresentou equilíbrio na distribuição da população por sexo, com indicador da razão de sexo igual a 100,0 (Tabela 1.1, CD-ROM).

As razões de sexo mais elevadas são em geral encontradas em regiões rurais e de população mais jovem e também naquelas que recebem maiores fluxos migratórios. Em todos os países do mundo nascem mais homens do que mulheres, geralmente em uma proporção de 105 nascimentos de meninos para cada 100 meninas, a chamada razão de sexo ao nascer. Como a mortalidade dos homens é maior para cada idade, a proporção de homens tende a diminuir com o aumento da idade. Por esse motivo, uma população que possui uma maior idade média tende a possuir uma menor razão de sexo.

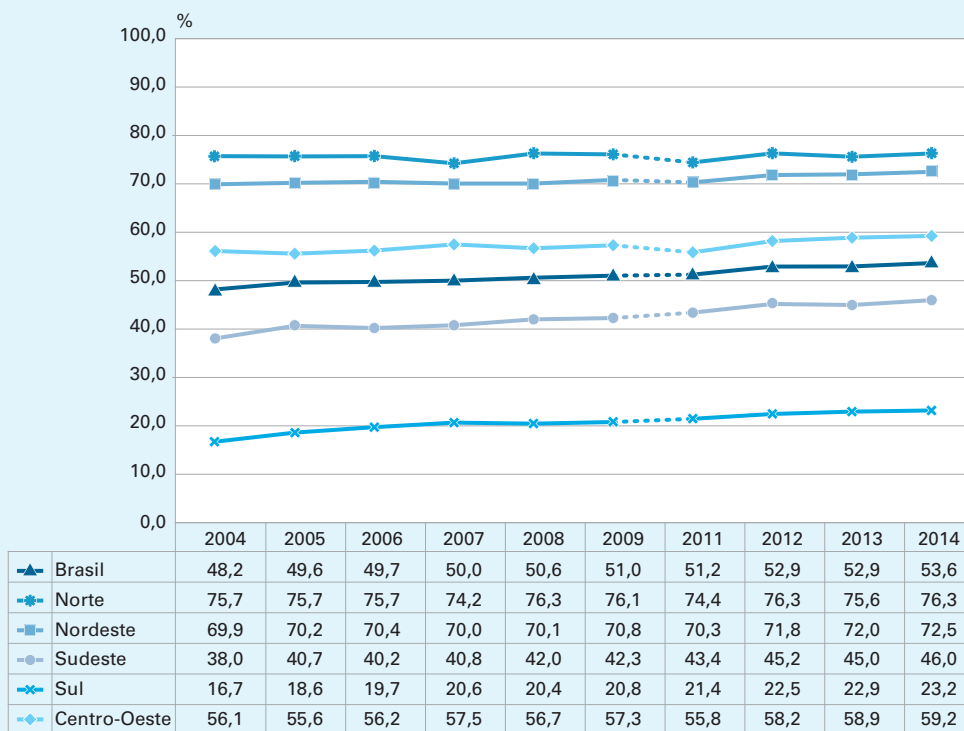
Uma característica relevante para se analisar na população é sua distribuição por cor ou raça. No País, em 2014, mais da metade (53,6%) das pessoas se declaravam como de cor ou raça preta ou parda, enquanto as que se declaravam como brancas foi 45,5%. Em 2004, o cenário era diferente, pouco mais da metade se declarava como branca (51,2%), enquanto a proporção de pretos ou pardos era 48,2%, conforme o Gráfico 1.1 nesta publicação e a Tabela 1.3 no CD-ROM. No mesmo período, houve estabilidade na proporção de pessoas pretas ou pardas nas Regiões Norte (76,3%, em 2014), Nordeste (72,5%) e Centro-Oeste (59,2%), enquanto nas Regiões Sudeste (46,0%) e Sul (23,2%) o aumento na década foi mais expressivo, de acordo com o Gráfico 1.2 nesta publicação, e a Tabela 1.3 no CD-ROM. Ainda assim, em Santa Catarina (15,7%), Rio Grande do Sul (19,7%), Paraná (31,2%) e São Paulo (37,3%) a proporção de pretos ou pardos foi mais baixa, em 2014, e as únicas Unidades da Federação em que pessoas que se declararam como brancas eram maioria. A participação de pretos ou pardos na população foi bastante expressiva no Maranhão (80,6%), Bahia (79,3%), Pará (78,6%) e Tocantins (77,6%), em 2014.

¹ Segundo sua localização, o domicílio é classificado como domicílio de situação urbana ou rural. Os domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, que é definido por lei municipal. Como áreas urbanas consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação das populações urbana e rural.

Gráfico 1.1 - Distribuição percentual da população, por cor ou raça - Brasil - 2004/2014


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

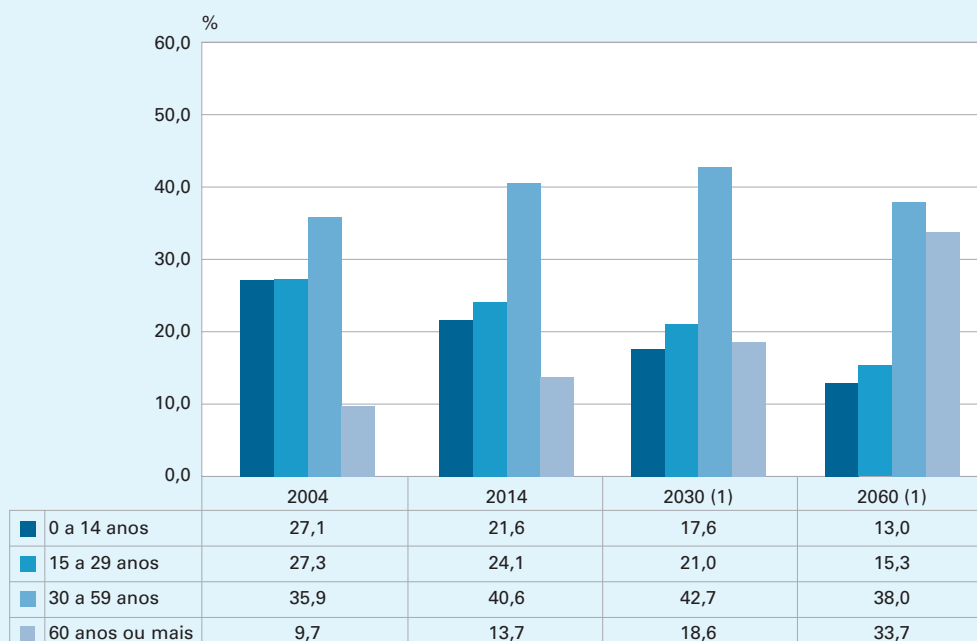
Gráfico 1.2 - Proporção da população preta ou parda, segundo as Grandes Regiões - 2004/2014


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

O envelhecimento populacional, caracterizado pelo aumento da participação percentual dos idosos na população e consequente diminuição dos demais grupos etários, é um fenômeno já evidente no País e tende a ficar mais marcante nas próximas décadas. Em 2004, as pessoas de 0 a 29 anos de idade eram maioria (54,4%) na população, enquanto em 2014 este indicador já diminuiu para 45,7%. Por outro lado, a proporção de adultos de 30 a 59 anos de idade teve aumento no período, passando de 35,9% para 40,6%, assim como a participação dos idosos de 60 anos ou mais de idade, de 9,7% para 13,7%. Informações da Projeção da População por Sexo e Idade, realizada pelo IBGE, divulgada em 2013 (PROJEÇÃO..., 2013) mostram a forte tendência de aumento da proporção de idosos na população: em 2030, seria de 18,6% e, em 2060, de 33,7%. Em 2060, a proporção da população com até 14 anos de idade seria de 13,0%; a de jovens de 15 a 29 anos de idade de 15,3% e a de pessoas de 30 a 59 anos de idade, de 38,0%², conforme o Gráfico 1.3 nesta publicação e a Tabela 1.2 no CD-ROM. Os estados com as maiores proporções de idosos foram Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde cerca de 1 em cada 6 pessoas tinha 60 anos ou mais de idade, em 2014, enquanto os que tinham a maior proporção de crianças (até 14 anos de idade) foram o Acre, Amapá e Amazonas (Tabela 1.2, CD-ROM).

**Gráfico 1.3 - Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade
Brasil - 2004/2060**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060 - Revisão 2013.

(1) Dados projetados.

² No Capítulo 2, **Grupos sociodemográficos**, é feita uma análise mais detalhada sobre os grupos de crianças e adolescentes, de jovens e de idosos.

A razão de dependência total é um indicador que relaciona os grandes grupos etários e reflete mudanças na estrutura etária populacional. É medida pela razão entre as pessoas economicamente dependentes (jovens e idosos) e aquelas potencialmente ativas. Este indicador normalmente é separado em dois grupos etários, que são considerados economicamente dependentes, sendo um deles denominado razão de dependência de jovens e o outro razão de dependência de idosos. Para definir o grupo dos jovens neste indicador, consideraram-se as pessoas com menos de 15 anos de idade. No caso do grupo de idosos, a definição aplicada teve como referência o Estatuto do Idoso, disposto na Lei n. 10.741, de 01.10.2003 (BRASIL, 2003) e, apesar da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN) não determinarem um critério único de idade, há concordância na idade de 60 anos ou mais para a população idosa (HEALTH..., 2013)³. No grupo das pessoas potencialmente ativas estavam aquelas de 15 a 59 anos de idade.

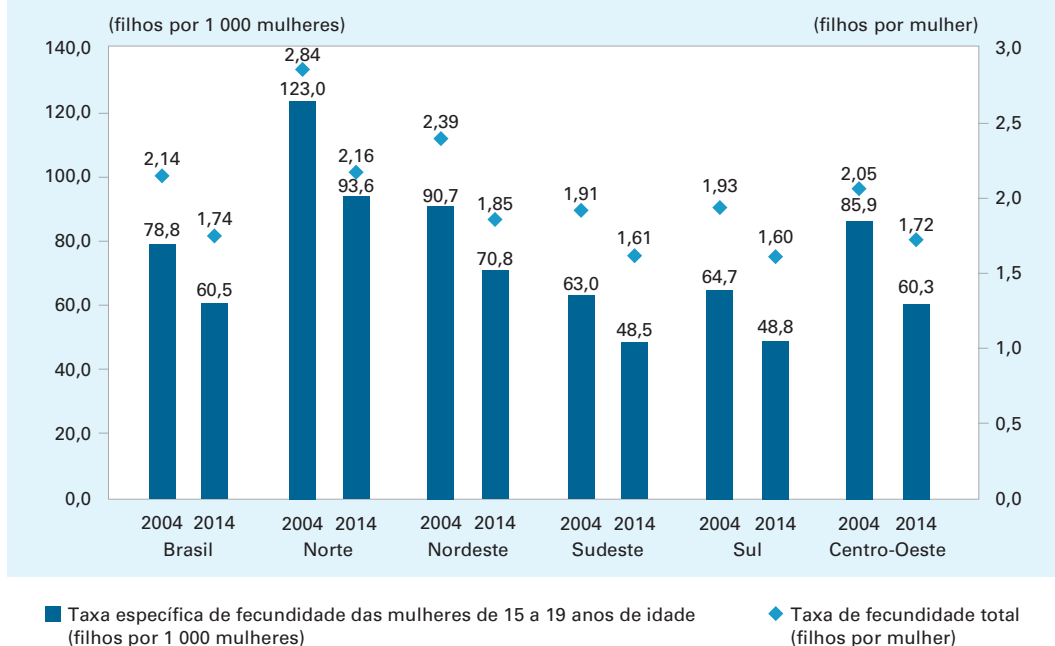
No Brasil, a razão de dependência total passou de 58,3 pessoas economicamente dependentes por 100 pessoas em idade potencialmente ativa, em 2004, para 54,7, em 2014. Sendo assim, o indicador mostra que houve ligeira diminuição do grupo que, por hipótese, é economicamente dependente em relação ao grupo de pessoas potencialmente ativas. Ao analisar o indicador pelos grupos etários das pessoas economicamente dependentes, nota-se que houve uma grande diminuição na razão de dependência dos jovens, passando de 43,0, em 2004, para 33,5, em 2014; enquanto para o grupo dos idosos, no mesmo período, o indicador teve elevação de 15,3 para 21,2, conforme a Tabela 1.4 (CD-ROM).

As mudanças na razão de dependência estão relacionadas ao processo de diminuição da fecundidade e de aumento na longevidade da população, especialmente na população idosa. De acordo com a Projeção da População por Sexo e Idade, do IBGE (PROJEÇÃO..., 2013), o Brasil apresentaria razão de dependência total crescente no período da Projeção, passando de 56,8 para 87,6, entre 2030 e 2060. A razão de dependência de jovens tende a diminuir para 27,6, em 2030, e 24,4, em 2060. A elevação no indicador estaria relacionado especialmente ao aumento na razão de dependência de idosos, que atingiria 63,2 idosos de 60 anos ou mais de idade para cada grupo de 100 pessoas em idade potencialmente ativa, em 2060, tornando-se três vezes maior do que o indicador atual. Dado o rápido processo de envelhecimento populacional que vem sendo experimentado no País, é importante destacar os desafios que surgem neste cenário, que estão relacionados com a previdência social, a saúde, a assistência social, o cuidado e a integração social dos idosos.

³ Na revisão de 2015 das projeções populacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN), (WORLD..., 2015b), foram utilizados diferentes grupos etários para o cálculo da razão de dependência. Na definição do grupo de jovens foram consideradas as pessoas de 0 a 14 anos, 0 a 19 anos ou 0 a 24 anos de idade. Para definição do grupo de idosos foram consideradas as pessoas de 65 ou mais anos de idade ou 70 ou mais anos de idade.

A fecundidade é uma das componentes da dinâmica demográfica, e é principalmente pelo seu comportamento que a estrutura etária da população é definida. Um indicador de fecundidade bastante utilizado é a taxa de fecundidade total (TFT) que mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo (definido como sendo de 15 a 49 anos de idade). De acordo com a Projeção da População por Sexo e Idade (PROJEÇÃO..., 2013), a taxa de fecundidade total para o Brasil passou de 2,14 filhos por mulher, em 2004, para 1,74 filho por mulher em 2014, representando uma queda de 18,6% neste indicador, conforme o Gráfico 1.4 nesta publicação, e a Tabela 1.5 no CD-ROM. Em 2014, a taxa de fecundidade estava acima do nível de reposição populacional (2,10 filhos por mulher) apenas nos Estados do Acre (2,52), Amapá (2,34), Amazonas (2,32), Roraima (2,27), Maranhão (2,22) e Pará (2,15). Os menores valores neste indicador foram observados em Santa Catarina e Distrito Federal (1,57 filho por mulher), Rio Grande do Sul (1,58) e Rio de Janeiro (1,60).

Gráfico 1.4 - Taxa de fecundidade total e taxa específica de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2004/2014



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060 - Revisão 2013 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000/2030 - Revisão 2013.

A distribuição etária da fecundidade é um aspecto importante e pode ser medida pelas taxas específicas de fecundidade, dadas pela razão entre o número de filhos nascidos vivos no ano e o número de mulheres em cada grupo etário do período reprodutivo, no mesmo ano considerado. Em 2014, a taxa específica de fecundidade

das mulheres de 20 a 24 anos de idade era a mais alta, de 91,9 filhos por mil mulheres nesta faixa etária, correspondendo a 26,5% da fecundidade no ano. Isso quer dizer que o grupo de idade de 20 a 24 anos era aquele em que as mulheres tinham a maior propensão a ter filhos no Brasil, em 2014. A taxa específica de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos de idade é importante por caracterizar a fecundidade adolescente. Entre 2004 e 2014 este indicador passou de 78,8 para 60,5 filhos por mil mulheres nesta faixa etária, mas a participação deste grupo na fecundidade total permaneceu alta, passando de 18,4% para 17,4% no mesmo período, de acordo com o Gráfico 1.4 nesta publicação e a Tabela 1.5 no CD-ROM. Mesmo com a forte queda na taxa de fecundidade total nas últimas décadas, ao analisar as informações por Grandes Regiões, nota-se relação entre maior taxa específica de fecundidade das jovens e maior taxa de fecundidade total. É interessante apontar que a taxa específica de fecundidade das jovens de 15 a 19 anos do Norte em 2014 (93,6) era significativamente maior do que este indicador para o Sudeste em 2004 (63,0).

De acordo com as projeções populacionais, realizada pelas Nações Unidas, e divulgadas em 2015 (WORLD..., 2015b), a fecundidade adolescente no Brasil é próxima ao nível observado para a região da América Latina e Caribe (66,5 por mil para o período 2010-15) e abaixo dos níveis africanos (98,5 por mil), mas mais elevada se comparada à Europa (16,2 por mil) e América do Norte (28,3 por mil).

A taxa específica de fecundidade das jovens de 15 a 19 anos de idade e a participação da fecundidade delas na fecundidade total permanece elevada (Tabela 1.5, CD-ROM). É possível definir diferentes características das jovens de 15 a 19 anos de idade entre aquelas que tiveram algum filho nascido vivo e aquelas que não tiveram: em 2014, para aquelas que não tinham filho nascido vivo, grande parte (40,4%) residia na Região Sudeste, 63,2% tinham de 15 a 17 anos de idade, 56,3% eram pretas ou pardas, 78,5% estavam na condição de filha na unidade domiciliar, a escolaridade foi de 8,9 anos de estudo, em média, sendo que 73,7% ainda estavam estudando e cerca de 14,7% não estudavam e não trabalhavam na semana de referência; para aquelas que tinham ao menos um filho nascido vivo, parte significativa (35,8%) residia na Região Nordeste, 65,9% tinha 18 ou 19 anos de idade, 69,0% eram pretas ou pardas, somente 37,1% estavam na condição de filha na unidade domiciliar e 34,2% estavam na condição de cônjuge, a escolaridade foi de 7,7 anos de estudo em média, sendo que somente 20,1% ainda estavam estudando e 59,7% não estudavam e não trabalhavam na semana de referência, 92,5% delas cuidavam de afazeres domésticos por uma média de 27,1 horas semanais, conforme a Tabela 1 nesta publicação e a Tabela 1.11 no CD-ROM.

Tabela 1 - Proporção das mulheres de 15 a 19 anos de idade, por indicação de presença de filho nascido vivo, segundo as características selecionadas - Brasil - 2014

Características selecionadas	Proporção das mulheres de 15 a 19 anos de idade (%)		
	Total	Presença de filho nascido vivo	
		Nenhum filho	1 filho ou mais
Grandes Regiões	100,0	100,0	100,0
Norte	9,4	8,9	13,5
Nordeste	30,7	30,1	35,8
Sudeste	39,6	40,4	33,8
Sul	13,3	13,8	9,4
Centro-Oeste	6,9	6,9	7,5
Grupos de idade	100,0	100,0	100,0
15 a 17 anos	60,0	63,2	34,1
18 e 19 anos	40,0	36,8	65,9
Cor ou raça (1)	99,3	99,3	98,7
Branca	41,5	43,0	29,7
Preta ou parda	57,7	56,3	69,0
Condição na unidade domiciliar (2)	99,7	99,7	99,6
Pessoa de referência	2,6	1,6	10,5
Cônjuge	7,9	4,6	34,2
Filho	73,9	78,5	37,1
Outro parente ou agregado	15,4	15,0	17,9
Nível de instrução mais elevado alcançado (3)	99,7	99,7	99,6
Até fundamental incompleto ou equivalente	22,4	20,1	40,9
Fundamental completo ou equivalente até médio incompleto ou equivalente	52,9	54,0	44,5
Médio completo ou equivalente ou nível mais elevado	24,4	25,6	14,2
Anos de estudo			
Média de anos de estudo	8,7	8,9	7,7
Afazeres domésticos na semana de referência			
Proporção que cuidava de afazeres domésticos	81,8	80,5	92,5
Número médio de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos	16,8	15,3	27,1
Tipo de atividade na semana de referência	100,0	100,0	100,0
Só estuda	54,2	59,0	15,1
Estuda e trabalha	13,6	14,7	5,0
Só trabalha	12,5	11,6	20,2
Não estuda e não trabalha	19,7	14,7	59,7
Proporção que não estuda, não trabalha e não procurava emprego	15,0	10,6	50,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

(1) Exclui as mulheres de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração. (2) Exclui as mulheres cuja condição no domicílio era de pensionistas, empregadas domésticas ou parente do empregado doméstico. (3) Exclui mulheres com nível de instrução não determinado.

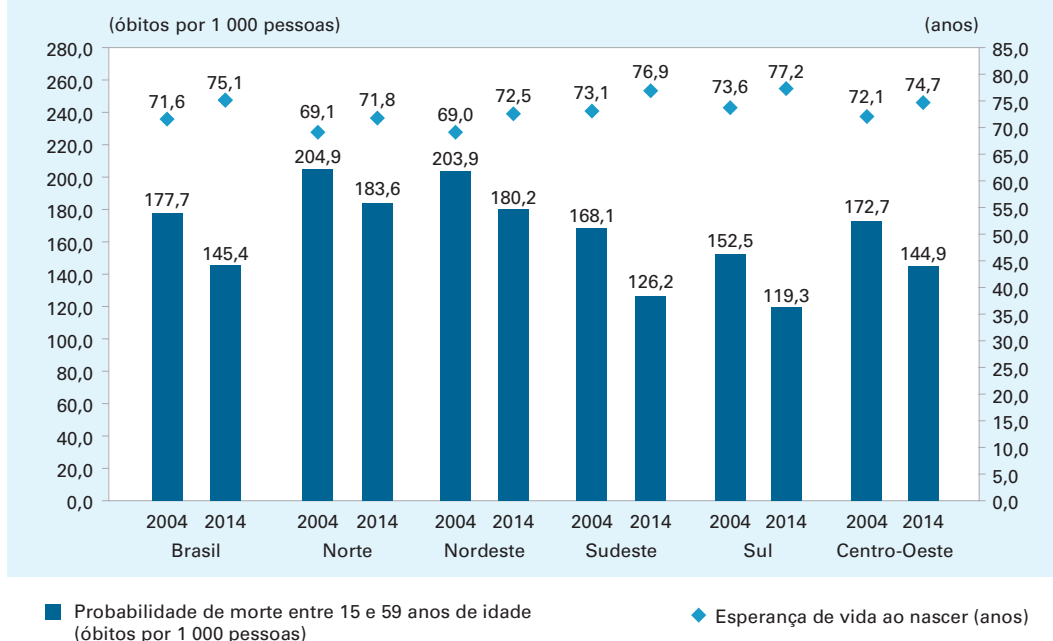
Pode-se notar que para muitas adolescentes que ficam grávidas sua educação formal pode ser interrompida de forma parcial ou permanente. Ainda assim, existe a dificuldade em se estabelecer a relação causal entre gravidez de adolescentes e abandono precoce da escola. Além disso, a escolarização tardia e truncada tem efeitos potenciais sobre a forma de inserção no mercado de trabalho e o rendimento destas jovens (MOTHERHOOD..., 2013). Desta maneira, percebe-se a necessidade de programas relacionados ao cuidado de crianças, voltados para essas jovens que já tinham filhos e desejavam retornar ou mesmo não interromper os estudos devido à maternidade.

Diferentes fatores podem estar associados à incidência diferenciada por grupos populacionais da gravidez na adolescência: em determinados contextos pode haver uma pressão social para que as mulheres se casem e tenham filhos precocemente; ou pode haver baixa perspectiva dessas adolescentes em relação à escolaridade e à inserção no trabalho produtivo; ou devido a lacunas no conhecimento sobre contracepção; ou ao acesso limitado a métodos contraceptivos eficazes; e em casos extremos, as adolescentes podem se ver em situação de violência sexual (EARLY..., 2012).

Para ilustrar o diferencial na fecundidade por cor ou raça e por escolaridade da mulher foi utilizado como indicador a proporção de mulheres que não tiveram filhos nascidos vivos, nos diferentes grupos etários. De acordo com dados da PNAD, em 2014, 38,4% das mulheres de 15 a 49 anos de idade não tinham filho nascido vivo. Entre as mulheres brancas de 15 a 49 anos de idade 41,7% não tinham filhos, enquanto para as pretas ou pardas o percentual foi de 35,6%, em 2014. A desigualdade neste indicador é mais evidente por escolaridade da mulher: em 2014, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade com maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo), 44,1% não tinham filhos; enquanto para aquelas com até 7 anos de estudo esta proporção foi de 20,9%. O diferencial no indicador por cor ou raça e por escolaridade foi mais expressivo para as mulheres de 20 a 29 anos de idade, e não se alterou de forma significativa entre 2004 e 2014. Pode-se notar que as mulheres com maior escolaridade adiam mais a maternidade e, ao final do período reprodutivo, maior proporção permanece não tendo filho (Tabelas 1.6 e 1.7, CD-ROM).

A mortalidade é também uma componente demográfica e sua evolução está relacionada com o perfil etário da população, fatores biológicos, melhorias médico-sanitárias, desenvolvimento socioeconômico, entre outros fatores. A esperança de vida ao nascer é determinada pelos fatores mencionados acima, e expressa o número médio de anos de vida que se espera que um recém-nascido viva, ao manter o padrão de mortalidade observado no período. Em 2004, a esperança de vida ao nascer para o brasileiro era de 71,6 anos de vida, passando a 75,1 anos em 2014, de acordo com a Projeção da População por Sexo e Idade (PROJEÇÃO..., 2013), demonstrado no Gráfico 1.5 desta publicação e na Tabela 1.8 do CD-ROM. Em 2014, a estimativa da expectativa de vida ao nascer para as mulheres foi de 78,8 anos e para os homens de 71,6 anos. A menor diferença entre homens e mulheres na esperança de vida ao nascer foi em Roraima, de 5,3 anos, sendo também o estado em que as mulheres apresentaram esperança de vida ao nascer mais baixa (73,7 anos). A esperança de vida ao nascer mais elevada foi observada em Santa Catarina, tanto para homens (75,1 anos) quanto para mulheres (81,8 anos).

Gráfico 1.5 - Esperança de vida ao nascer e probabilidade de morte entre 15 e 59 anos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2004/2014



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060 - Revisão 2013 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000/2030 - Revisão 2013.

A taxa de mortalidade infantil é um indicador reconhecido por refletir, de forma geral, tanto as condições de desenvolvimento socioeconômico e de infraestrutura ambiental, assim como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil (INDICADORES..., 2008). Esse indicador mede a razão entre o número de mortes de crianças até um ano de idade e o número de nascidos vivos em determinado ano e local. A estimativa da mortalidade infantil no Brasil, em 2014, foi de 14,4 mortes por mil nascidos vivos, segundo a estimativa de população mais recente realizada pelo IBGE (PROJEÇÃO..., 2013). A melhoria neste indicador foi expressiva, uma vez que em 2000 era estimado em 29,0 mortes por mil nascidos vivos, o que aponta uma queda pela metade da mortalidade infantil nesse período. No entanto, em 2014, desigualdades regionais podiam ainda ser observadas neste indicador: Regiões Norte (18,6), Nordeste (18,4) e Centro-Oeste (15,2) com valores acima ao da média nacional, enquanto, Sudeste (11,1) e Sul (10,1) apresentavam valores inferiores. Os valores extremos, em 2014, na estimativa da taxa de mortalidade infantil foram observados no Amapá (23,7 mortes por mil nascidos vivos) e no Espírito Santo (9,6) (Tabela 1.8, CD-ROM).

A probabilidade de morte de 15 a 59 anos de idade, que corresponde ao número de pessoas que morrem nesta faixa etária em cada mil pessoas que atingem os 15 anos de idade, é um indicador que reflete a mortalidade na idade adulta. Em 2004, o indicador era de 177,7 mortes de 15 a 59 anos de idade, por mil pessoas que atingiam os 15 anos de idade, e passou a 145,4 mortes em 2014, o que significa redução de 18,2% no indicador. Ao analisar as informações por Grandes Regiões e Unidades da Federação, pode-se notar a relação entre menor probabilidade de morte de 15 a 59

anos de idade e maior esperança de vida ao nascer. A Região Norte tinha a maior probabilidade de morte de 15 a 59 anos de idade (183,6 mortes por mil pessoas de 15 anos de idade), em 2014, e menor esperança de vida ao nascer (71,8 anos); enquanto na Região Sul a probabilidade de morte de 15 a 59 anos de idade foi de 119,3 mortes por mil pessoas e a esperança de vida ao nascer de 77,2 anos, conforme o Gráfico 1.5 nesta publicação e a Tabela 1.8 no CD-ROM.

Um indicador de mortalidade que reflete a sobrevivência dos idosos é a esperança de vida aos 60 anos de idade, que mede o número médio de anos que se espera que uma pessoa com 60 anos de idade tenha de vida, mantendo o padrão de mortalidade existente na população em estudo. De acordo com dados da Projeção da População por Sexo e Idade (PROJEÇÃO..., 2013), a esperança de vida de uma pessoa aos 60 anos de idade, em 2014, seria de 21,9 anos, sendo que para os homens este indicador seria de 20,0 anos e para as mulheres de 23,6 anos (Tabela 1.8, CD-ROM). O diferencial no indicador feminino por Unidades da Federação era marcante em 2014: Roraima foi o estado com menor expectativa de vida (20,3 anos) para as mulheres de 60 anos de idade e Espírito Santo apresentou valor mais elevado (25,6 anos). Este tipo de informação é relevante ao se pensar nas questões colocadas entre o aumento da longevidade e a relação com a previdência social e saúde desse público. De acordo com a Projeção da População por Sexo e Idade (PROJEÇÃO..., 2013), estima-se que em 2030 a esperança de vida aos 60 anos de idade para ambos sexos seja de 23,8 anos, e atinja 25,2 anos em 2060. O diferencial por sexo no indicador, em 2060, seria de 23,0 anos para os homens e 27,2 anos para as mulheres.

A distribuição da mortalidade por grupos etários pode ser medida utilizando vários indicadores, entre eles, a esperança de vida ao nascer⁴ é o mais comum. Os indicadores sobre a variabilidade da mortalidade por idade podem ser obtidos por meio das tábuas de mortalidade. Uma função disponível nas tábuas de mortalidade é o número de pessoas que atingem a idade x , no período de tempo analisado, ou seja, a sobrevivência à idade exata x . Esta função é denominada como l_x nas tabelas de sobrevivência, e é conhecida também como curva de sobrevivência. Normalmente esta função inicia-se com o valor de 100 mil pessoas à idade exata 0, e, dada a distribuição de mortes por idades, vai diminuindo com o aumento da idade (Gráfico 1.6). Desta forma, para 100 mil nascidos vivos no quinquênio 1950-1955, 86 349 atingiam a idade exata de 1 ano, mantido o padrão de mortalidade observado no período (WORLD,...2015b). Este indicador projetado para o quinquênio 2090-2095 seria de 99 730 pessoas (Gráfico 1.6). O grande aumento neste indicador é reflexo da forte diminuição da mortalidade infantil, observada e projetada.

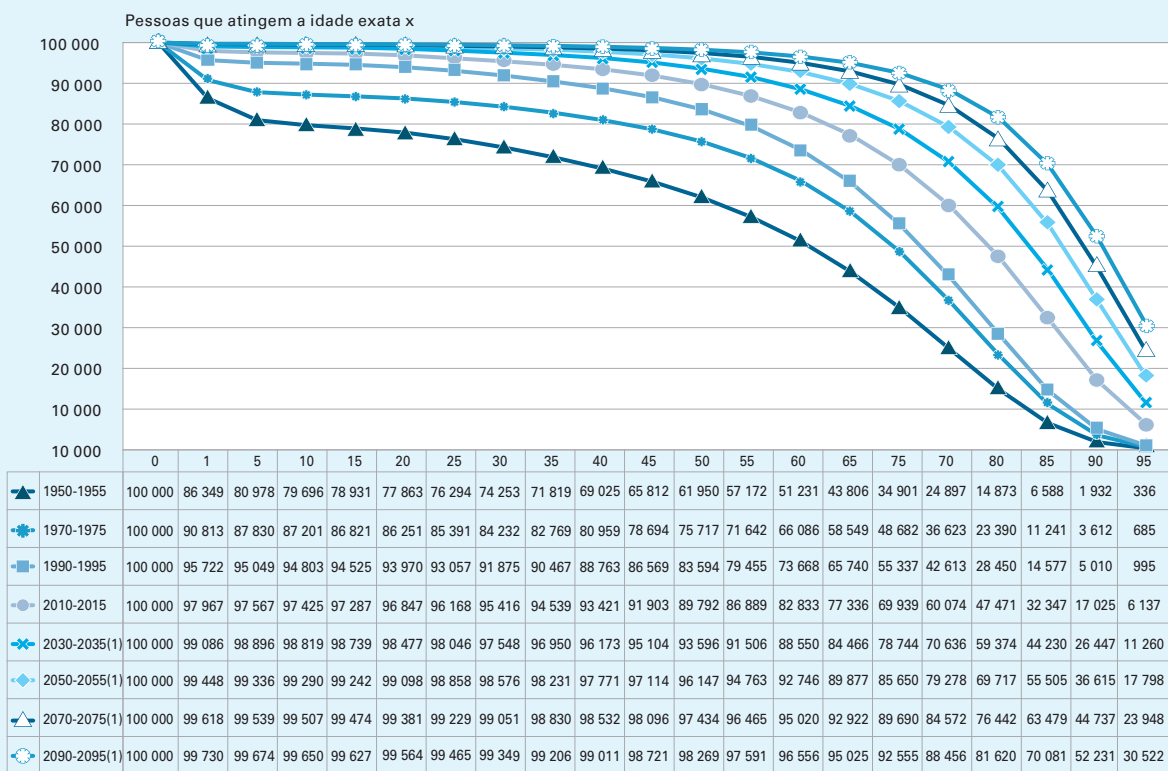
Pode-se dizer que, nas últimas décadas e nos anos da projeção, há uma tendência de aumento do número de pessoas que sobrevivem em cada idade exata, ou seja, diminui o número de mortes entre cada idade exata⁵. Uma forma de mensurar a distribuição da mortalidade por grupos etários é dada pela idade em que 90% da

⁴ A esperança de vida ao nascer é um indicador de longevidade populacional que corresponde, também, à idade média à morte, ao manter o padrão de mortalidade observado no período.

⁵ A diminuição do número de mortes entre cada idade exata está associada com o fenômeno conhecido como compressão da mortalidade, que consiste em um aumento da concentração da idade à morte e também a uma "retangularização" da curva de sobrevivência (WILMOTH; HORIUCHI, 1999). Diferentes indicadores para medir a compressão da mortalidade são mencionados em Wilmoth e Horiuchi (1999); e Gonzaga, Queiroz e Machado (2008).

população nascida viva, no período ou ano analisado, ainda estaria viva⁶ ou, da mesma forma, a idade em que 10% desta população já haveria morrido, considerando o padrão de mortalidade existente na população em estudo. É possível identificar este indicador na curva de sobrevivência ao observar a idade em que a função l_x é igual a 90 mil pessoas (Gráfico 1.6). No Brasil, em 1990-1995, 90% da população atingiria a idade de 36,4 anos, e em 2010-2015, de 49,5 anos (Gráficos 1.6 e 1.7). Quanto mais jovem a idade deste indicador, maior concentração de mortes nas primeiras idades, ao passo que, quanto maior for este indicador, mais a mortalidade estará concentrada entre os idosos.

Gráfico 1.6 - Pessoas que atingem a idade exata x, por idade exata - Brasil - 1950/2095



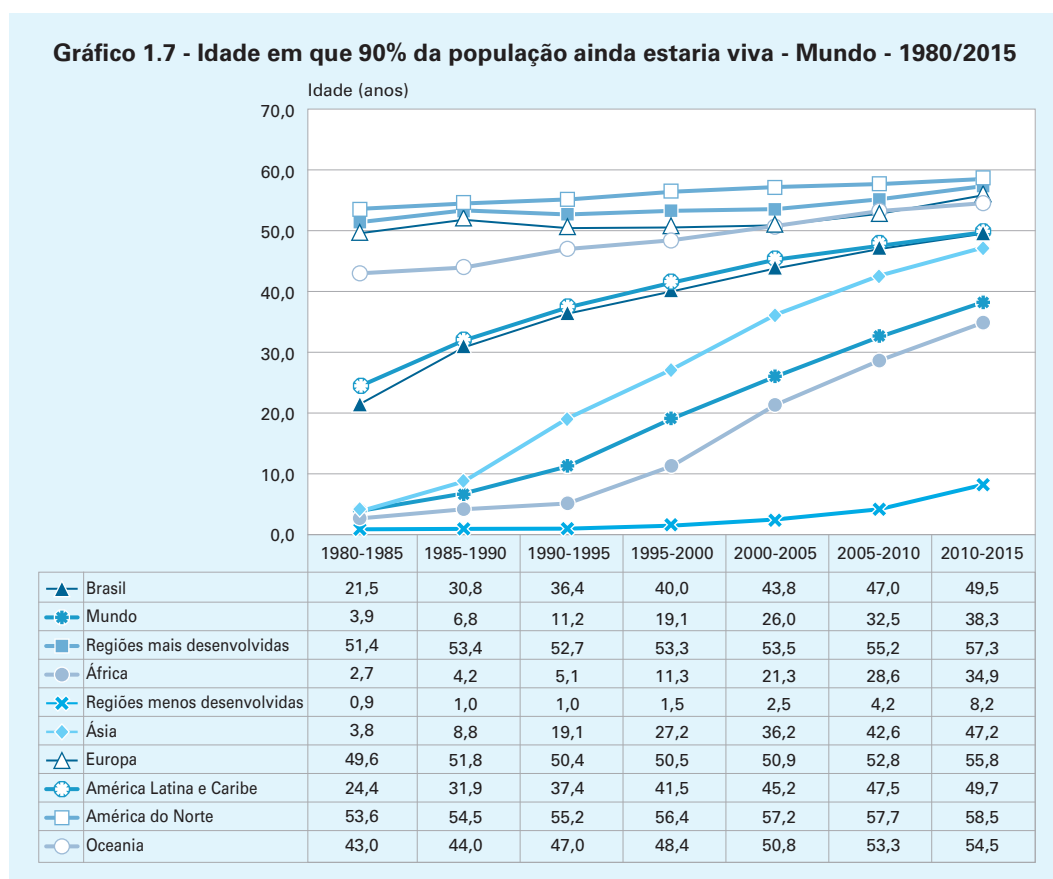
Fonte: World population prospects: the 2015 revision: highlights and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2015. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp>>. Acesso em: nov. 2015.

(1) Dados projetados.

De acordo com as Tábuas de vida divulgadas em 2015 nas projeções populacionais, realizada pelas Nações Unidas (WORLD..., 2015b), 90% da população mundial nascida em 1980-1985 atingiria a idade de 3,9 anos de idade e, para a população mundial nascida no quinquênio mais recente (2010-2015), essa idade seria aos 38,3 anos (Gráfico 1.7).

⁶ O indicador que mede em que idade 90% da população ainda estaria viva foi escolhido para mensurar a distribuição da mortalidade por grupos etários, uma vez que, historicamente, ainda havia grande concentração da mortalidade nas primeiras idades. Outros percentis da distribuição da mortalidade por grupos etários também poderiam ser analisados, entretanto, não refletiriam de forma tão evidente os diferenciais, históricos e regionais, no ganho em anos de vida de crianças e jovens.

Ao analisar este indicador para as regiões mais desenvolvidas⁷ observou-se que a idade já era bastante elevada em 1980-1985, de 51,4 anos, passando para 57,3 anos em 2010-2015. As disparidades são marcantes ao se analisar os dados de mortalidade para a África no mesmo período. O indicador passaria de 0,9 ano para somente 8,2 anos de idade no quinquênio atual. Na América Latina dobrou a idade em que 90% da população ainda estaria viva, passando de 24,4 anos em 1980-1985, para 49,7 anos em 2010-2015. Os dados para o Brasil foram próximos aos da América Latina, evoluindo de 21,5 anos para 49,5 anos no mesmo período de análise (Gráfico 1.7).



Fonte: World population prospects: the 2015 revision: key findings and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2015. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp>>. Acesso em: nov. 2015.

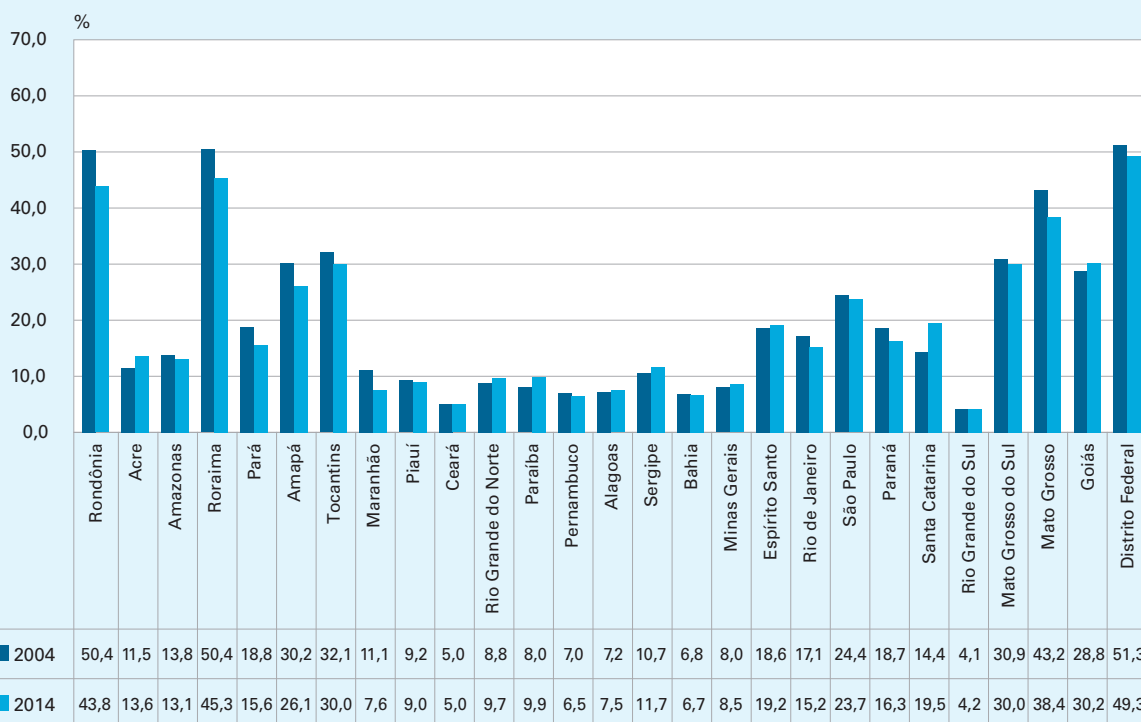
Os diferenciais na idade em que 90% da população ainda estaria viva, para Unidades da Federação e Grandes Regiões, podem ser medidos por meio das Tábuas de Mortalidade, divulgadas pelo IBGE na Projeção da População por Sexo e Idade (PROJEÇÃO..., 2013). De acordo com esta fonte, para aqueles nascidos em 2014, 90% da população ainda estaria viva aos 40,5 anos no Maranhão, enquanto em Santa Catarina esta idade seria de 57,2 anos. Na Região Norte o indicador seria de 44,5 anos, em 2014.

⁷ As regiões mais desenvolvidas foram classificadas no *World population prospects: the 2015 revision: key findings and advance tables* (2015b), e compreendem Japão, todos países da Europa, todos países da América do Norte, além de Austrália e Nova Zelândia.

Para analisar a questão da migração, utilizando a PNAD como fonte de dados, foi feito o cruzamento entre a informação da população residente em determinada região e o quesito sobre Unidade da Federação ou país estrangeiro em que nasceu, permitindo verificar o resultado dos fluxos migratórios entre as regiões (ou entre as Unidades da Federação) ao longo do tempo. Desta forma, utilizando as informações sobre local de residência atual e local de nascimento, tem-se dados sobre o estoque de pessoas naturais e não naturais em cada Região (ou em cada Unidade da Federação), resultado da migração ocorrida em algum momento no passado, não especificando o momento em que a migração ocorreu, nem se outros deslocamentos ocorreram entre o nascimento e o deslocamento para o atual local de residência.

Na composição da população residente da Região Norte, em 2014, 84,8% eram naturais desta Região e 15,2% nasceram em outra região. A Região Nordeste foi a que apresentou maior proporção de pessoas residentes naturais (97,2%), seguida pela Região Sul (93,8%). A Região Centro-Oeste foi a que apresentou menor proporção de população residente natural (69,1%), ou seja, quase 1/3 da população (30,9%) residente na Região Centro-Oeste era natural de outra região (Tabela 1.9, CD-ROM). Ao analisar as informações para as Unidades da Federação, notou-se que, em 2004, mais da metade da população de Rondônia (50,4%), Roraima (50,4%) e Distrito Federal (51,3%) não era natural da Unidade de Federação de residência no ano da pesquisa. Em 2014, a proporção de residentes não naturais foi elevada também em Tocantins (30,0%), Amapá (26,1%), Mato Grosso do Sul (30,0%) e Mato Grosso (38,4%). No outro extremo, com população residente basicamente formada por pessoas naturais da Unidade da Federação, estão todas as Unidades da Federação da Região Nordeste, normalmente com menos de 10,0% da população residente não natural, além de Minas Gerais (8,5%) e Rio Grande do Sul (4,2%), conforme o Gráfico 1.8 nesta publicação e a Tabela 1.10 no CD-ROM.

Gráfico 1.8 - Proporção da população residente não natural na Unidade da Federação, segundo as Unidades da Federação de residência atual - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Grupos sociodemográficos

A população brasileira é bastante heterogênea e tem passado por profundas mudanças demográficas, econômicas e sociais nas últimas décadas. Para melhor entender esta dinâmica o presente capítulo buscou analisar o comportamento de alguns grupos populacionais que, por possuírem características próprias, responderam de forma específica a essas transformações. Para tanto o capítulo foi separado em quatro seções, cujo foco são os seguintes públicos: crianças e adolescentes, jovens, idosos e famílias. Tais segmentos populacionais são amparados por legislação específica e vêm sendo objeto crescente de estudos voltados para o acompanhamento de sua dinâmica, além de estarem relacionados a programas e políticas públicas.

Crianças e adolescentes

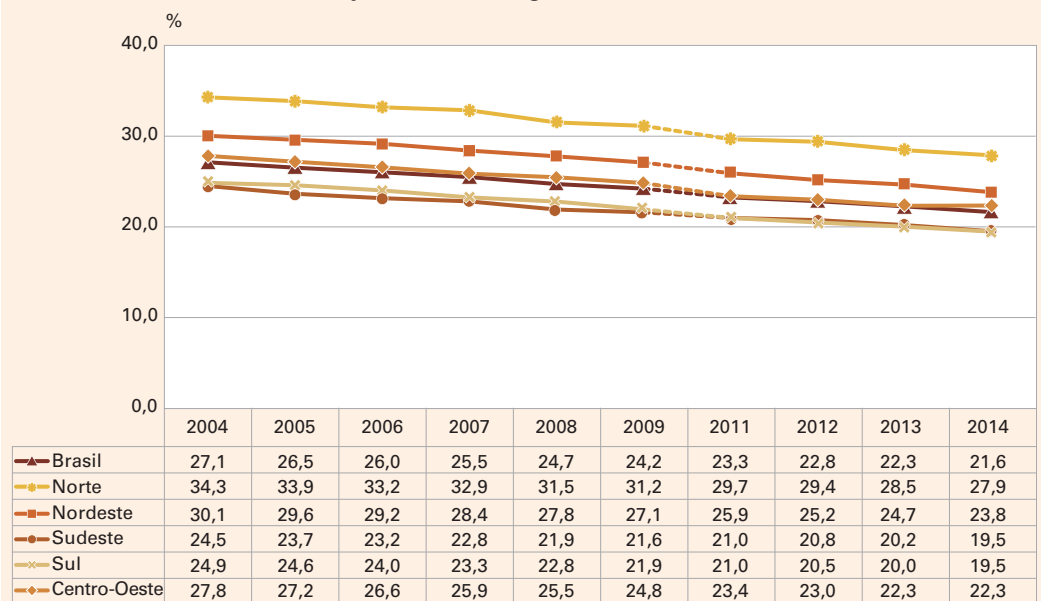
O desenvolvimento e o bem-estar de crianças e adolescentes estão associados com uma melhora geral nas condições de vida na sociedade. Em âmbito nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, disposto na Lei n. 8.069, de 13.07.1990 (BRASIL, 1990), é o instrumento que prevê a garantia dos direitos desse público. O ECA completou 25 anos em 2015 e foi inspirado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989¹. A legislação brasileira anterior ao ECA - Decreto n. 17.943A, de 12.10.1927 (BRASIL, 1927), e a Lei n. 6.697, de 10.10.1979 (BRASIL, 1979) - dispunha sobre a assistência, proteção e vigilância a menores de 18 anos que se encontravam em situação irregular. O ECA, por sua vez, tem uma abordagem mais abrangente e dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo-lhes gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

¹ Entre os instrumentos internacionais que dispõem sobre as condições de vida e o bem-estar das crianças, visando proporcionar proteção especial a este grupo, estão a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20.11.1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20.11.1989.

Para a definição de crianças e adolescentes, considerando a idade como critério, foram utilizados os instrumentos legais nacionais². Desta forma, de acordo com o ECA (BRASIL, 1990), criança é a pessoa com até 12 anos de idade incompletos, e adolescente é a pessoa com idade de 12 a 18 anos, enquanto o Estatuto da Juventude, disposto na Lei n. 12.852, de 05.08.2013 (BRASIL, 2013b), define como jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade. Assim, nesta seção o foco será em crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade.

Crianças e adolescentes de até 14 anos completos de idade correspondiam a 27,1% do total da população brasileira, em 2004, passando a 21,6% em 2014, conforme o Gráfico 2.1 nesta publicação e a Tabela 2.1 no CD-ROM. Esta queda ocorreu em todas as regiões brasileiras, ainda que as mesmas mantivessem proporções distintas, que estão relacionadas, por sua vez, aos diferentes níveis de fecundidade. Nesse sentido, em 2014, a proporção de crianças e adolescentes nas Regiões Norte (27,9%) e Nordeste (23,8%) eram superiores ao observado na Região Sudeste (19,5%). Estes mesmos diferenciais se mantêm na análise por Unidades da Federação em 2014: a proporção de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade no Acre correspondia a 31,8% da população residente; no Rio de Janeiro (18,5%), Rio Grande do Sul (18,6%) e Santa Catarina (18,9%) o indicador foi menor. Mesmo sendo um grupo populacional que tende a diminuir, tanto em termos absolutos quanto percentuais, é importante enfatizar a relevância das políticas de saúde, educação e proteção social voltadas a este público.

Gráfico 2.1 - Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade, por Grandes Regiões - 2004/2014



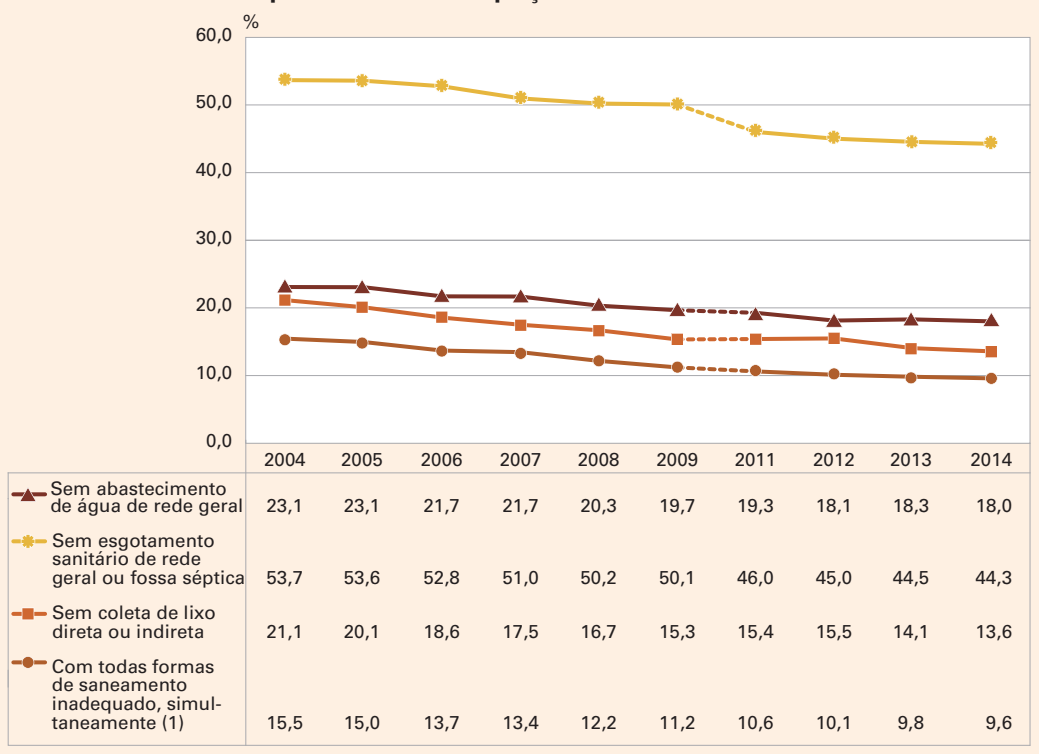
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

² Internacionalmente, existem outras definições etárias para estes grupos. Na Assembleia Geral das Nações Unidas de 20.11.1989, que tratou da Convenção sobre os Direitos da Criança, considerou-se que o grupo de crianças seria formado pelas pessoas com até 18 anos de idade. A Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18.11.1985, definiu como juventude o grupo de pessoas entre 15 e 24 anos de idade.

A vida e a saúde da criança e do adolescente estão entre os direitos fundamentais garantidos no ECA. A queda da mortalidade infantil está entre os avanços na garantia deste direito³. Outro fator relacionado a este tema refere-se ao acesso a serviços de saneamento básico. Considera-se que, quando as três formas de saneamento (água, esgoto ou lixo) são inadequadas no domicílio⁴, de forma simultânea, há maior exposição da população residente ao risco de doenças, especialmente as crianças. Em 2014, esta situação foi observada para 9,6% das crianças e adolescentes de até 14 anos de idade, sendo mais agravante para aquelas residentes nas Regiões Norte (19,2%) e Nordeste (16,6%), conforme o Gráfico 2.2 e a Tabela 2.2 no CD-ROM. A principal forma de inadequação foi por ausência de esgotamento sanitário via rede geral ou fossa séptica, que atingia 53,7% das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade, em 2004, diminuindo para 44,3%, em 2014. A maior redução ocorreu na proporção de crianças que vivem em domicílios onde não há coleta de lixo, que passou de 21,1%, em 2004, para 13,6%, em 2014.

Gráfico 2.2 - Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade, residentes em domicílios particulares permanentes com saneamento inadequado, por forma de inadequação - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

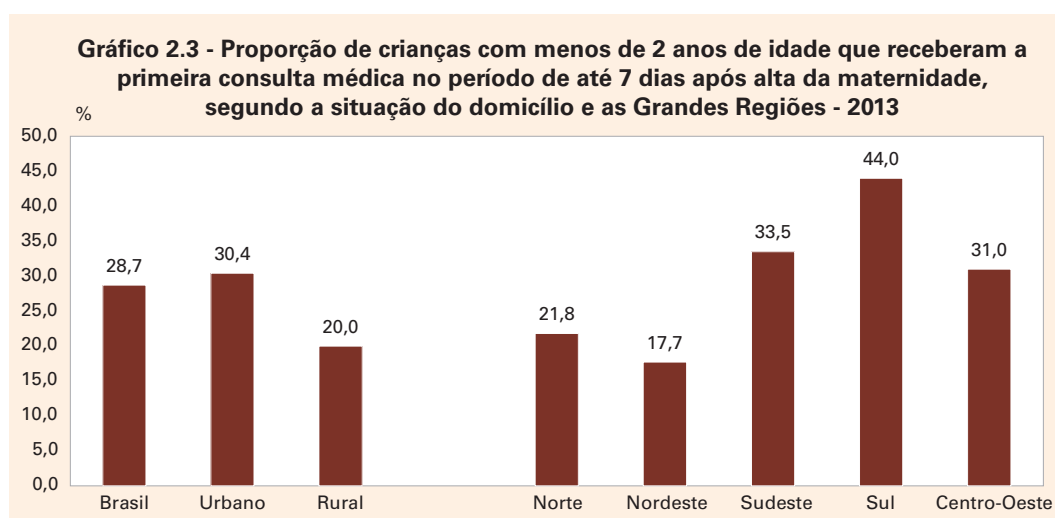
Notas: 1. Não havia no domicílio, simultaneamente, abastecimento de água por meio de rede geral, esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, e o lixo não era coletado direta ou indiretamente.

2. Não houve pesquisa em 2010.

³ Maiores detalhes sobre a mortalidade infantil no Capítulo 1, **Aspectos demográficos**.

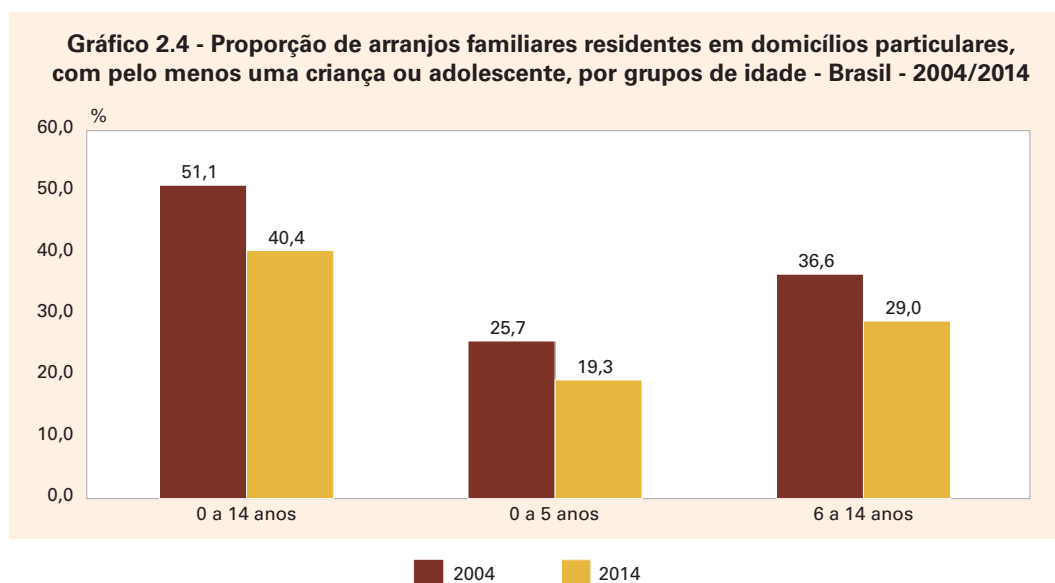
⁴ As três formas de saneamento foram consideradas inadequadas no domicílio, simultaneamente, quando não havia abastecimento de água por meio de rede geral, o esgotamento sanitário não se dava via rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, e o lixo não era coletado. Maiores detalhes sobre saneamento no Capítulo 6, **Domicílios**.

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013, realizada pelo IBGE (PESQUISA..., 2015b), levantou aspectos relacionados à saúde de crianças com menos de 2 anos de idade: somente 28,7% das crianças nesta faixa de idade receberam a primeira consulta médica no período de até sete dias depois da alta da maternidade, como recomendado pelo Ministério da Saúde, mas houve grande diferencial regional no indicador, que variou de 44,0% no Sul a 17,7% no Nordeste (Gráfico 2.3). Da mesma forma, a área urbana (30,4%) apresentou percentual superior ao observado para a rural (20,0%) (PESQUISA..., 2015b). Esse indicador relaciona-se diretamente com a proximidade do serviço de saúde ofertado quanto com a correta orientação à mãe após o parto.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2013.

O direito à convivência familiar e comunitária também é contemplado no ECA, dispondo que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Em 2004, 51,1% das famílias residentes em domicílios particulares tinham ao menos uma criança ou adolescente de 0 a 14 anos de idade, sendo que em 2014 o indicador diminuiu para 40,4%. Em 2014, cerca de um em cada cinco arranjos familiares residentes em domicílios particulares tinham presença de criança com até 5 anos de idade e cerca de um em cada três arranjos familiares residentes em domicílios particulares tinham presença de criança e adolescente com idade de 6 a 14 anos de idade, conforme o Gráfico 2.4 nesta publicação e a Tabela 2.3 no CD-ROM. Em 2014, a maioria (87,8%) das crianças e adolescentes de 0 e 14 anos de idade estava inserida na família na condição de filhos, ou seja, residia no domicílio ao menos um dos pais, e em 11,8% dos casos eles foram indicados como outro parente na estrutura familiar.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Com relação ao direito ao trabalho e à profissionalização, o ECA reitera a proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade (BRASIL, 1990), sendo proibido trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos de idade, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz (BRASIL, 1998). Assim, um aspecto sobre a proteção social e o bem-estar de crianças e adolescentes está relacionado à inserção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em atividades produtivas, pois isto aumenta a exposição a problemas de saúde (acidentes) e dificulta ou impede sua presença na escola, sendo estes fatores limitadores de seu pleno desenvolvimento e aprendizado. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, no grupo de pessoas de 5 a 13 anos de idade o nível de ocupação foi de 2,0%; para pessoas de 14 e 15 anos de idade foi de 12,0% e para aqueles com 16 e 17 anos de idade foi de 27,4%. O nível de ocupação diminuiu em todos grupos etários, em relação aos valores de 2004, especialmente nos grupos de 5 a 13 e de 14 ou 15 anos de idade. Outro aspecto relacionado ao trabalho de crianças está na dedicação destas aos afazeres domésticos. Assim, para o grupo de 10 a 14 anos de idade, 41,4% dos meninos e 69,6% das meninas declararam cuidar de afazeres domésticos na semana de referência, em 2014, sendo que o número de horas dedicadas a esta atividade também foi superior para as meninas (em média, 11,2 horas semanais). Este quadro sugere que os diferenciais nos papéis de gênero no que concerne à responsabilidade pelas tarefas domésticas podem ser observados desde a infância (Tabela 2.8, CD-ROM).

Por fim, uma das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente é a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional (BRASIL, 1990). Em 1999, 71,9% dos municípios tinham conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, passando para 98,4% dos municípios em 2014 (PERFIL..., 2010, 2015). Foi também investigada na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC a existência de um conjunto de políticas, segundo duas vertentes: para promoção de direitos e para proteção de direitos. Em 2014, a política de lazer foi a mais recorrente nos municípios brasileiros (75,4% do total). Entre as políticas para proteção de direitos

destaca-se a de enfrentamento à violência sexual em 4 044 municípios (72,6%), de erradicação do trabalho infantil presente em 3 637 municípios (65,3%), e a de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei, presente em 3 403 municípios (61,1%) (PERFIL..., 2015).

Jovens

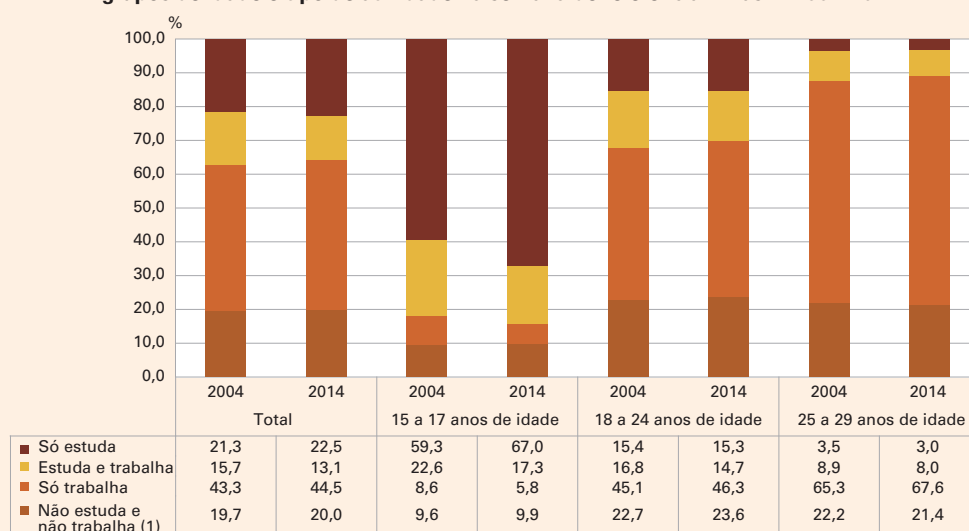
O grupo dos jovens de 15 a 29 anos de idade correspondia a 27,3% da população em 2004, passando a 24,1%, em 2014, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (Tabela 2.1, CD-ROM). A tendência de diminuição da participação deste grupo populacional é apontada pela Projeção da População por Sexo e Idade, realizada pelo IBGE (PROJEÇÃO..., 2013), atingindo 21,0%, em 2030, e 15,3%, em 2060. O Estatuto da Juventude, de 2013, é o instrumento legal que consolida os direitos dos jovens de 15 a 29 anos de idade, quanto à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à saúde; ao desporto e ao lazer; à igualdade; à cultura; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; à segurança pública e ao acesso à justiça (BRASIL, 2013b). Nesta seção, os quatro primeiros temas foram abordados em maior profundidade.

Um dos aspectos do direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil consiste no incentivo à criação de conselhos de juventude em todos os entes da Federação (BRASIL, 2013b), tratando-se de um instrumento democrático para influenciar as políticas e ações em direitos humanos para grupos específicos. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, em 2009, somente 5,4% dos municípios brasileiros contavam com Conselho Municipal de Direitos da Juventude, sendo que o indicador dobrou em 2014 (10,9% dos municípios) (PERFIL..., 2015), mas ainda assim abrange apenas cerca de 570 municípios no País.

Cabe destacar em relação ao direito à educação – garantida no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013b) – a frequência escolar diferenciada, quando medida de acordo com os grupos etários específicos: entre os jovens de 15 a 17 anos de idade a frequência escolar aumentou de 81,8% para 84,3%, entre 2004 e 2014; no mesmo período, houve ligeira queda de 32,2% para 30,0% no indicador daqueles de 18 a 24 anos de idade; já para os jovens de 25 a 29 anos de idade, que já estariam no final do seu ciclo escolar, a frequência à escola é bem mais baixa, chegando a 11,0% em 2014, conforme o Gráfico 2.5 nesta publicação e a Tabela 2.4 no CD-ROM. Para o grupo de 15 a 17 anos de idade, cabe destacar que aumentou de forma mais significativa a proporção daqueles que somente estudavam, de 59,3% para 67,0%, no mesmo período; diminuindo a proporção de jovens que estudavam e trabalhavam na semana de referência, 22,6% para 17,3%, entre 2004 e 2014 (Gráfico 2.5). Este resultado tem efeitos positivos na formação desses jovens, uma vez que, ao abrir mão do trabalho para a dedicação exclusiva aos estudos, o jovem tem maiores condições de ampliar sua qualificação para as etapas superiores de sua formação educacional, que poderá resultar numa melhor inserção no mercado de trabalho⁵ e participação mais qualificada na vida social e política de sua comunidade.

⁵ Uma análise mais aprofundada do mercado de trabalho dos jovens se encontra no Capítulo 4, **Trabalho**.

Gráfico 2.5 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

(1) Inclui os jovens que também não procuram emprego.

Com relação ao direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, podem-se notar também as diferenças por grupos de idade dentro do grupo dos jovens de 15 a 29 anos de idade. O nível de ocupação, medido pela relação entre os jovens que estavam trabalhando na semana de referência e o total de jovens, teve ligeira diminuição no período, passando de 58,9%, em 2004, para 57,5%, em 2014, conforme o Gráfico 2.5 nesta publicação e as Tabelas 2.4 e 2.5 no CD-ROM. Nos grupos de 18 a 24 anos (61,0% em 2014) e de 25 a 29 anos (75,6% em 2014) observou-se estabilidade do indicador no período analisado, enquanto no grupo de 15 a 17 anos de idade houve queda no nível de ocupação⁶, que passou de 31,1% para 23,1% entre 2004 e 2014.

Entre os jovens tem tido destaque o grupo que, na semana de referência, não estudava e não trabalhava⁷. Embora não tenha sido verificada variação significativa entre 2004 e 2014, entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, um em cada cinco não frequentava escola e não trabalhava na semana de referência, neste último ano. No grupo de 15 a 17 anos esta proporção foi de 9,9%, enquanto entre aqueles com 18 a 24 anos o indicador chegou a 23,6%. Para os jovens de 25 a 29 anos de idade o indicador foi de 21,4%, conforme o Gráfico 2.5 nesta publicação e a Tabela 2.4 no CD-ROM.

⁶ É importante lembrar que para o grupo de 14 a 17 anos de idade é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e de qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade (BRASIL, 1998).

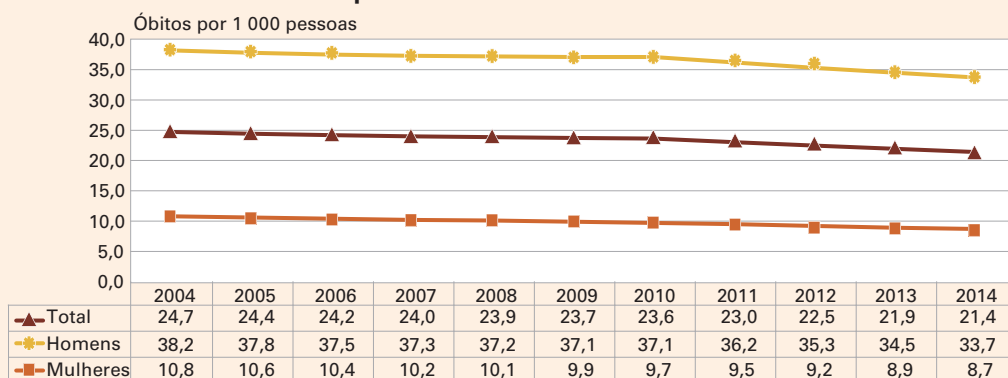
⁷ A definição para aqueles que não estudavam foi obtida pelo quesito sobre frequência à escola. No grupo que estava estudando considerou-se aqueles que declararam frequentar escola (frequentavam curso regular do ensino fundamental, regular do ensino médio, superior de graduação, educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental, educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio, alfabetização de jovens e adultos, pré-vestibular, mestrado ou doutorado). Aqueles que declararam não frequentar escola considerou-se no grupo que não estudava.

No grupo dos jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam ou trabalhavam, podem-se destacar as seguintes características, em 2014: elevada proporção (45,6%) residia nas Regiões Nordeste ou Norte se comparada com a proporção do total de jovens residentes nestas regiões (38,6%); as mulheres (69,2%) e pretos ou pardos (62,9%) eram maioria; no quesito sobre a condição na unidade domiciliar eles eram relacionados na categoria de filho (47,5%), tendo destaque também os que eram indicados como cônjuges (27,3%); tinham baixa escolaridade (8,7 anos de estudo, em média), sendo que 29,9% não tinham o ensino fundamental completo, mas 46,8% tinham ensino médio completo ou nível mais elevado; 58,1% das mulheres nesta categoria tinham ao menos 1 filho nascido vivo; a proporção de mulheres (91,5%) que cuidaram de afazeres domésticos na semana de referência foi elevada, sendo neste grupo menor a proporção de homens (43,9%) que cuidaram de afazeres domésticos; o número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos foi de 28,6 horas para as mulheres e 11,5 horas para os homens (Tabela 2.31, CD-ROM).

Da mesma forma, merecem atenção aqueles jovens que também não procuravam emprego, ou seja, além de não frequentar escola também estavam fora da população economicamente ativa. Em 2014, este grupo correspondia a 13,9% do total de jovens de 15 a 29 anos de idade (Tabelas 2.4; 2.31, CD-ROM).

A análise de indicadores de mortalidade é uma importante forma de se inferir sobre questões relacionadas à saúde do jovem. Os resultados das Tábuas de Mortalidade, disponíveis na Projeção da População por Sexo e Idade, realizada pelo IBGE (PROJEÇÃO..., 2013) para os anos de 2004 a 2014, evidenciam, em primeiro lugar, maior mortalidade masculina no grupo de jovens de 15 a 29 anos quando comparada com a feminina, conforme o Gráfico 2.6 nesta publicação e a Tabela 1.8 no CD-ROM. Tal comportamento pode ser explicado pela maior incidência de óbitos por causas violentas – principalmente, suicídios, homicídios e acidentes de trânsito – que atingem esse grupo populacional com mais frequência (TÁBUAS..., 2013). A sobremortalidade masculina⁸ neste grupo chegou a quase quatro vezes em 2014.

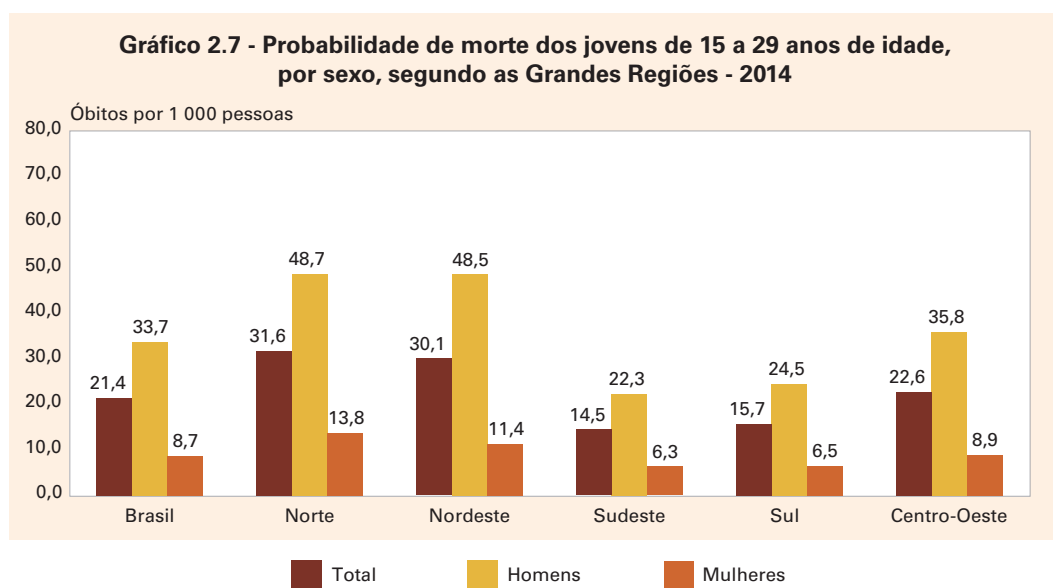
Gráfico 2.6 - Probabilidade de morte dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por sexo - Brasil - 2004-2014



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060 - Revisão 2013.

⁸ A sobremortalidade masculina é obtida dividindo-se a probabilidade de morte masculina pela feminina.

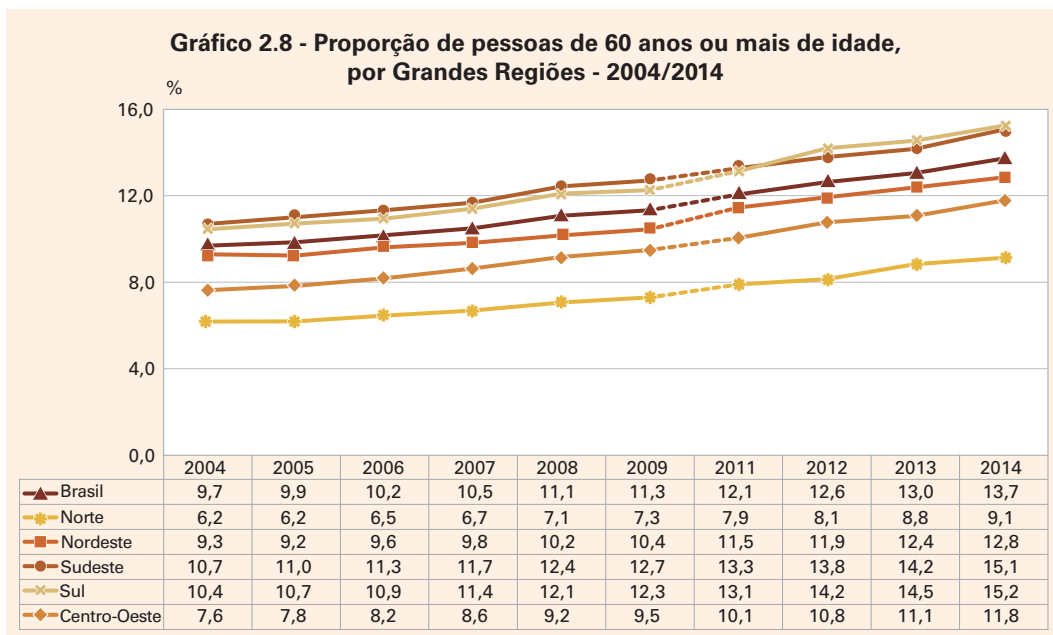
Na análise por Grandes Regiões, observa-se que as probabilidades de morte dos homens jovens de 15 a 29 anos de idade das Regiões Norte (48,7 óbitos por mil) e Nordeste (48,5 óbitos por mil) são significativamente superiores às observadas para as Regiões Sudeste (22,3 óbitos por mil) e Sul (24,5 óbitos por mil). A mortalidade das mulheres revela, por outro lado, padrão mais estável entre as regiões, além de menor intensidade, o que sugere maior exposição dos homens – especialmente das Regiões Norte e Nordeste do País – às mortes violentas, conforme o Gráfico 2.7 nesta publicação e a Tabela 1.8 no CD-ROM. Evidência a este fato está na sobremortalidade masculina que possui padrões semelhantes em todas as Grandes Regiões.



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060 - Revisão 2013 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000/2030 - Revisão 2013.

Idosos

As informações disponíveis nesta seção consideraram a definição de idoso como o grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade, como disposto no Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741, de 01.10.2003 (BRASIL, 2003). De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a proporção de idosos de 60 anos ou mais de idade passou de 9,7%, em 2004, para 13,7%, em 2014, sendo o grupo etário que mais cresceu na população. A Projeção da População por Sexo e Idade, realizada pelo IBGE (PROJEÇÃO..., 2013), indica tendência de aumento da proporção de idosos na população, como consequência do processo de transição demográfica. Em 2030, esta proporção seria de 18,6%, e, em 2060, de 33,7%, ou seja, a cada três pessoas na população uma terá ao menos 60 anos de idade. Dadas as diferenças na dinâmica demográfica regional, observa-se que, em 2014, este indicador foi mais elevado para as Regiões Sul (15,2%) e Sudeste (15,1%) e menos expressivo na Região Norte (9,1%), conforme o Gráfico 2.8 nesta publicação e a Tabela 2.9 no CD-ROM. Além disso, houve um aumento no grupo de 80 anos ou mais de idade na população, que passou de 1,2%, em 2004, para 1,9%, em 2014. Nesse ano grande parte dos idosos de 60 anos ou mais de idade era composta por mulheres (55,7%) e pessoas que se declararam como brancas (52,6%) (Tabela 2.10, CD-ROM).



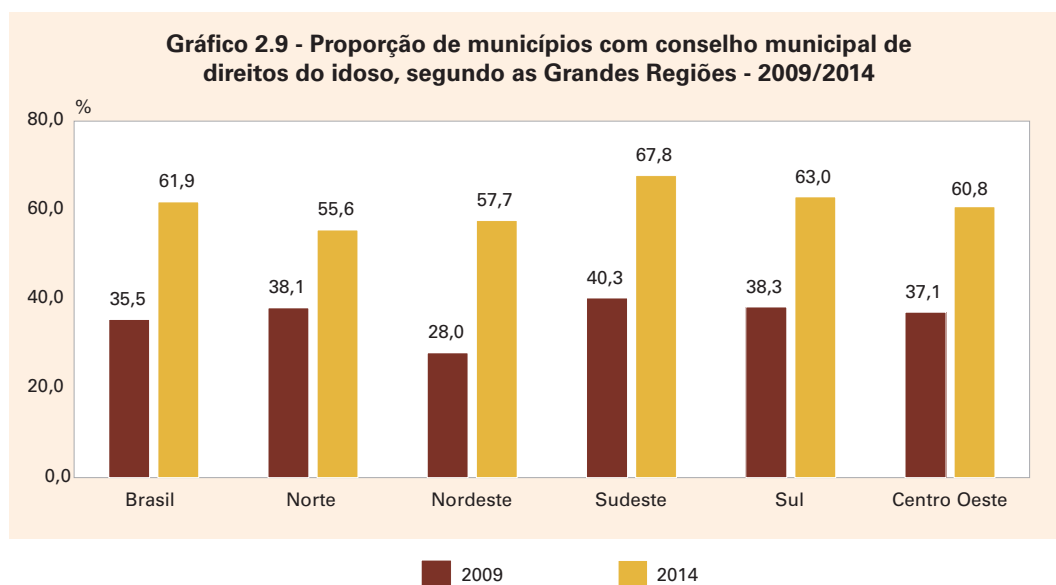
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) assegura às pessoas de 60 anos ou mais de idade a efetivação do direito à liberdade, à dignidade e ao respeito; à saúde; à educação, cultura, esporte e lazer; à profissionalização e trabalho; à previdência social; à vida⁹; à alimentação, à assistência social; à habitação; e ao transporte. Os seis primeiros temas são objeto de análise desta seção.

Um aspecto sobre o direito à liberdade, à dignidade e ao respeito do idoso, primeiro tema investigado nesta seção, foi captado na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2014, que estimou a proporção de municípios com presença de conselhos municipais de direitos do idoso, que realizam a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso (BRASIL, 2003). Houve um aumento significativo na proporção de municípios com conselhos municipais de direitos do idoso, que passou de 35,5% em 2009 para 61,9% em 2014 (PERFIL..., 2015). Contudo, essas proporções permaneceram maiores nas Regiões Sul e Sudeste, o que condiz com a maior participação desse grupo etário nessas regiões, quando comparado com as demais (Gráfico 2.9).

⁹ Neste aspecto, destaca-se o aumento da esperança de vida aos 60 anos de idade, tema abordado em maiores detalhes no Capítulo 1, Aspectos demográficos.



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2014.

O segundo tópico avaliado diz respeito ao direito do idoso à saúde, levando em conta que o aumento da longevidade deveria ser acompanhado de qualidade de vida. Na Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013 foram investigadas as limitações funcionais¹⁰ das pessoas de 60 anos ou mais de idade para realizar, sozinhas, suas atividades de vida diária, como: comer, tomar banho, ir ao banheiro, vestir-se, andar em casa de um cômodo para outro no mesmo andar, e deitar-se (PESQUISA..., 2015b). No Brasil, segundo a Pesquisa, 6,8% das pessoas de 60 anos ou mais de idade tinham limitação funcional para realizar suas atividades de vida diária. Verificou-se ainda que, quanto mais elevada a idade, maior era a proporção de pessoas com tais limitações, variando de 2,8%, para aquelas de 60 a 64 anos, a 15,6%, para as de 75 anos ou mais de idade (PESQUISA..., 2015b) (Tabela 1). Entre as Grandes Regiões, o Sudeste apresentou proporções baixas nas idades analisadas. Os diferenciais por sexo também são importantes: 7,3% das mulheres de 60 anos ou mais de idade tinham limitação funcional para realizar suas atividades de vida diária, e para os homens o indicador foi de 6,1%. Pode-se notar que o diferencial por sexo foi mais marcante na área rural, de 8,8% para as mulheres e 5,5% para os homens (Tabela 1).

¹⁰ Como limitação funcional foi considerada a condição de não conseguir ou ter grande dificuldade para realizar a atividade relacionada.

Tabela 1 - Proporção de pessoas com 60 anos ou mais de idade com limitação funcional para realizar Atividades de Vida Diária - AVD, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e a situação do domicílio - 2013

Grandes Regiões e situação do domicílio	Proporção de pessoas com 60 anos ou mais de idade com limitação funcional para realizar Atividades de Vida Diária - AVD (%)					
	Total	Sexo		Grupos de idade		
		Masculino	Feminino	De 60 a 64 anos	De 65 a 74 anos	Com 75 anos ou mais
Brasil	6,8	6,1	7,3	2,8	4,4	15,6
Grandes Regiões						
Norte	5,7	5,9	5,6	2,3	4,8	13,4
Nordeste	8,4	7,3	9,3	3,1	5,4	18,9
Sudeste	5,8	5,6	6,0	2,4	3,3	14,0
Sul	7,0	5,9	7,9	3,4	5,2	15,1
Centro-Oeste	8,1	6,1	9,8	3,7	6,6	17,7
Situação do domicílio						
Urbano	6,8	6,3	7,1	3,0	4,2	15,7
Rural	7,1	5,5	8,8	1,8	5,5	15,4

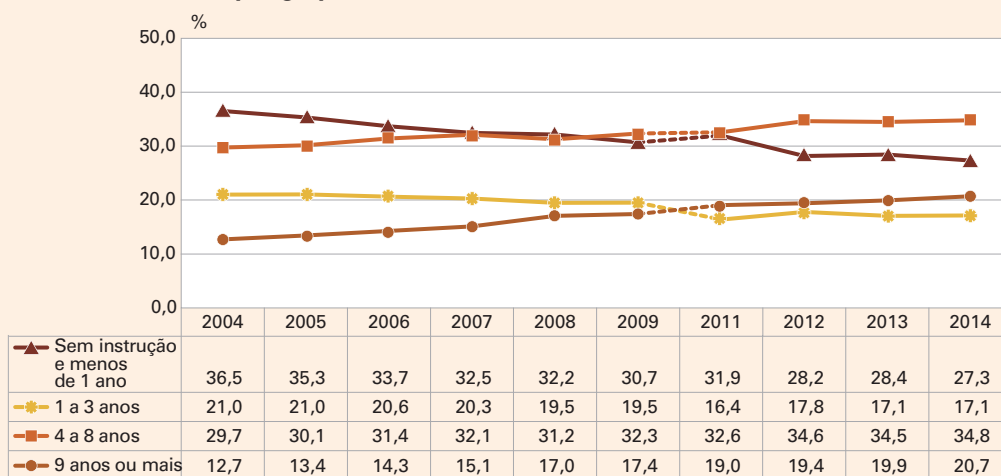
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2013.

Além disso, entre os idosos de 60 anos ou mais de idade que tinham alguma limitação funcional, 84,0% declararam precisar de ajuda para realizar as atividades de vida diária. A PNS 2013 investigou o tipo de cuidado recebido por estes idosos: 78,8% recebiam cuidados de familiares; 17,8% recebiam cuidados remunerados; e 10,9% não recebiam ajuda para realizar as atividades da vida diária (PESQUISA..., 2015b). Estes resultados apontam tanto para as questões de oferta de serviços e equipamentos públicos para atender este público com limitações funcionais, quanto para um aspecto relacionado aos papéis de gênero, uma vez que é a mulher que tende a ser responsável pelas atividades de cuidado dentro da família. Com a tendência ao envelhecimento populacional, o cuidado dos idosos é uma questão que se coloca no debate e na agenda das políticas públicas.

O terceiro aspecto do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) abordado nesta seção é o direito à educação. A média de anos de estudo das pessoas de 60 anos ou mais de idade é mais baixa do que a da população de 15 anos ou mais de idade, mas elevou-se de 3,5 anos de estudo, em 2004, para 4,8 anos de estudo, em 2014. É interessante observar que os grupos de anos de estudo com maior instrução se tornaram mais representativos no total da população de idosos em relação aos grupos de estudo com menor instrução, que reduziram sua participação no total dessa população. Assim, a proporção de idosos com 9 anos ou mais de estudo aumentou de forma expressiva, passando de 12,7%, em 2004, para 20,7%, em 2014 e diminuiu a proporção daqueles com menos de 1 ano de estudo, que passou de 36,5% para 27,3% no período, conforme o Gráfico 2.10 nesta publicação e a Tabela 2.12 no CD-ROM¹¹.

¹¹ Levando em conta o aumento da escolaridade a cada nova geração de brasileiros, é esperado que o progressivo envelhecimento populacional faça com que gerações com maior nível educacional cheguem à terceira idade. No mesmo sentido, observa-se redução de pessoas analfabetas ou com baixa instrução na medida em as gerações mais educadas substituam as menos educadas.

Gráfico 2.10 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Em relação ao acesso dos idosos ao esporte e lazer, quarto tema investigado nesta seção, a PNS evidenciou que, em 2013, a proporção de pessoas que praticaram o nível recomendado de atividade física no lazer¹² foi somente de 13,6% para pessoas de 60 anos ou mais, e de 22,5% para pessoas de 18 anos ou mais de idade. Uma atividade comum de lazer para os idosos foi assistir televisão, cerca de 32,0% dos idosos declarou assistir televisão por 3 horas ou mais ao dia (PESQUISA..., 2014).

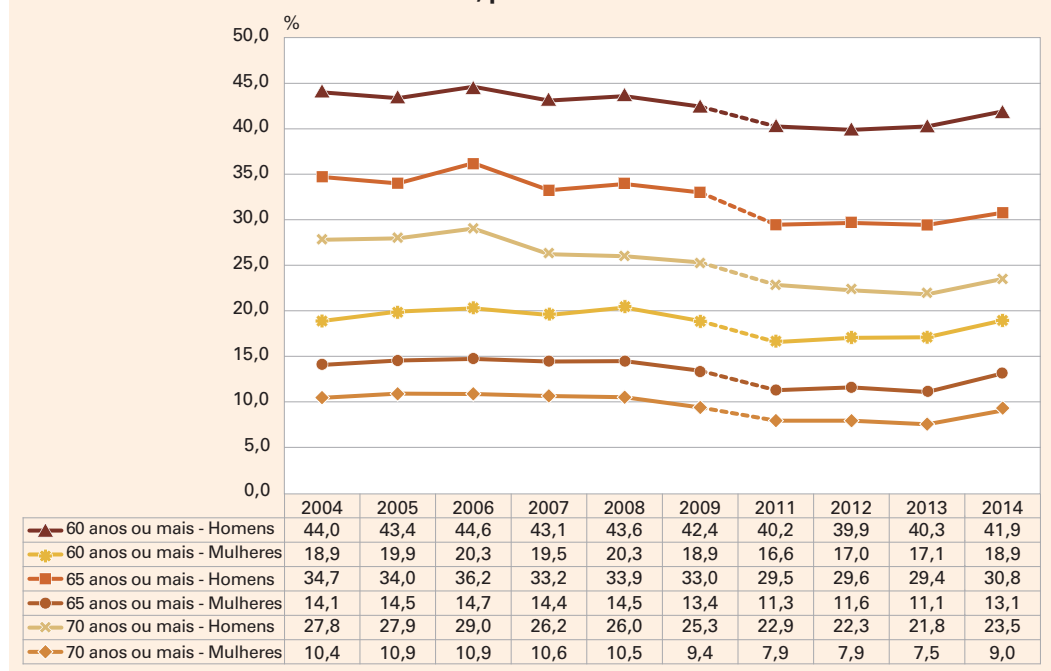
Sobre o quinto aspecto tratado nesta seção, o Estatuto do Idoso procura garantir o direito ao exercício da atividade profissional aos idosos, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas (BRASIL, 2003). O nível de ocupação de pessoas de 60 anos ou mais de idade foi de 29,1% em 2014, sendo que para os homens o indicador foi de 41,9% e para as mulheres de 18,9%. Nas idades mais avançadas o nível de ocupação é menor, chegando a 30,0% para os homens com 65 anos ou mais e 23,5% para aqueles com 70 anos ou mais. É importante observar que, mesmo diminuindo, o nível de ocupação dos homens é superior ao das mulheres em todas as faixas de idade analisadas. A média de horas trabalhadas foi de 33,9 horas para os idosos de 60 anos ou mais de idade ocupados na semana de referência, valor abaixo do tempo médio para a população total ocupada, conforme o Gráfico 2.11 nesta publicação e as Tabelas 2.15 e 2.17 no CD-ROM.

Finalmente, o sexto tema tratado nesta seção é o direito à previdência social, medido por meio do acesso à aposentadoria e pensão. Em 2014, entre idosos de 60 anos ou mais de idade, 57,5% eram somente aposentados, 9,5% eram somente pensionistas e 8,2% acumulavam aposentadoria e pensão. Entre os que não eram aposentados ou pensionistas (24,8%) verificou-se que o nível de ocupação foi maior do que para os idosos como um todo. Por outro lado, a proporção de idosos que já eram aposentados e estavam ocupados na semana de referência foi de 16,4% em 2014 (Tabelas 2.14; 2.16, CD-ROM). A aposentadoria ou pensão foi a principal fonte do

¹² O nível recomendado de atividade física no lazer é de, pelo menos, 150 minutos semanais de atividade física de intensidade leve ou moderada ou de, pelo menos, 75 minutos de atividade física de intensidade vigorosa.

rendimento das pessoas de 60 anos ou mais de idade (66,4%), sendo que o trabalho também foi uma fonte importante (29,3%). Para as pessoas de 65 anos ou mais de idade a participação do rendimento proveniente de aposentadoria ou pensão aumenta (76,1%), enquanto o trabalho correspondeu a 19,0% do rendimento. As outras fontes de rendimento vêm perdendo importância no rendimento dos idosos, enquanto o rendimento do trabalho aumentou participação ao longo do tempo (Tabela 2.18, CD-ROM). Com a tendência de envelhecimento da população aumentam os desafios na concessão de benefícios e na cobertura de programas e serviços direcionados aos idosos, especialmente aqueles associados à seguridade social englobando a área da saúde, previdência e assistência social.

Gráfico 2.11 - Nível de ocupação das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
 Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Famílias

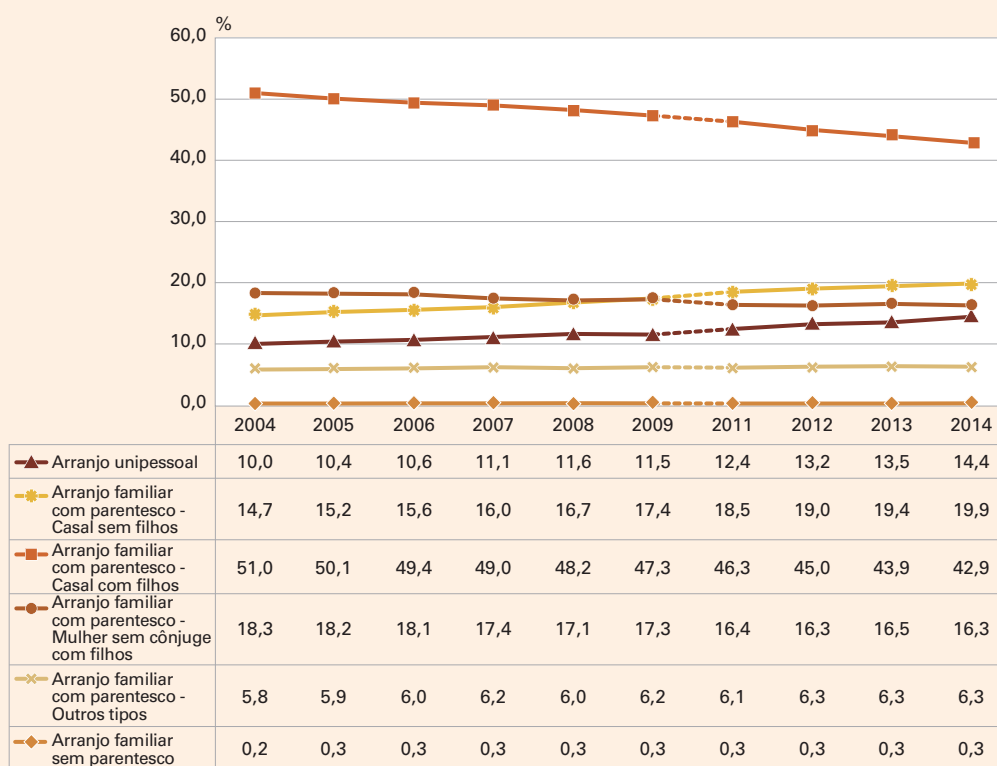
A família é instrumento fundamental na reprodução social de valores culturais, normas e costumes, além de ser relevante para o bem-estar econômico e social de seus membros. A reflexão sobre família é parte do estudo de sociólogos, antropólogos, psicólogos, historiadores, demógrafos, entre outras vertentes. Independentemente da abordagem teórica, as mudanças demográficas, sociais e na legislação estão alterando a composição das famílias ao longo do tempo. Enquanto aumenta a esperança de vida, em todas as idades, a fecundidade apresenta tendência de forte declínio. Assim, na população há uma tendência a ter mais idosos e menos crianças e adolescentes. O aprofundamento da modernização das relações sociais, o aumento da escolaridade e da inserção das mulheres no mundo do trabalho também são fatores que produzem alterações nos arranjos familiares. As atualizações na legislação sobre

divórcio, separação, união estável, e, mais recentemente, casamento entre pessoas do mesmo sexo¹³ também exercem efeito sobre a configuração das famílias. A família é tema recorrente no debate político e se constitui como público alvo de políticas e programas sociais.

De acordo com as definições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar¹⁴. Por meio de indicadores sobre famílias, obtidos principalmente da PNAD 2014, pretende-se delinear as características principais dos arranjos familiares e unipessoais no País.

O total de arranjos familiares e arranjos unipessoais passou de 56,4 milhões, em 2004, a 70,2 milhões, em 2014. A participação percentual dos arranjos unipessoais aumentou no período de 2004 a 2014, de 10,0% para 14,4%. No mesmo período observou-se ligeira diminuição no total de arranjos familiares com parentesco, de 89,8% para 85,3%, enquanto nos arranjos familiares sem parentesco houve estabilidade, cerca de 0,3%, conforme o Gráfico 2.12 nesta publicação e a Tabela 2.19 no CD-ROM.

Gráfico 2.12 - Distribuição percentual dos arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, por tipo - Brasil - 2004/2014



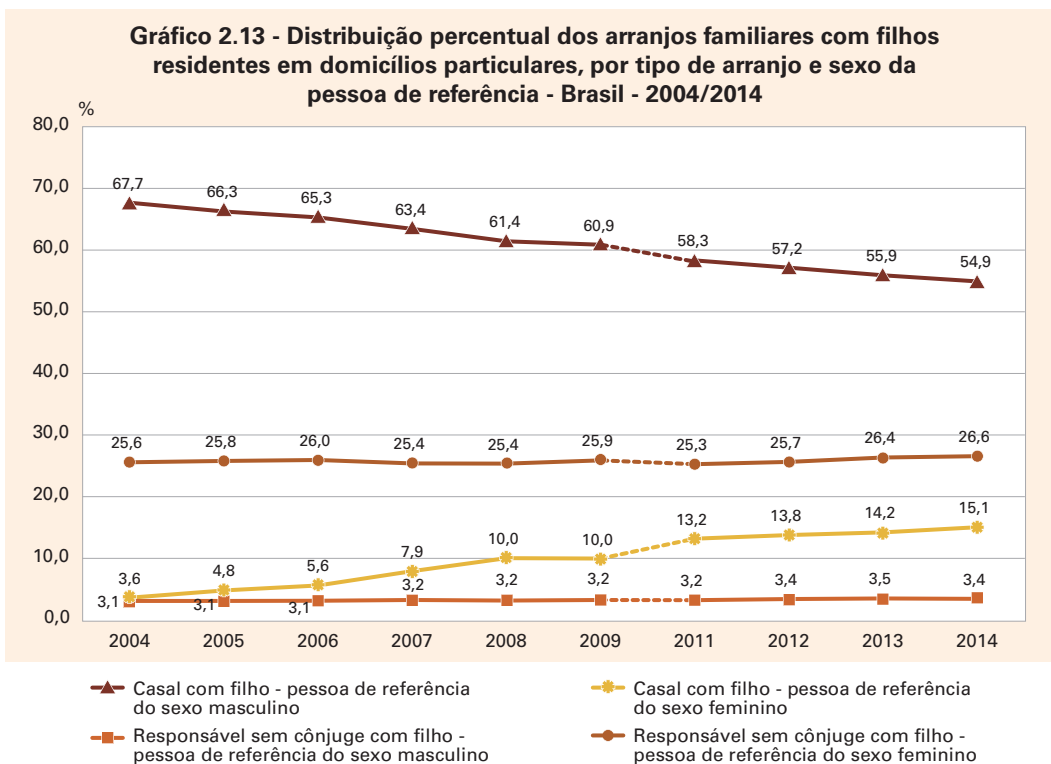
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

¹³ Para uma revisão sobre a evolução da legislação sobre divórcio e separação, consultar o capítulo sobre divórcios na publicação ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2013. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 2014. 207 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015. Para uma revisão sobre a evolução da legislação sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo, consultar na publicação citada, o capítulo sobre casamentos.

¹⁴ Nesta seção, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar será denominada arranjo unipessoal e o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar, será denominado arranjo familiar.

O arranjo familiar com parentesco mais comum foi o composto por casal com filhos, mas houve diminuição desse indicador no período: de 51,0%, em 2004, passou a 42,9%, em 2014. O arranjo formado por casal sem filhos tem ganhado importância e se tornou o segundo em participação (19,9% em 2014), enquanto a proporção de arranjos formados por mulher sem cônjuge e com filhos diminuiu ligeiramente a participação no período (16,3% em 2014). Outros tipos de arranjos correspondiam a 6,3% do total de arranjos em 2014, de acordo com o Gráfico 2.12 nesta publicação e a Tabela 2.19 no CD-ROM. Essas mudanças na composição das famílias em relação à diminuição de arranjos com filhos estão relacionadas, principalmente, com a queda da fecundidade.

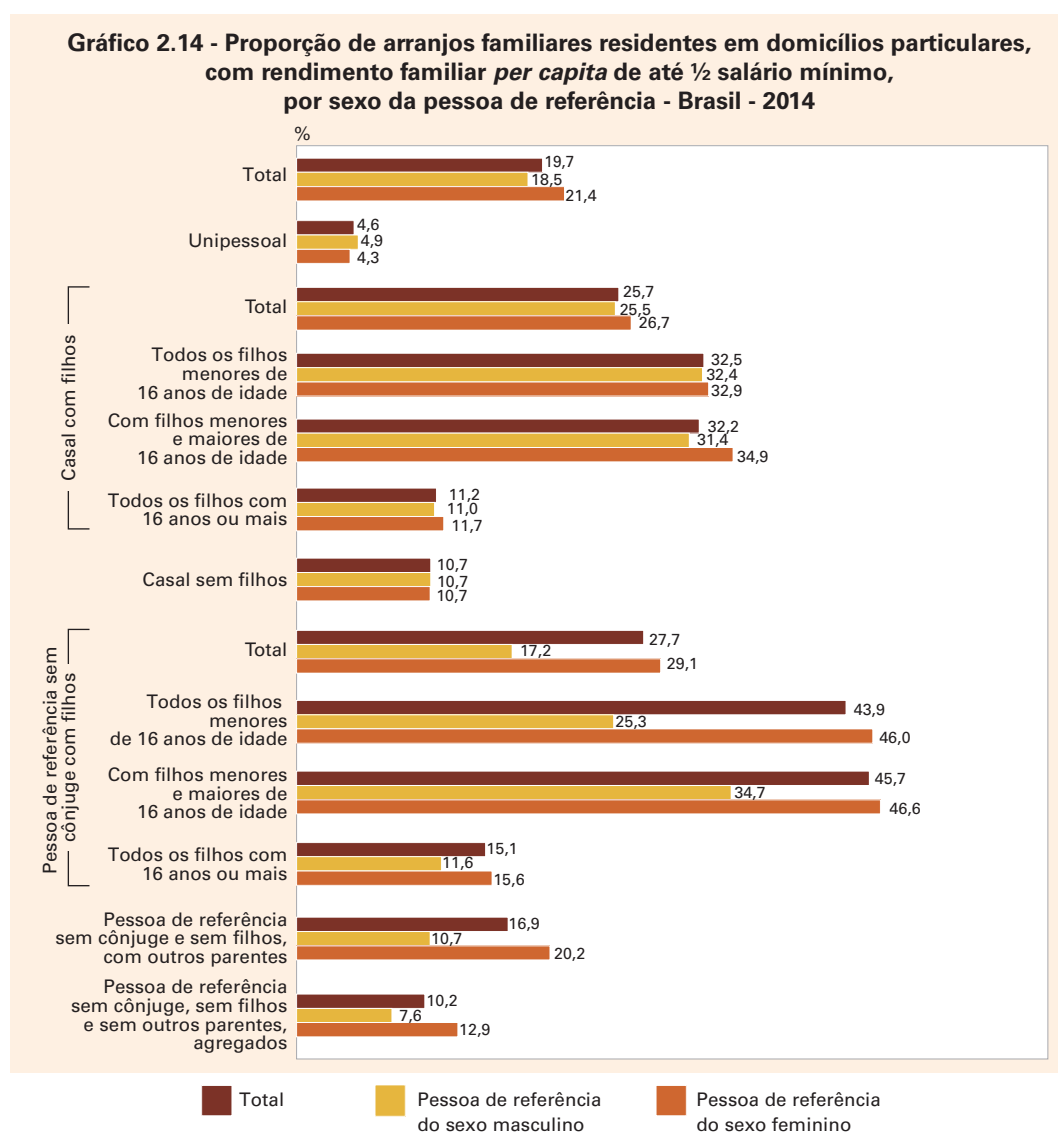
Na composição dos arranjos familiares com presença de filhos, residentes em domicílios particulares, percebe-se que a proporção dos arranjos formados por pessoa de referência sem cônjuge e com filho não se alterou muito no período, ficando em torno de 25,0% em relação ao total de arranjos com filhos, sem grande mudança na configuração por sexo da pessoa de referência. Por outro lado, nos arranjos compostos por casal com filhos, diminuiu a proporção daqueles que tinham o homem como pessoa de referência, em relação ao total de arranjos com filhos, passando de 67,7%, em 2004, para 54,9%, em 2014, e aumentou para aqueles em que a mulher era indicada como a pessoa de referência, variando de 3,6%, em 2004, para 15,1%, em 2014, conforme o Gráfico 2.13 nesta publicação e a Tabela 2.22 no CD-ROM. Este aumento relativo de arranjos formados por casal em que a mulher era a pessoa de referência também foi notado nos arranjos sem filhos residentes (3,4% em 2004 para 10,9% em 2014) (Tabela 2.23, CD-ROM). A definição da pessoa de referência na PNAD era da pessoa assim considerada pelos demais membros na família, e esta metodologia de coleta da informação não se alterou nesses anos. Desta forma, apesar do critério de seleção da pessoa de referência ser subjetivo para cada arranjo familiar, houve uma tendência de crescimento na indicação da mulher como pessoa de referência na família, especialmente nos arranjos formados por casal.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

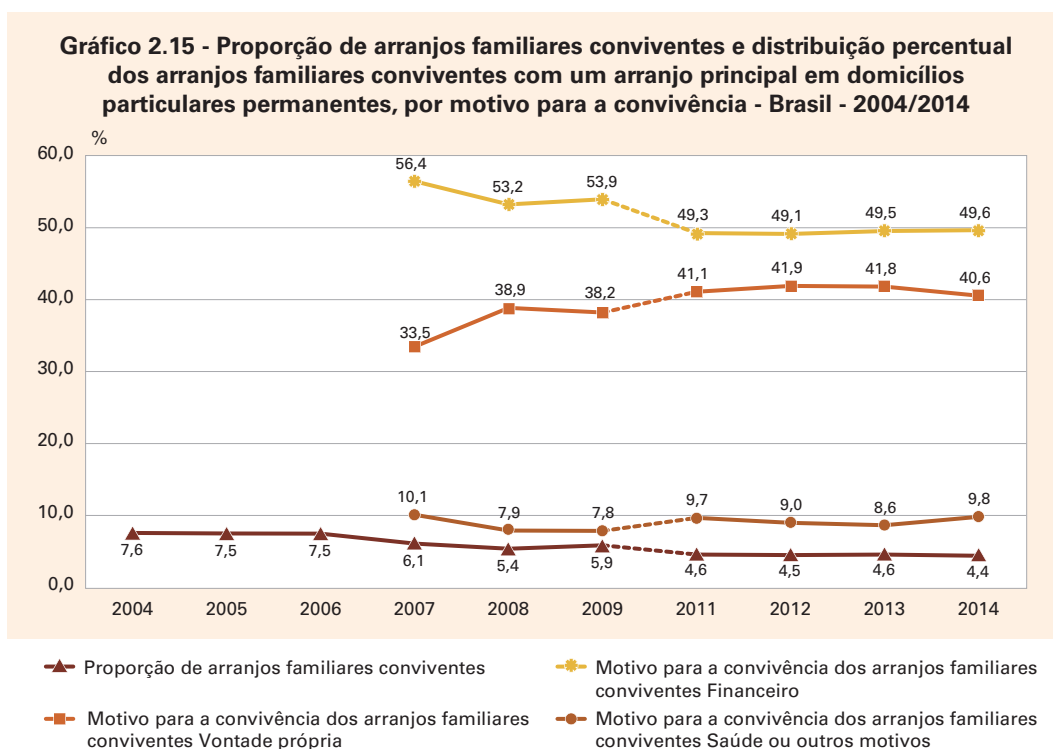
A proporção de arranjos familiares, residentes em domicílios particulares, que tinham rendimento familiar *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo, passou de 23,7% para 19,7%¹⁵, entre 2004 e 2014, conforme o Gráfico 2.14 nesta publicação e a Tabela 2.26 no CD-ROM. Em 2014, foram marcantes os diferenciais por tipo de arranjo: no arranjo unipessoal foi menor a proporção de arranjos com rendimento familiar *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo (4,6%), seguido pelo arranjo de casal sem filhos (10,7%). No entanto, no arranjo formado por pessoa de referência sem cônjuge e com filhos este indicador chegou a 27,7% e para os arranjos de casais com filhos a 25,7%. Destacam-se ainda os diferenciais por sexo da pessoa de referência, especialmente no arranjo formado por pessoa de referência sem cônjuge e com filhos, em que houve maior representação quando a mulher era pessoa de referência (29,1%) em comparação ao homem como pessoa de referência (17,2%). No arranjo formado por casal com filhos, na presença de filhos menores de 16 anos de idade foi maior a proporção de arranjos com rendimento familiar *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo, mas não houve grandes diferenciais por sexo da pessoa de referência, conforme o Gráfico 2.14 nesta publicação e a Tabela 2.26 no CD-ROM.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

¹⁵ Para construção deste indicador, foi considerado o salário mínimo nominal vigente no mês de referência da PNAD em cada um dos anos analisados.

Na PNAD são coletadas informações sobre as famílias conviventes com uma família principal, constituídas por, no mínimo, duas pessoas em cada família, residindo na mesma unidade domiciliar. Entre 2004 e 2014, houve diminuição na proporção de arranjos familiares conviventes no total de arranjos familiares, de 7,6% para 4,4%. Os motivos para tal convivência foram levantados a partir de 2007 e, desde então, observou-se queda relativa na convivência por motivo financeiro, de 56,4% em 2007 para 49,6% em 2014. A convivência por vontade própria teve aumento relativo no período, de 33,5% para 40,6%, e a convivência por motivo de saúde ou outro motivo se apresentou estável (10,1% para 9,8%, no mesmo período), conforme o Gráfico 2.15 nesta publicação e a Tabela 2.27 no CD-ROM. As informações sobre convivência de famílias na mesma unidade domiciliar são utilizadas nos estudos sobre déficit habitacional.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
 Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Um grupo que tem tido destaque na literatura sobre famílias são os casais em que pessoa de referência e cônjuge tem rendimento, a mulher não teve filhos nascidos vivos, vivendo sem a presença de outros parentes ou agregados no domicílio¹⁶. Os casais com duplo rendimento e sem filhos correspondiam a 4,3% dos casais, em 2004, e em 2014 passaram a representar 6,7%. Ao se comparar a participação dos casais DINC (*double income no children*) entre os casais sem filhos a proporção se eleva a 20,4% em 2014. Este fenômeno está relacionado com a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, recebendo rendimentos, com a diminuição da fecundidade e a postergação da maternidade.

¹⁶ Internacionalmente, esses casais são conhecidos como DINC – acrônimo da expressão *double income no children*, enquanto no Brasil não há um acrônimo estabelecido para os casais com duplo rendimento e sem filhos.

termo “geração canguru” tem sido usado para denominar o grupo de pessoas de 25 a 34 anos de idade que viviam na casa dos pais. A proporção de pessoas de 25 a 34 anos de idade que estavam na condição de filho no arranjo familiar passou de 21,2%, em 2004, para 24,3%, em 2014, conforme a Tabela 2 nesta publicação e a Tabela 2.32 no CD-ROM. Entre essas pessoas da “geração canguru”, em 2014, 47,0% viviam na Região Sudeste; 59,0% eram homens; 50,9% eram pretos ou pardos. Para as demais pessoas de 25 a 34 anos de idade que não conviviam com os pais no domicílio, houve diferenças: a maioria era de mulheres (54,9%), 52,0% eram pessoa de referência no domicílio e 41,9% eram cônjuges.

Tabela 2 - Proporção das pessoas de 25 a 34 anos de idade residentes em domicílios particulares, por condição na família, segundo as características selecionadas Brasil - 2014

Características selecionadas	Proporção das pessoas de 25 a 34 anos de idade residentes em domicílios particulares (%)		
	Total	Condição na família	
		Filho	Pessoa de referência, cônjuge, outro parente ou agregado
Grande Região	100,0	100,0	100,0
Norte	8,9	7,2	9,5
Nordeste	27,6	27,4	27,7
Sudeste	42,1	47,0	40,5
Sul	13,6	11,5	14,2
Centro-Oeste	7,8	6,9	8,1
Sexo	100,0	100,0	100,0
Homem	48,5	59,0	45,1
Mulher	51,5	41,0	54,9
Cor ou raça (1)	99,2	99,2	99,2
Branca	44,2	48,3	42,9
Preta ou parda	55,0	50,9	56,3
Nível de instrução mais elevado alcançado (2)	99,7	99,8	99,6
Até fundamental incompleto ou equivalente	21,7	16,2	23,6
Fundamental completo ou equivalente até médio incompleto ou equivalente	16,4	11,9	17,9
Médio completo ou equivalente	37,6	36,8	37,9
Superior incompleto ou nível mais elevado	23,9	34,9	20,3
Anos de estudo			
Média de anos de estudo	9,9	10,7	9,7
Condição de ocupação na semana de referência			
Nível de ocupação na semana de referência	77,4	76,2	77,7
Proporção desocupada na semana de referência	5,9	8,0	5,2
Tipo de atividade na semana de referência	100,0	100,0	100,0
Só estuda	2,3	4,1	1,7
Estuda e trabalha	6,7	9,5	5,8
Só trabalha	70,7	66,7	71,9
Não estuda e não trabalha	20,3	19,7	20,6
Proporção que não estuda, não trabalha e não procurava emprego	15,0	12,7	15,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

(1) Exclui as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração. (2) Exclui nível de instrução não determinado.

Em 2014, o nível de ocupação para as pessoas da geração canguru foi de 76,2% enquanto para as demais pessoas que não viviam com os pais o nível de ocupação foi 77,7%, o que mostra que a permanência na casa dos pais não está diretamente associada com a falta de trabalho. Por sua vez, as pessoas da geração canguru eram mais escolarizadas, pois 34,9% tinham ensino superior incompleto ou nível mais elevado; a média de anos de estudo foi de 10,7 anos; e 13,6% ainda estudavam. Já para aqueles que não residiam com os pais os indicadores apresentaram valores mais baixos: 20,3% tinham ensino superior incompleto; a média de anos de estudos era de 9,7 anos; e 7,5% ainda estudavam, conforme a Tabela 2 nesta publicação e a Tabela 2.32 no CD-ROM. Nesse contexto, a opção de permanecer na casa dos pais para prolongar os estudos fica evidenciada pelos indicadores. Outros motivos citados em estudos, e não passíveis de captação em pesquisas da natureza da PNAD, são de cunho psicológico como, por exemplo, a dependência emocional e a acomodação ao padrão de vida dos pais.

Mesmo sendo uma fonte de informações essencial relativa a diversos temas na área social, a PNAD apresenta limitações para medir novas formas na configuração de famílias e domicílios. Entre os novos arranjos familiares mencionados em estudo realizado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (United Nations Economic Commission for Europe - UNECE) (MEASUREMENT..., 2011), destacam-se aqueles formados por casais do mesmo sexo e as famílias reconstituídas, em que é possível obter informações de outras fontes de dados. As famílias reconstituídas consistem em casais que coabitam, com uma ou mais crianças, em que ao menos uma criança não seja filha de ambos co-residentes (MEASUREMENT..., 2011). Neste sentido, o Censo Demográfico 2010 coletou informações detalhadas sobre as relações de parentesco dentro do domicílio, e com isso foi possível identificar se a criança era filha somente do responsável pelo domicílio, de ambos (responsável e cônjuge) ou somente do cônjuge. De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2010, 83,8% das famílias¹⁷ formadas por casais, residentes em domicílios particulares tinham somente filhos que eram do casal; enquanto 16,2% das famílias formadas por casais foram definidas como famílias reconstituídas; sendo que 5,8% tinham filhos somente do responsável, 3,4% tinham filhos somente do cônjuge e 7,1% tinham as demais configurações possíveis (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2010a).

As informações sobre casais do mesmo sexo podem ser obtidas, de forma parcial, por meio da pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2013, do IBGE¹⁸. Dentre os casamentos registrados, em 2013, cerca de 0,35% foram entre cônjuges do mesmo sexo (ESTATÍSTICAS..., 2014). Além disso, de acordo com o Censo Demográfico 2010, havia em torno de 58 000 casais de pessoas do mesmo sexo no País, correspondendo a 0,1% do total de unidades domésticas (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2010b). Importante mencionar que só foi possível identificar casais de pessoas do mesmo sexo no Censo quando uma das pessoas do casal era indicada como pessoa de referência do domicílio.

¹⁷ Foram analisadas as famílias únicas e conviventes principais, pois nestas havia indicação da pessoa de referência do domicílio. Nas famílias conviventes secundárias, ou de grau mais elevado, não foi feita indicação da pessoa de referência e com isso não foi possível estabelecer as relações de parentesco, consanguinidade e adoção que seriam necessárias.

¹⁸ Em 14.05.2013, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ aprovou a Resolução n. 175, determinando todos os Cartórios de Títulos e Documentos em território brasileiro a habilitar, celebrar casamento civil ou converter a união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013). Nesse mesmo ano o IBGE investigou tais informações nas Estatísticas do Registro Civil.

Educação

A educação apresenta considerável impacto nas características socioeconômicas e demográficas da população. Diferentes níveis educacionais estão relacionados a diferentes hábitos de saúde, comportamentos reprodutivos, níveis salariais, escolhas religiosas, oportunidades de mobilidade social, formas de participação política, etc. O acesso à educação de qualidade e ao longo da vida é cada vez mais imprescindível para a inserção social plena. Nesse sentido, informações sobre o perfil educacional da população são essenciais para se conhecer a realidade do Brasil e orientar políticas públicas que aprimorem as condições de vida dos brasileiros.

Os dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo IBGE, permitem retratar o sistema educacional brasileiro e monitorar diversas dimensões da escolaridade da população brasileira. Esse sistema está legalmente organizado em dois níveis: educação básica e superior. A educação básica, por sua vez, divide-se em três níveis: educação infantil, que compreende formalmente a faixa de 0 a 5 anos de idade, ensino fundamental, de 6 a 14 anos de idade, e ensino médio, de 15 a 17 anos de idade. Trata-se de um sistema administrativamente descentralizado, no qual a educação infantil e o ensino fundamental são de responsabilidade de oferta e gestão dos municípios enquanto o ensino médio é, prioritariamente, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. É competência do governo federal, dentre outras atribuições, atuar no ensino superior e prestar assistência técnica e financeira às esferas estadual e municipal, buscando garantir a equidade dos gastos nas diferentes Unidades da Federação.

Em linhas gerais, na última década, foram continuadas e aprofundadas as políticas educacionais anteriormente adotadas. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, institucionalizado pela Lei n. 11.494, de 20.06.2007 (BRASIL, 2007), foi possível ampliar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, instituído pela

Lei n. 9.424, de 24.12.1996 (BRASIL, 1996b), o qual vigorou até 2006. O FUNDEB passou a destinar recursos para a educação básica, tanto na modalidade regular quanto na integrada à educação profissional e educação de jovens e adultos. Em 2006, a obrigatoriedade do ensino fundamental foi ampliada de 8 para 9 anos através da Lei n. 11.274, de 06.02.2006 (BRASIL, 2006), e, no ano seguinte, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, do Ministério da Educação, deu clara ênfase ao ensino fundamental e definiu metas para a melhoria da qualidade a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB¹.

Merece destaque a Emenda Constitucional n. 59, de 11.11.2009, que ampliou, progressivamente, a obrigatoriedade da educação básica para a faixa de 4 a 17 anos de idade até 2016. A Lei n. 12.796, de 04.04.2013, oficializou essa mudança, alterando o texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, instituída pela Lei n. 9.394, de 20.12.1996 (BRASIL, 1996a, 2013a). A educação básica passou a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade e organizada em três etapas: pré-escola (nível obrigatório da educação infantil), ensino fundamental e ensino médio.

Somado a esses avanços nas políticas educacionais, foi aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, de acordo com a Lei n. 13.005, de 25.06.2014, cujas 20 metas nacionais têm vigência por 10 anos (BRASIL, 2014). A Emenda Constitucional n. 59, de 11.11.2009 (BRASIL, 2009) fez com que o PNE se tornasse uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. Assim, o PNE passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, servindo de base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, com previsão de percentual do Produto Interno Bruto - PIB para o seu financiamento².

Cumprir destacar ainda que esse ano foi elaborada pela Secretaria da Educação Básica, de forma preliminar, uma proposta para a Base Nacional Comum Curricular³- BNCC, a qual norteará os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem da educação básica em atendimento ao PNE. O documento final deverá ser encaminhado pelo Ministério da Educação, no primeiro semestre de 2016, para o Conselho Nacional de Educação - CNE, a quem caberá por lei a tarefa de aprovar a BNCC.

Em relação à agenda internacional de educação, no dia 25 de setembro de 2015, os 193 Estados-membros das Nações Unidas aprovaram por unanimidade os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, que substituem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM até 2030. Essa nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável é composta por 17 objetivos e 169 metas. O ODS 4, sobre educação, possui 10 metas que buscam assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos⁴.

¹ Esse indicador integra os resultados de desempenho dos alunos com as informações sobre rendimento escolar provenientes do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. O desempenho dos alunos é medido por meio da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRES (também denominada Prova Brasil) e da Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB. A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala aplicada aos alunos das 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental, de escolas públicas localizadas em áreas urbanas. A ANEB é aplicada para amostras de estudantes do 5º e 9º anos (4ª e 8ª séries) do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, nas redes pública e privada. As duas avaliações medem o desempenho dos alunos em português e matemática, além de fornecerem informações sobre seu contexto socioeconômico.

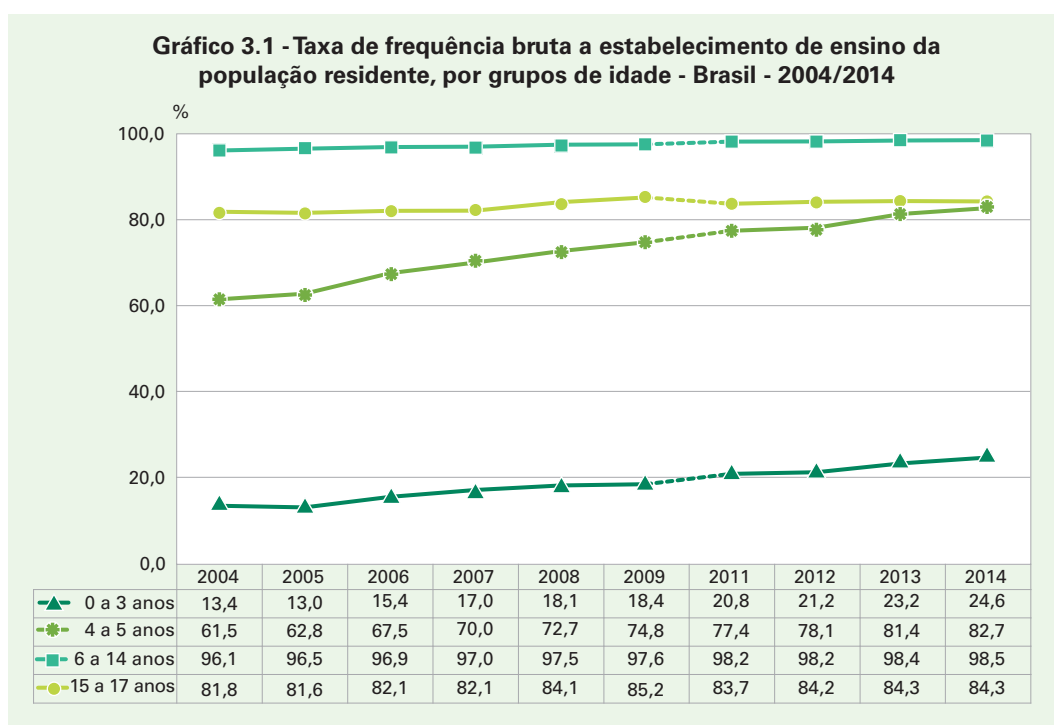
² Para informações mais detalhadas, consultar o documento PLANEJANDO a próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. 63 p. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

³ Para informações mais detalhadas, consultar: BASE nacional comum regular. [Brasília, DF]: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: nov. 2015.

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: SUSTAINABLE development: goals. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, [2015]. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/topics>>. Acesso em: nov. 2015.

Tendo em vista esse quadro geral, este capítulo pretende avaliar a evolução da educação no Brasil a partir de uma seleção de indicadores ao longo dos últimos 10 anos, tendo como fontes os dados anuais da PNAD e de pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, como o Censo da Educação Superior, além de dados provenientes de publicações internacionais.

Observou-se crescimento do acesso à educação infantil de acordo com os dados da PNAD. Em 10 anos, as taxas de escolarização das crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade subiram de 13,4% e 61,5% em 2004 para 24,6% e 82,7% em 2014, conforme o Gráfico 3.1 nesta publicação e a Tabela 3.1 no CD-ROM. A taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade permaneceu próxima da universalização. Por sua vez, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola cresceu somente 2,4 pontos percentuais, passando de 81,8% em 2004 para 84,3% em 2014 (Tabela 3.1, CD-ROM).



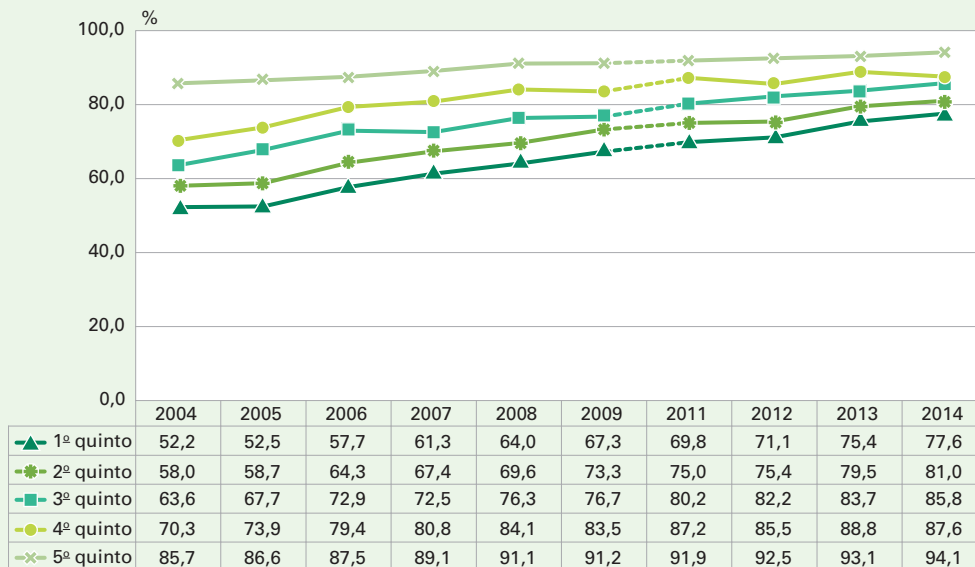
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

A ampliação da obrigatoriedade da educação básica para crianças a partir de 4 anos de idade representou um importante avanço no acesso à escola em uma fase crucial para o desenvolvimento cognitivo (ARAÚJO, 2011; CUNHA; HECKMAN, 2009). Assegurar o acesso de meninos e meninas a escolas de qualidade na primeira infância que os preparem para o ingresso no ensino fundamental está previsto na Meta 4.2 do ODS 4. Paralelamente, o PNE e a Lei n. 12.796, de 04.04.2013 preveem a universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade. Durante os 10 anos analisados, é possível observar que houve uma diminuição da desigualdade de acesso à escola entre os quintos de rendimento mensal domiciliar *per capita*. A diferença entre o percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentavam escola do quinto com maiores rendimentos e do quinto com menores rendimentos caiu pela metade, isto é, passou de 33,5 pontos percentuais para 16,6 pontos percentuais entre

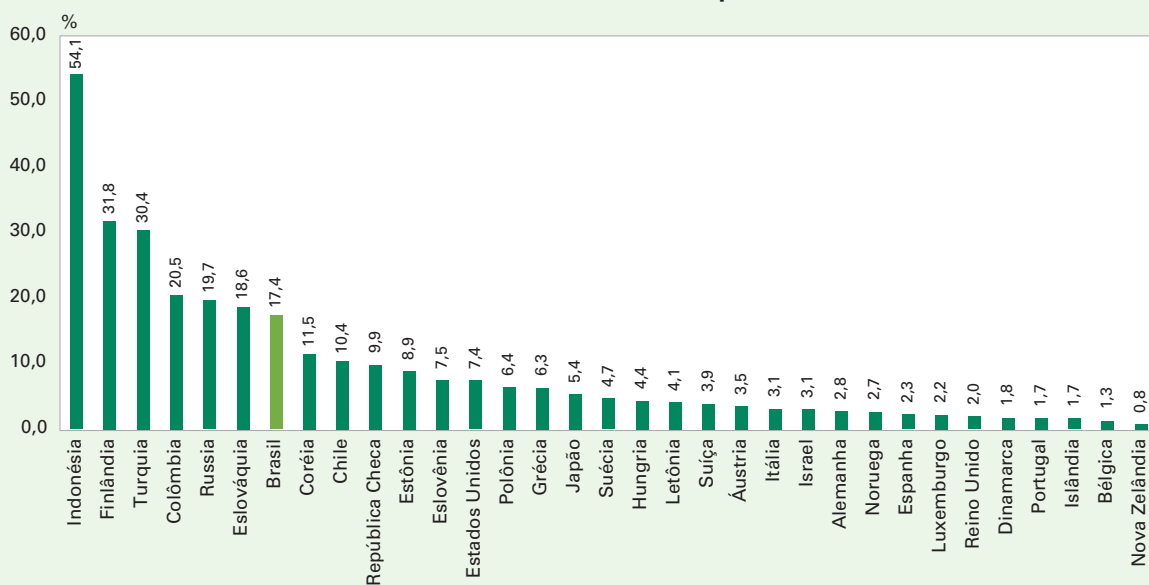
2004 e 2014, conforme pode ser observado no Gráfico 3.2. Por outro lado, os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), evidenciam que o Brasil estava entre os países membros ou associados a essa instituição com maior percentual de crianças de 5 anos de idade que não frequentavam escola em 2012 (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.2 - Proporção das crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam instituição de ensino, segundo quintos do rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil - 2004/2014



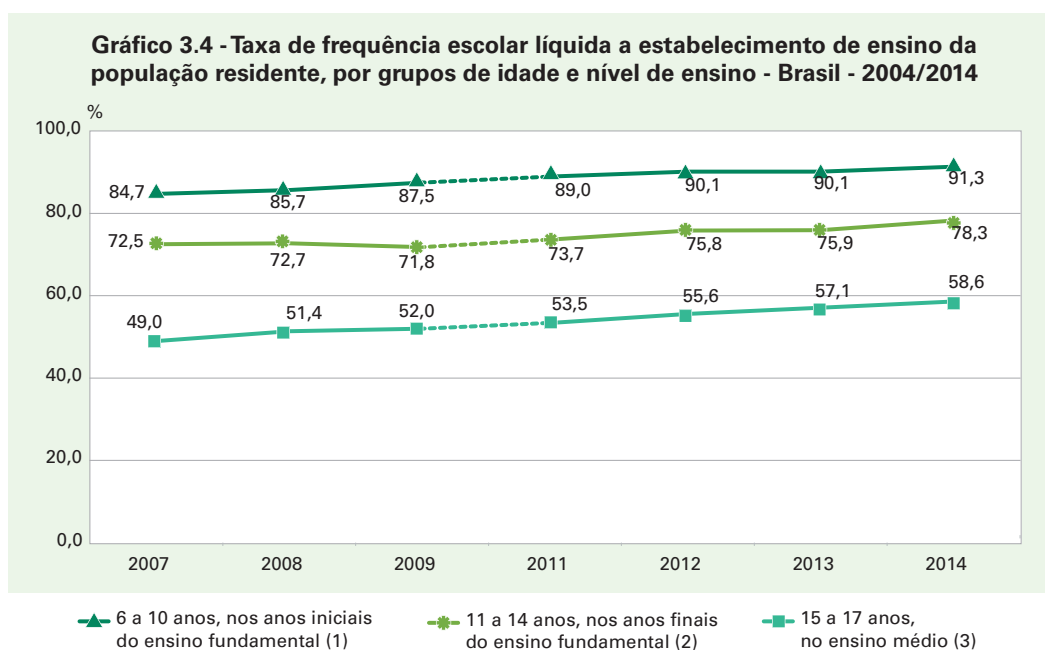
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Gráfico 3.3 - Proporção de crianças de 5 anos de idade que não frequentam instituição de ensino, segundo os países membros ou parceiros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e parceiros - 2012



Fonte: Education at a glance 2014: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2014.
Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.
Nota: Holanda, Irlanda, França, Austrália, Argentina e México apresentaram proporção de 100% das pessoas de 5 anos de idade frequentando escola.

A universalização da educação básica obrigatória dependerá igualmente da melhoria na eficiência do sistema escolar. Diversos estudos indicam que o atraso escolar é um dos grandes motivadores da evasão definitiva. Logo, a regularização do fluxo escolar é considerada um importante mecanismo de redução do abandono escolar (RIBEIRO, 1991). As taxas de frequência escolar líquida indicam a proporção de pessoas que frequentam escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária, excluindo as que já completaram esse nível, estejam ou não frequentando um curso mais elevado. Em 2014, a taxa de frequência escolar líquida nos anos iniciais do ensino fundamental, isto é, do 1º ao 5º ano, era de 91,3%. Esse percentual diminui à medida que se avança para os níveis subsequentes, conforme esperado pelo acúmulo de repetências ao longo do percurso escolar. Nesse sentido, as taxas de frequência escolar líquida para os anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e para o ensino médio eram de 78,3% e de 58,6%, respectivamente. Houve melhorias na adequação da idade em todos os níveis analisados ao longo dos anos⁵ (Gráfico 3.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

(1) Exclui pessoas com os anos iniciais do ensino fundamental completo. (2) Exclui pessoas com os anos finais do ensino fundamental completo. (3) Exclui pessoas com o ensino médio completo.

Mudanças no atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos de idade têm impacto sobre outra medida de eficiência do sistema de ensino: taxa de conclusão do ensino médio. Esse foi um dos indicadores propostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO) para monitorar a Meta 4.1 do ODS 4, cuja finalidade é assegurar ensinos fundamental e médio gratuitos, de qualidade e equitativos para

⁵ Como o questionário de educação da PNAD passou a coletar informações sobre o ensino fundamental de nove anos a partir de 2007, optou-se por iniciar a análise da frequência líquida para a faixa etária de 6 a 14 anos a partir desse ano.

meninos e meninas, levando a resultados efetivos de aprendizado⁶. O indicador foi calculado a partir da proporção de pessoas de 20 a 22 anos de idade que concluíram o ensino médio. Esse grupo etário representa as pessoas cuja idade era de 3 a 5 anos acima daquela esperada para frequência no último ano do ensino médio.

A taxa de conclusão do ensino médio passou de 45,5% para 60,8% entre 2004 e 2014, isto é, em uma década, mais da metade desses jovens passou a ter pelo menos o ensino médio completo. Um indicador similar, divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL)⁷, evidencia que a taxa de conclusão do ensino médio para pessoas de 20 a 24 anos de idade na América Latina era de 57,5% em 2013, ligeiramente abaixo da taxa divulgada para o Brasil naquele ano, cujo valor foi de 61,7%. Chile (84,2%), Colômbia (69,0%), Equador (64,9%), Peru (82,1%) e Venezuela (72,7%) superaram a taxa brasileira.

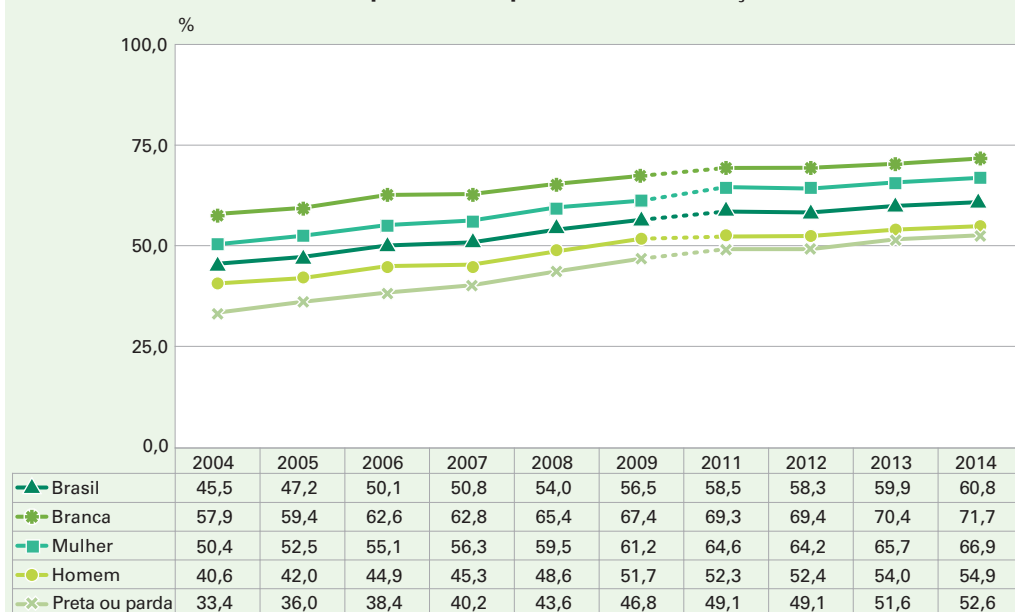
A taxa de conclusão do ensino médio era de 54,9% em 2014 para os homens, enquanto que para as mulheres essa taxa atingiu 66,9%, 12,0 pontos percentuais acima da dos homens. A vantagem das jovens pode estar relacionada a papéis de gênero que direcionam os jovens mais cedo para o mercado de trabalho, fazendo com que eles conciliem mais frequentemente estudo e trabalho, agravando seu atraso escolar. O diferencial na taxa de conclusão do ensino médio era ainda maior entre jovens brancos e pretos ou pardos desse grupo etário, atingindo 19,1 pontos percentuais. Como consequência, esse indicador para os jovens pretos ou pardos em 2014 era menor do que o dos jovens brancos em 2004 (Gráfico 3.5).

Outro indicador que está diretamente relacionado à evolução do atraso escolar é a proporção dos estudantes de 18 a 24 anos de idade que frequentava o ensino superior, nível adequado a essa faixa etária. O aumento da taxa de frequência escolar líquida no ensino médio certamente irá acelerar esse processo. Um avanço nesse sentido pode ser observado por meio da queda significativa de 15,8% para 4,3% na proporção dos estudantes de 18 a 24 anos que frequentavam o ensino fundamental entre 2004 e 2014. Em 2014, entre os estudantes dessa faixa etária, 58,5% frequentavam o ensino superior, enquanto, em 2004, somente 32,9% desses estudantes estavam no nível de ensino recomendado para a sua faixa etária. Contudo, a adequação da idade em relação ao curso frequentado ainda é bastante desigual dependendo da região de moradia do estudante. Enquanto a proporção de estudantes de 18 a 24 anos que frequentavam o ensino superior ficavam acima da média nacional nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, apenas 40,2% e 45,5% dos jovens estudantes das Regiões Norte e Nordeste, respectivamente, cursavam esse nível em 2014 (Gráfico 3.6). Em complemento, do total de estudantes pretos ou pardos dessa faixa etária, 45,5% cursavam o ensino superior em 2014, contra 16,7% em 2004. Esse percentual é abaixo daquele alcançado pelos jovens estudantes brancos 10 anos antes (Gráfico 3.7).

⁶ Para informações mais detalhadas, consultar o documento: LIST of proposals: (July 7 2015). New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2015. 114 p. Disponível em: <<http://unstats.un.org/sdgs/files/IAEG-SDGs%20-%20list%20of%20proposals%20-%2020150707.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

⁷ Para informações mais detalhadas, consultar: PORCENTAJE de personas de 20 a 24 años con educación secundaria completa por sexo. In: NACIONES UNIDAS. Comisión Económica Para América Latina y el Caribe. Cepalstat: base de datos. Santiago de Chile: Cepal, [2015]. Disponível em: <<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2119&idioma=e>>. Acesso em: set. 2015.

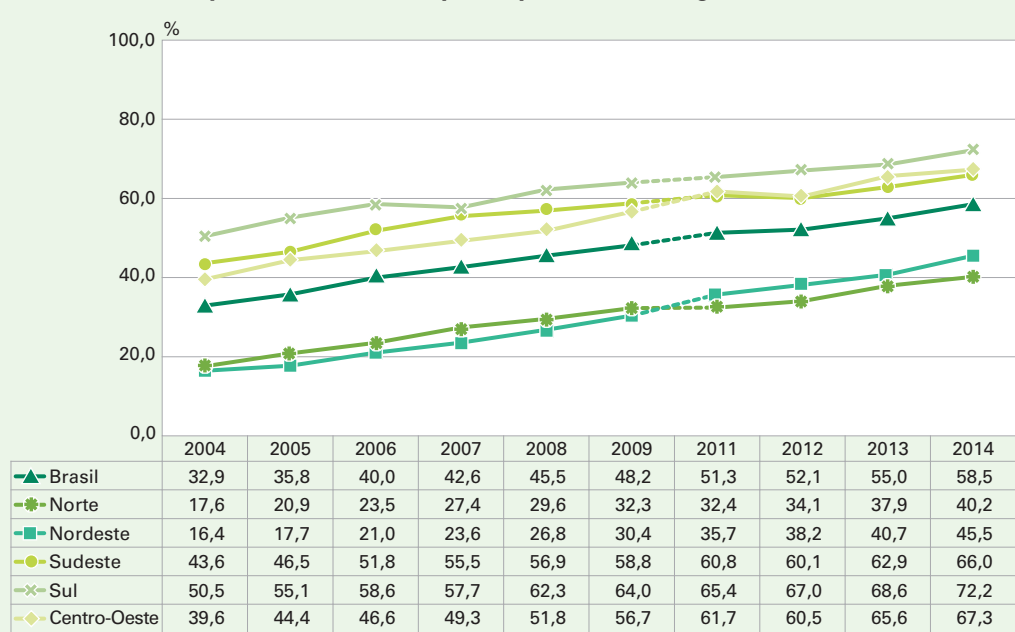
Gráfico 3.5 - Proporção de pessoas de 20 a 22 anos de idade que concluíram o ensino médio ou níveis posteriores, por sexo e cor ou raça - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Gráfico 3.6 - Proporção dos estudantes de 18 a 24 anos de idade que frequentam o ensino superior, por Grandes Regiões - 2004/2014

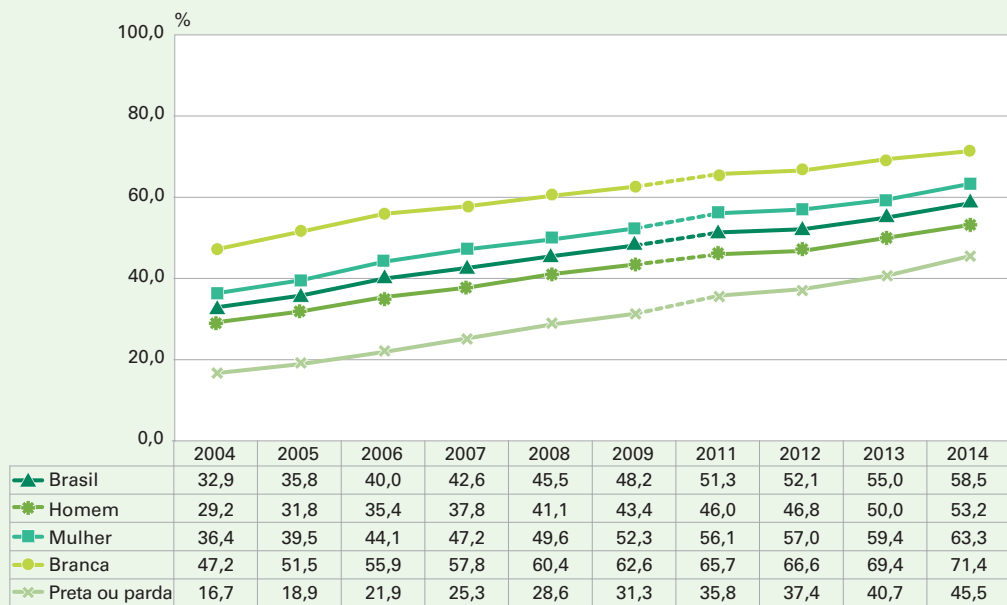


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Inclusive mestrado e doutorado.

2. Não houve pesquisa em 2010.

Gráfico 3.7 - Proporção dos estudantes de 18 a 24 anos de idade que frequentam o ensino superior, por sexo e cor ou raça - Brasil - 2004/2014



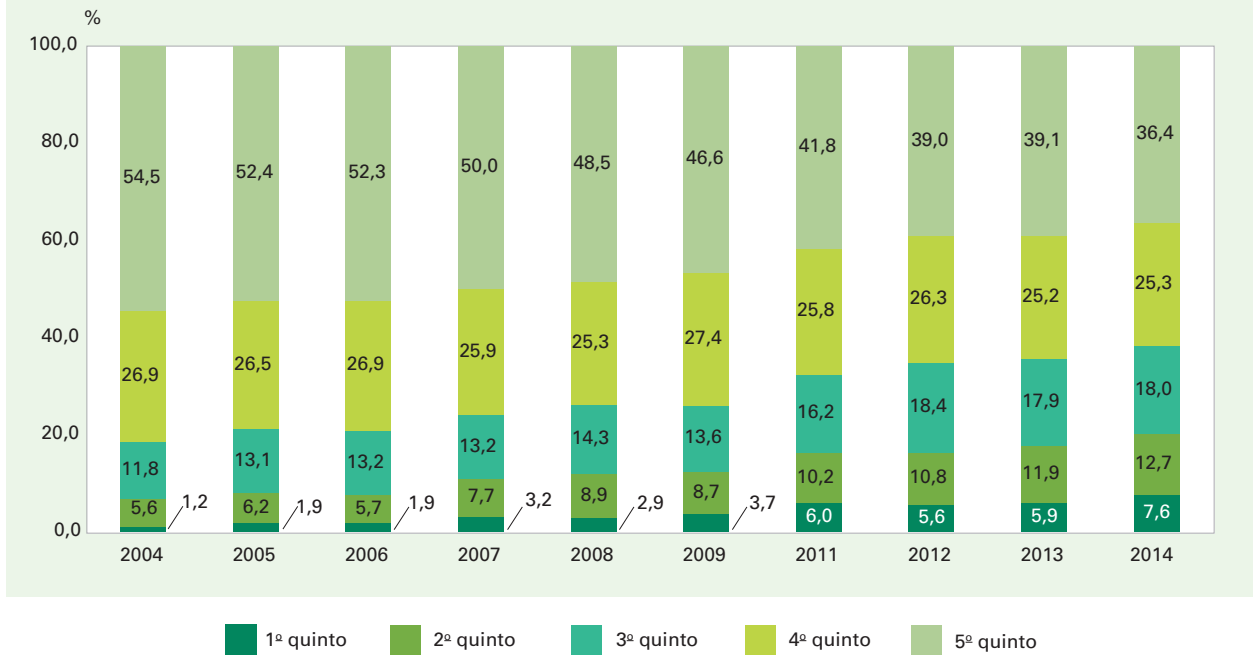
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Inclusive mestrado e doutorado.

2. Não houve pesquisa em 2010.

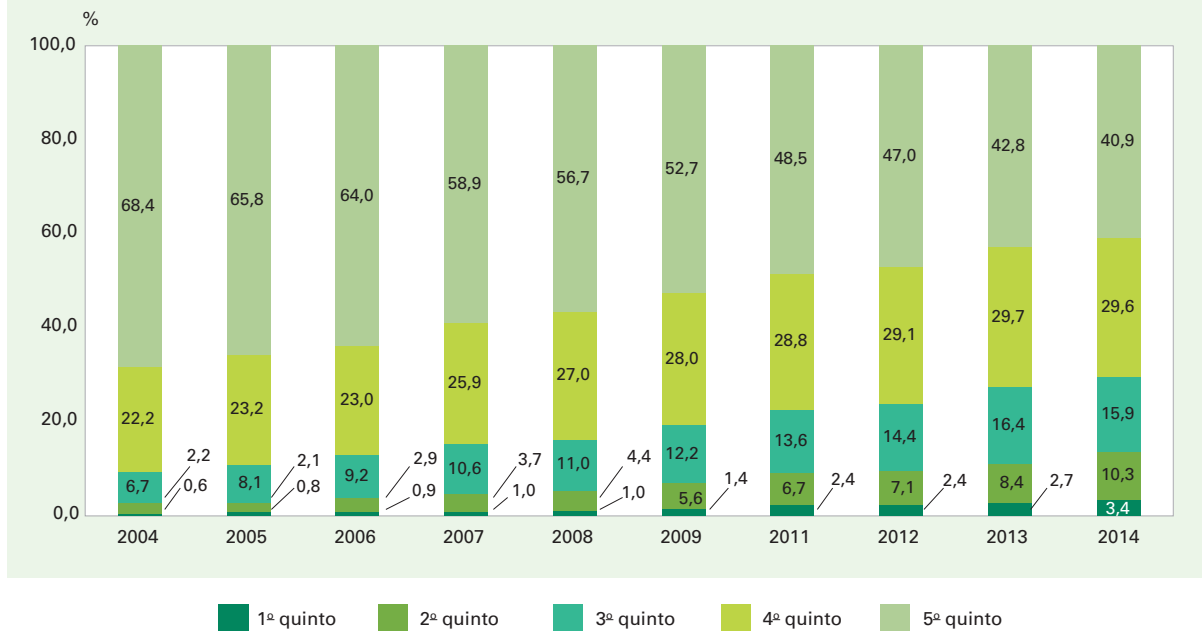
A rede privada ampliou o seu atendimento nos ensinos fundamental e superior nos 10 anos analisados. Em 2004, o percentual de estudantes que frequentavam instituições privadas de ensino fundamental, médio e superior era de 11,2%, 15,0% e 73,3%, respectivamente (Tabela 3.10, CD-ROM). Esses percentuais passaram para 14,6%, 12,8% e 76,8%, respectivamente, em 2014. A rede pública continuou atendendo uma proporção maior de alunos pertencentes aos 20% com menores rendimentos (1º quinto) no ensino fundamental e médio, enquanto que a rede privada concentrou um percentual maior de alunos provenientes do quinto com maiores rendimentos (5º quinto), ainda que tenha havido um aumento da participação do 1º quinto na rede privada de educação básica. Em relação ao ensino superior, permaneceu a tendência de democratização no acesso às duas redes, fazendo com que os estudantes provenientes dos estratos de renda com menores rendimentos ampliassem sua participação, enquanto os estudantes pertencentes ao quinto com maiores rendimentos se tornassem menos representativos no total (Gráficos 3.8 e 3.9).

Gráfico 3.8 - Distribuição percentual de estudantes no ensino superior da rede pública, por quintos do rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
 Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Gráfico 3.9 - Distribuição percentual de estudantes no ensino superior da rede privada, por quintos do rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
 Nota: Não houve pesquisa em 2010.

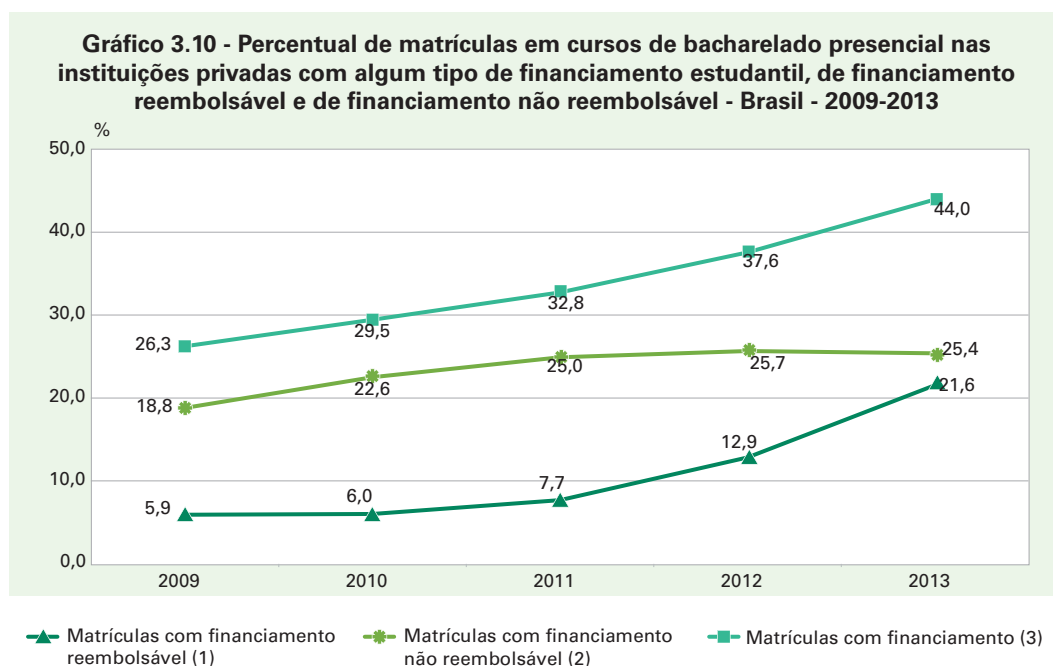
Além do contexto favorável à ampliação do acesso ao ensino superior, proporcionado pelo aumento do nível educacional da população e pelas melhorias nas condições econômicas das famílias que liberam jovens para seguirem estudando ao invés de se dedicarem exclusivamente ao trabalho, a democratização do acesso ao ensino superior foi estimulada por uma série de políticas públicas. Essas políticas vão desde o aumento das reservas de vagas nas instituições públicas direcionadas aos alunos de diferentes perfis (portador de deficiência, procedente de escola pública, com baixa renda familiar, etnias específicas, etc) até o aumento do financiamento estudantil reembolsável (como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES) e não reembolsável (como o Programa Universidade para Todos - PROUNI), disponível aos alunos das instituições privadas.

Os Censos do Ensino Superior de 2009 e 2013 evidenciaram um aumento no percentual de alunos matriculados nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) em cursos de bacharelado presencial que ingressaram por meio de reserva de vagas. Esse percentual dobrou de 2009 a 2013, passando de 5,6% em 2009 para 11,6% em 2013. Além disso, houve expansão de 808 902 para 1 123 580 do total de matriculados nesses cursos oferecidos pelo setor público durante o período.

As instituições privadas de ensino superior (com fins lucrativos e sem fins lucrativos) também ampliaram o percentual de matrículas associadas a algum tipo de financiamento estudantil. Em 2009, o percentual de matrículas com algum tipo de financiamento não reembolsável⁸ em cursos de bacharelado presencial nas instituições privadas era de 18,8% e, em 2013, esse percentual atingiu 25,4%, sendo que 29,9% dessas bolsas pertenciam ao PROUNI. De forma mais intensa, houve aumento no percentual de matrículas em cursos de bacharelado presencial com financiamento estudantil reembolsável⁹ nas instituições privadas, como o FIES. Esse percentual passou de 5,9% em 2009 para 21,6% em 2013, sendo que 92,0% dessas bolsas pertenciam ao FIES. Assim, em 2009, 26,3% das 2 842 203 matrículas no setor privado em curso de bacharelado presencial contavam com algum tipo de auxílio financeiro, seja por meio de financiamentos não reembolsáveis, seja através de subsídios aos juros pagos nos financiamentos estudantis reembolsáveis. Em 2013, quase metade (44,0%) dos 3 427 528 das matrículas no setor privado em curso de bacharelado presencial se beneficiava de algum tipo de auxílio financeiro (Gráfico 3.10).

⁸Tipos de financiamento/bolsa estudantil não reembolsável: PROUNI Integral, PROUNI Parcial, governo estadual, governo municipal, instituição de ensino superior ou entidades externas.

⁹Tipos financiamento/bolsa estudantil reembolsável: FIES, governo estadual, governo municipal, instituição de ensino superior ou entidades externas.

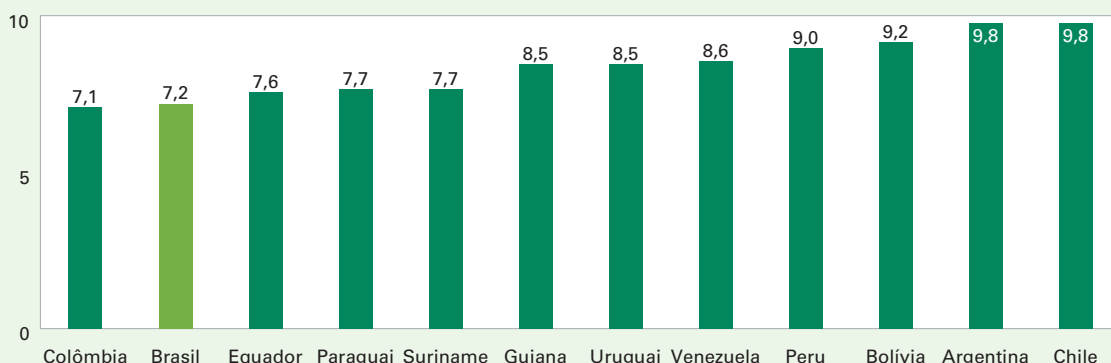


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo da Educação Superior 2009-2013.
 (1) Reembolsável: FIES, governo estadual, governo municipal, Instituição de Ensino Superior ou entidades externas.
 (2) Não reembolsável: PROUNI Integral, PROUNI Parcial, governo estadual, governo municipal, Instituição de Ensino Superior ou entidades externas. (3) Financiamento estudantil: financiamento estudantil reembolsável ou financiamento estudantil não reembolsável.

O aumento do acesso à educação básica e superior tem como consequência a elevação da escolaridade da população brasileira à medida que as gerações mais educadas substituem as menos educadas, elevando sua representatividade na população total. A taxa de analfabetismo e a média de anos de estudo atingidas pela população são um retrato do nível educacional acumulado ao longo de gerações de brasileiros. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2004 a 2014, passando de 6,4 para 7,8 anos de estudo completos, o que não equivale nem ao ensino fundamental completo (Tabela 3.12, CD-ROM). É interessante observar que o Chile¹⁰ possuía uma média de anos de estudo de exatamente 6,4 em 1980, isto é, o Brasil demorou quase 25 anos para atingir o patamar chileno, conforme aponta o *Human development report 2014*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (United Nations Development Programme - UNDP) (HUMAN..., 2014). Esse dado evidencia que o déficit educacional brasileiro é histórico e que sua alteração é necessariamente lenta, levando em conta o tempo requerido para a formação de cada nova geração. Esse Relatório mostra que o Brasil e a Colômbia apresentaram as menores médias de anos de estudo da América do Sul para esse segmento da população (HUMAN..., 2014) (Gráfico 3.11).

¹⁰ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o documento: EXPLANATORY note on the 2014 human development report composite indices: Chile: HDI values and rank changes in the 2014 human development report. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2014. [5] p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/CHL.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

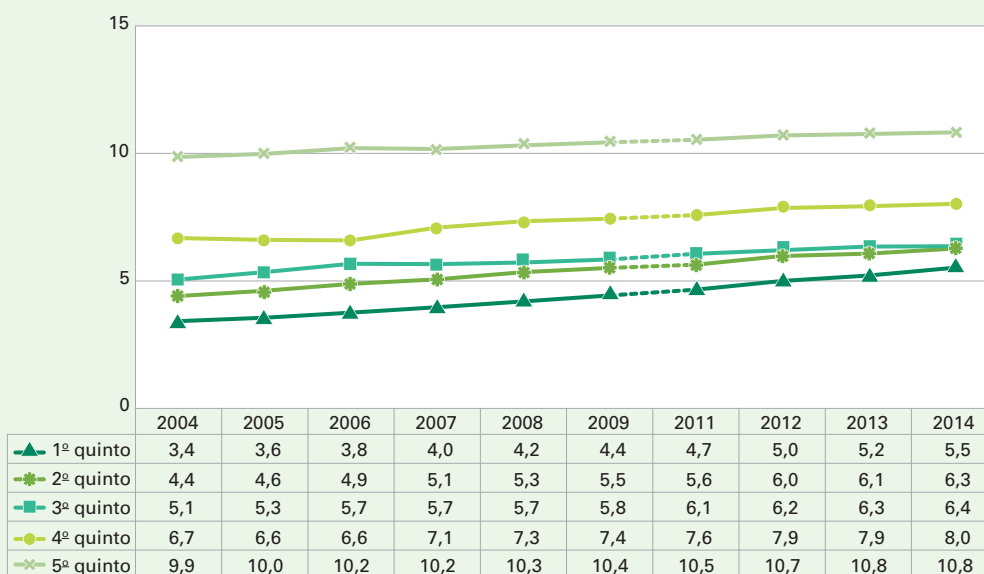
Gráfico 3.11 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo os países da América do Sul - 2012



Fonte: Human development report 2014: sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience. New York: United Nations Development Programme, UNDP, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais>. Acesso em: nov. 2015.

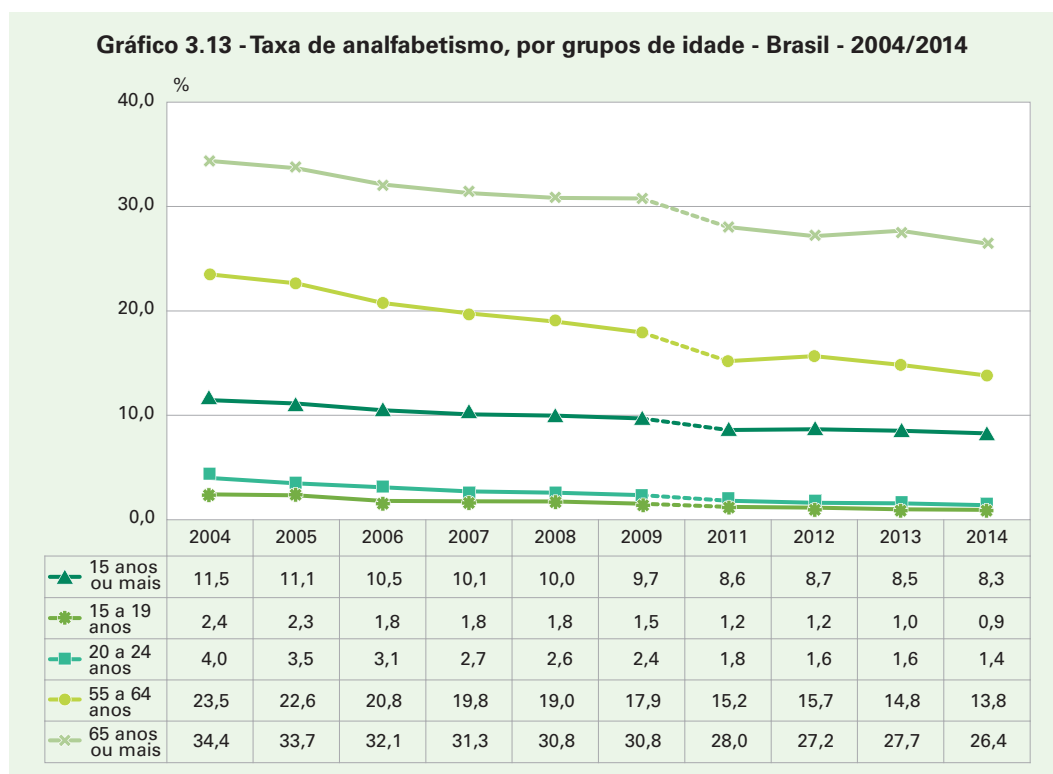
Além de comparações internacionais, a evolução da média de anos de estudo permite o acompanhamento do processo de democratização escolar, isto é, das oportunidades de acesso ao ensino. A análise da média de anos de estudo por quintos do rendimento domiciliar *per capita* evidencia que, ao longo de 10 anos, reduziu-se a distância entre o 1º quinto e o 5º quinto, mas a desigualdade entre eles permaneceu significativa. Em 2004, os 20% com maiores rendimentos da população apresentavam um valor médio de anos de estudo quase três vezes maior do que aquele dos 20% com menores rendimentos. Em 2014, essa vantagem do quinto com maiores rendimentos passou para praticamente duas vezes (Gráfico 3.12).

Gráfico 3.12 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por quintos do rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Outro aspecto relevante com relação à realidade educacional brasileira é a evolução da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade. Houve uma queda de 3,2 pontos percentuais nessa taxa nos últimos 10 anos, reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,5%, em 2004, para 8,3% em 2014 (Tabela 3.14, CD-ROM). A queda das taxas de analfabetismo ocorreu para todas as faixas etárias, sendo que a população com idade acima dos 65 anos permaneceu com a maior incidência de analfabetismo (26,4%), como era esperado (Gráfico 3.13).

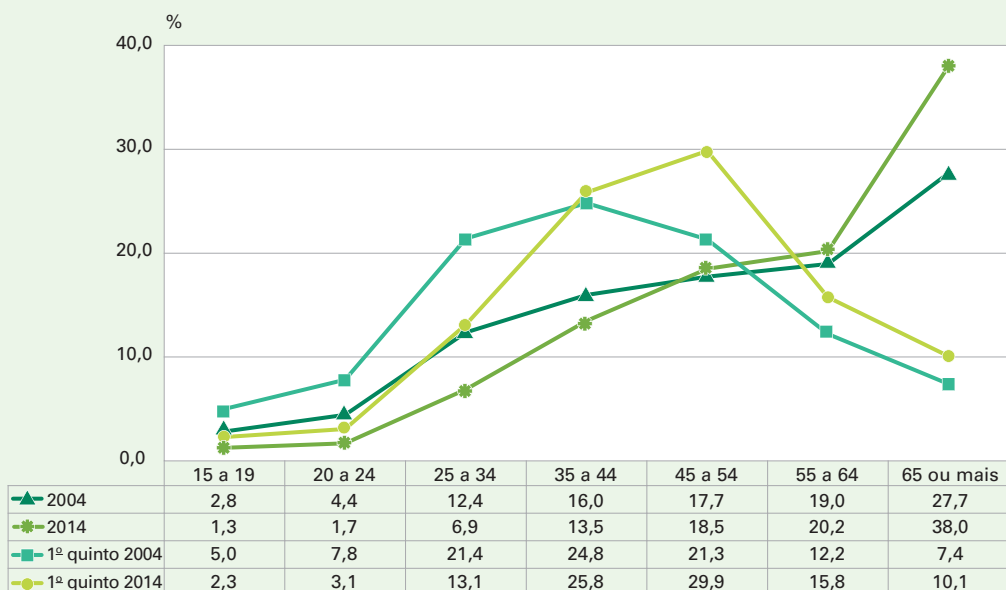


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

A distribuição da população analfabeta por grupos etários evidencia o envelhecimento dessa população, pois os mais velhos passaram a representar uma parcela maior do total de analfabetos de 2004 a 2014. Em 2014, 58,2% dos analfabetos tinham idade acima dos 55 anos, enquanto que, em 2004, esse percentual era de 46,7%. O envelhecimento do perfil etário também ocorreu entre os analfabetos que faziam parte dos 20% com menores rendimentos de 2004 a 2014. Entretanto, a maior parcela desses analfabetos não se concentrou entre os mais velhos, como no caso da distribuição nacional. As faixas etárias de 35 a 54 anos de idade possuíam mais da metade (55,7%) dos analfabetos pertencentes ao 1º quinto em 2014. Em 2004, esse percentual era de 46,2% (Gráfico 3.14 e Tabela 3.15 disponível no CD-ROM).” Esses resultados são um retrato da dívida educacional brasileira, pois gerações de diferentes estratos de renda vivenciaram o acesso à educação de forma desigual.

Gráfico 3.14 - Distribuição percentual da população analfabeta, por grupos de idade, total e 1º quinto de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Os dados apresentados pelas PNADs de 2004 a 2014 e outras fontes revelam uma série de avanços em diversos aspectos das características educacionais da população brasileira, mas também apontam para importantes desafios a serem enfrentados. Em termos gerais, foi verificado um aumento de frequência escolar para todas as faixas etárias analisadas da educação básica, mesmo que a universalização dos níveis recentemente incluídos no ensino obrigatório ainda não tenha sido alcançada. Além disso, o atraso escolar continua incidindo sobre um contingente significativo de estudantes. Por outro lado, observou-se uma melhora progressiva do fluxo escolar nos últimos 10 anos, ressaltando-se que esse processo não beneficiou a todos no mesmo ritmo. Houve democratização do perfil dos estudantes no ensino superior nas redes pública e privada, além de aumento da população com ensino superior completo. Contudo, observou-se que a dívida educacional brasileira é histórica e que sua alteração é necessariamente lenta, levando em conta o tempo requerido para a formação de cada nova geração.

Trabalho

Nos últimos 10 anos, o mercado de trabalho brasileiro registrou algumas mudanças estruturais como o aumento da taxa de formalização, redução da taxa de desocupação, expansão da renda do trabalho e da massa de rendimentos, evolução real do salário mínimo, redução das desigualdades entre os estratos de renda, entre outros aspectos, que reflete um cenário diferente do observado na década de 1990¹. Os avanços do mercado de trabalho brasileiro no período ocorreram num contexto econômico de crescimento do País, com uma taxa de inflação oficial inferior à meta máxima estabelecida e com redução das desigualdades sociais.

Numa perspectiva internacional, o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período seguiu uma trajetória diferente da maioria dos países desenvolvidos, que teve uma desaceleração da atividade econômica, queda do nível de emprego e aumento da informalidade com a crise econômica e financeira de 2008. No Brasil, os efeitos imediatos da crise no mercado de trabalho foram transitórios, restritos ao período 2008-2009, e o comportamento da economia nos anos seguintes seguiu uma trajetória que favoreceu o emprego.

Segundo o relatório *World employment and social outlook: trends 2015*, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Office - ILO), seis anos após a crise já é possível observar para a economia global uma retomada da atividade econômica e do emprego, principalmente para as economias desenvolvidas, porém num nível inferior ao período pré-crise. No entanto, regiões como a

¹ Para informações mais detalhadas, acerca da evolução do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990, consultar: DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo: Centro de Economia Política: Ed. 34, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005, p. 94-111. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/97-6.PDF>>. Acesso em: nov. 2015.

América Latina e Caribe e países emergentes, que nos períodos iniciais da crise não foram tão impactados, passaram a apresentar um cenário diferente com o crescimento do desemprego e a desaceleração da economia².

No Brasil, a análise dos indicadores de mercado de trabalho a partir de uma perspectiva estrutural – com uma série anual de 2004 a 2014 – mostra que os efeitos da crise econômica e financeira de 2008 não interromperam a trajetória de avanço em importantes indicadores, tais como a redução da taxa de desocupação, aumento da formalidade, crescimento do rendimento médio, redução das desigualdades de rendimento por sexo e entre os estratos. Entretanto, em 2014, na comparação com o ano anterior, alguns indicadores apontam para um cenário diferente, mas que não se equipara aos valores observados no início da década, podendo ser interpretado como um reflexo da conjuntura econômica e política recente.

A análise do comportamento dos indicadores de mercado de trabalho ao longo dos anos, assim como na comparação internacional, dificilmente é contextualizada tendo como “pano de fundo” a componente demográfica. No Brasil, além das dinâmicas sociais e econômicas, o processo de transição demográfica em curso no País tem repercutido na estrutura do mercado de trabalho. Entre 2004 e 2014, a população economicamente ativa - PEA teve um crescimento de 16,1%, cujo valor é inferior ao observado para a variação da população em idade ativa - PIA (19,7%). Esse resultado indica que a dinâmica de crescimento da população está mais acelerada que o ritmo de inserção da população no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada ou procurando trabalho. Com efeito, tem crescido a parcela da população potencial fora do mercado de trabalho (não economicamente ativa), cuja variação no período foi de 28,0%. Os resultados dos indicadores por grupos de idade mostraram ainda que a PEA de 16 a 24 anos teve uma redução de 11,7%. Por outro lado, a PEA de 25 anos ou mais de idade teve uma expansão progressiva, cuja maior variação foi no grupo etário de 50 anos ou mais (53,0%).

A não participação dos jovens no mercado de trabalho *a priori* não deve ser visto como um aspecto negativo se, num contexto de crescimento da economia e de expansão do rendimento familiar, a não atividade é vista como um investimento da família em formação e qualificação. Contudo, os indicadores da população não economicamente ativa - PNEA mostraram que 69,5% desta população era formada por mulheres, 52,9% não tinham instrução ou o ensino fundamental era incompleto e cerca de 21,4% eram jovens de 16 a 24 anos e 52,8% tinham 50 anos ou mais idade. Além disso, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2014, 57,1% das mulheres de 15 a 29 anos que não estudavam e não trabalhavam tinham pelo menos 1 filho (SÍNTESE..., 2014)³. Logo, a não inserção no mercado de trabalho precisa ser analisada não somente a partir da perspectiva da política de emprego, mas considerando a intersectorialidade com as políticas educacionais, de gênero, juventude e desenvolvimento social.

O crescimento da PNEA tem sido uma preocupação de alguns estudiosos do assunto, por considerarem que o País não tem aproveitado adequadamente os benefícios da “janela de oportunidades” decorrente do processo de transição demográfica que, inicialmente, leva a um aumento da população com idade para trabalhar (TURRA;

² Segundo o Relatório (WORLD..., 2015a), a América Latina teve um crescimento médio anual de 3,7% entre 2003 e 2012, que foi impulsionado principalmente pelo crescimento das exportações agrícolas e de minerais, associada com o aumento do preço das *commodities*, disponibilidade de fluxos de capitais e aumento da demanda doméstica.

³ Para maiores detalhes consultar o Capítulo 2, **Grupos sociodemográficos**, desta publicação.

QUEIROZ, 2005)⁴. Segundo a Projeção da População por Sexo e Idade, do IBGE, a partir de 2007 até 2040 a razão de dependência será inferior a 50%, voltando a subir em 2041 e invertendo os componentes da “dependência”, de crianças e adolescentes para idosos. Estima-se que, em 2060, para cada 100 ativos, haverá 66 inativos (PROJEÇÃO..., 2013). Logo, investir em educação e qualificação da força de trabalho no contexto atual pode implicar numa inserção com mais qualidade no mercado de trabalho nas próximas décadas⁵.

O Gráfico 4.1 mostra ainda que a dinâmica da PEA de 16 a 24 anos de idade nos últimos 10 anos não tem acompanhado a trajetória de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB. Pelo contrário, tem apresentado um comportamento anticíclico o que sugere que os jovens têm aumentado a participação no mercado de trabalho nos períodos de desaceleração econômica, como uma tentativa de recompor o rendimento familiar. Vale ressaltar, no entanto, que uma maior pressão no mercado de trabalho não necessariamente significa ocupação, pois entre 2013 e 2014 houve um crescimento da PEA de 16 a 24 anos em 2,7%, mas a taxa de desocupação neste grupo etário saltou de 14,8% para 16,6% no mesmo período.

Gráfico 4.1 - Taxas de variação anual do Produto Interno Bruto, da População Economicamente Ativa, total e de 16 a 24 anos de idade - Brasil - 2005-2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014 e Sistema de Contas Nacionais.

⁴ Um exemplo apontado por Turra e Queiroz (2005) é o bônus demográfico no sistema de seguridade social em virtude do aumento do percentual da população no mercado de trabalho. Uma inserção com mais qualidade no mercado de trabalho, isto é, em trabalhos formais, com um maior número de contribuintes tende “aliviar ou equilibrar” as desproporcionalidades do sistema de proteção social, visto há uma parcela maior de ativos em relação aos inativos.

⁵ Para informações mais detalhadas, acerca do bônus demográfico e os efeitos sobre o mercado de trabalho, consultar: POPULAÇÃO adulta e bônus demográfico: as décadas de oportunidade. In: MACROECONOMIA para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. p. 384-390. (Eixos estratégicos do desenvolvimento brasileiro, livro 4). Projeto perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3303/1/Livro4_macroeconomiasdesenvol.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

De acordo com a Tabela 1, é possível analisar a dinâmica dos principais indicadores estruturais do mercado de trabalho desagregados por sexo nos últimos 10 anos. Em relação à PIA, as mulheres tiveram um crescimento no período de 20,1%, cujo percentual é maior que o observado para a população masculina. No caso da população no mercado de trabalho, a variação da população feminina na condição de ocupada ou procurando trabalho foi de 18,2%, relativamente maior que a masculina (14,5%). Isso é resultado também de uma maior saída (ou não entrada) da população masculina do mercado de trabalho no período. Embora a PNEA seja majoritariamente feminina, foi na população masculina que se observou a maior variação (42,1%), quase o dobro da variação na PNEA feminina.

Tabela 1 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho para a população de 16 anos ou mais de idade, por sexo, com indicação da variação percentual Brasil - 2004/2014

Indicadores	População de 16 anos ou mais de idade		
	2004	2014	Variação percentual 2014/2004 (%)
Total			
População em idade ativa (em milhões)	130,1	155,7	19,7
População economicamente ativa (em milhões)	90,6	105,2	16,1
População não economicamente ativa (em milhões)	39,5	50,5	28,0
População ocupada (em milhões)	82,7	98,1	18,7
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	53,9	67,0	24,4
População desocupada (em milhões)	7,9	7,1	(-) 10,9
População ocupada em trabalhos formais (em milhões)	37,8	56,6	49,7
População ocupada em trabalhos informais (em milhões)	44,9	41,5	(-) 7,6
Rendimento médio da população ocupada em trabalhos formais (1)	1616	2068	28,0
Rendimento médio da população ocupada em trabalhos informais (1)	768	1165	51,7
Homens			
População em idade ativa (em milhões)	62,2	74,2	19,3
População economicamente ativa (em milhões)	51,3	58,7	14,5
População não economicamente ativa (em milhões)	10,9	15,4	42,1
População ocupada (em milhões)	47,9	55,7	16,3
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	22,1	28,6	29,3
População desocupada (em milhões)	3,4	3,0	(-) 10,9
População ocupada em trabalhos formais (em milhões)	22,7	32,6	43,6
População ocupada em trabalhos informais (em milhões)	25,2	23,0	(-) 8,7
Rendimento médio da população ocupada em trabalhos formais (1)	1818	2293	26,1
Rendimento médio da população ocupada em trabalhos informais (1)	899	1361	51,3
Mulheres			
População em idade ativa (em milhões)	67,9	81,5	20,1
População economicamente ativa (em milhões)	39,3	46,4	18,2
População não economicamente ativa (em milhões)	28,6	35,1	22,7
População ocupada (em milhões)	34,8	42,4	21,9
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	31,8	38,5	21,0
População desocupada (em milhões)	4,5	4,0	(-) 10,9
População ocupada em trabalhos formais (em milhões)	15,0	24,0	60,0
População ocupada em trabalhos informais (em milhões)	19,7	18,4	(-) 6,6
Rendimento médio da população ocupada em trabalhos formais (1)	1314	1763	34,2
Rendimento médio da população ocupada em trabalhos informais (1)	567	887	56,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

(1) Rendimento médio do trabalho principal em Reais (R\$) inflacionados pelo INPC de setembro de 2014.

O crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho também é evidenciado pela variação da população ocupada - PO que avançou 21,9%, enquanto o aumento da população masculina efetivamente no mercado de trabalho foi de 16,3%. A mensuração do trabalho na sociedade numa perspectiva mais ampla não consiste apenas naquele realizado em troca de uma remuneração⁶. Neste sentido, considera-se ainda aquele realizado no âmbito dos domicílios voltado para as atividades domésticas e de cuidado, que consome também uma parcela significativa do tempo das pessoas. Em 2014, 90,7% das mulheres ocupadas realizavam afazeres domésticos e de cuidados. Um quadro que pouco se alterou nos últimos anos considerando que, em 2004, este percentual era 91,3%, o que mostra que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não implica numa substituição de trabalho e sim no acúmulo. Entretanto, apesar da maior dinâmica populacional feminina, o número de homens ocupados que realizam afazeres domésticos e cuidados na última década teve um aumento de 29,3%, enquanto na população feminina essa variação foi de 21,0%.

O desemprego feminino tem sido uma preocupação não somente brasileira, mas de grande parte dos países, principalmente num contexto de crise econômica na qual reconhecidamente jovens e mulheres são os primeiros a sentirem os efeitos. Em 2014, foram contabilizadas 4,0 milhões de mulheres de 16 anos ou mais de idade nesta condição, o que expressa uma redução de -10,9% em relação ao valor de 2004. Contudo, as mulheres continuam sendo o segundo grupo populacional com a maior taxa de desocupação, abaixo apenas da categoria de jovens. As mulheres jovens são aquelas que encontram maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, considerando que em cada cinco jovens uma está desocupada.

Apesar do maior desemprego feminino, observa-se uma melhora na qualidade do emprego delas, visto que no período de 2004-2014 houve um aumento de 60,0% no número de mulheres ocupadas em trabalhos formais, sendo que na população masculina essa variação foi de 43,6%. Em contrapartida, houve uma redução de 7,6% no contingente de ocupados em trabalhos informais, o que reforça este aspecto positivo na década de geração de empregos de maior qualidade para uma população mais escolarizada. E esse crescimento da formalidade, de certa forma, tem repercutido no indicador de evolução do rendimento real, considerando que foram as mulheres que apresentaram os maiores ganhos na última década.

A Tabela 2 mostra a variação dos indicadores estruturais do mercado de trabalho nos últimos 10 anos considerando a estrutura de idade da população. Dado o processo de envelhecimento populacional no País, constata-se que as maiores variações ocorreram no grupo etário de 50 anos ou mais. Entretanto, a variação da PEA com 50 anos ou mais de idade foi um pouco maior que a variação da PIA, o que mostra uma maior participação no mercado de trabalho da população com idade mais avançada. Observa-se, inclusive, que várias pessoas com este perfil etário têm encontrado uma colocação no mercado de trabalho, visto que o crescimento da PO foi ainda maior que as variações da PEA e PIA. A taxa de desocupação neste grupo etário foi a que teve maior redução (-25,6%). Por outro lado, entre os mais jovens, o cenário é de redução da PIA, PEA e PO em função do processo demográfico de redução da parcela destes na população total. Contudo, no que se refere a PNEA, houve um aumento de 6,7% (Tabela 4.1, CD-ROM).

⁶ Acerca das diferentes formas de trabalho, consultar a página 127 da publicação: SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 212 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 34). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2014/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

Tabela 2 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho para a população de 16 anos ou mais de idade, total e variação percentual, por grupos de idade Brasil - 2004/2014

Indicadores	População de 16 anos ou mais de idade				
	Total	Grupos de idade			
		De 16 a 24 anos	De 25 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 anos ou mais
2004					
População em idade ativa (em milhões)	130,1	31,5	42,0	23,1	33,5
População economicamente ativa (em milhões)	90,6	21,4	34,8	18,5	15,8
População não economicamente ativa (em milhões)	39,5	10,1	7,2	4,6	17,6
População ocupada (em milhões)	82,7	17,6	32,2	17,6	15,3
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	53,9	10,1	21,8	11,9	10,1
População desocupada (em milhões)	7,9	3,8	2,7	0,9	0,5
Nível de ocupação (%)	63,6	55,7	76,6	76,2	45,8
Taxa de desocupação (%)	8,7	17,9	7,6	5,0	3,2
Taxa de atividade (%)	69,6	67,9	82,9	80,2	47,3
Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos (%)	65,2	57,3	67,6	67,8	65,9
2014					
População em idade ativa (em milhões)	155,7	29,7	47,4	27,7	50,9
População economicamente ativa (em milhões)	105,2	18,9	39,6	22,5	24,2
População não economicamente ativa (em milhões)	50,5	10,8	7,8	5,2	26,7
População ocupada (em milhões)	98,1	15,8	37,1	21,6	23,7
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	67,0	9,2	25,8	15,6	16,6
População desocupada (em milhões)	7,1	3,1	2,5	0,8	0,6
Nível de ocupação (%)	63,0	53,1	78,2	78,1	46,4
Taxa de desocupação (%)	6,7	16,6	6,3	3,7	2,4
Taxa de atividade (%)	67,5	63,6	83,5	81,2	47,6
Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos (%)	68,3	58,1	69,5	71,9	70,0
Variação percentual 2014/2004 (%)					
População em idade ativa (em milhões)	19,7	(-) 5,8	12,9	19,7	52,2
População economicamente ativa (em milhões)	16,1	(-) 11,7	13,7	21,2	53,0
População não economicamente ativa (em milhões)	28,0	6,7	9,3	13,8	51,6
População ocupada (em milhões)	18,7	(-) 10,2	15,3	22,7	54,3
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	24,4	(-) 9,0	18,5	30,2	63,8
População desocupada (em milhões)	(-) 10,9	(-) 18,2	(-) 5,8	(-) 8,6	13,9
Nível de ocupação (%)	(-) 0,9	(-) 4,7	2,1	2,5	1,4
Taxa de desocupação (%)	(-) 23,2	(-) 7,4	(-) 17,1	(-) 24,5	(-) 25,6
Taxa de atividade (%)	(-) 3,0	(-) 6,3	0,7	1,2	0,5
Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos (%)	4,9	1,4	2,8	6,1	6,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

A Tabela 3, por sua vez, permite avaliar a dinâmica dos indicadores estruturais do mercado de trabalho segundo o nível de instrução da população. Em 2004, mais da metade da PIA possuía baixa qualificação, isto é, não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto (52,1%). Em 2014, esse indicador reduziu significativamente, mas há ainda um percentual expressivo da população com esse nível de ensino (39,0%). No caso da população que participa do mercado de trabalho houve uma transição no período, pois, há 10 anos, quase 48,0% da PEA não tinha o ensino fundamental completo e, em 2014, a PEA estava concentrada na categoria de ensino médio completo ou superior incompleto. Comportamento semelhante é observado na PO e esta transição da PEA e da PO além do nível subsequente pode indicar uma segmentação do mercado de trabalho, concentrando, de um lado, um grupo pouco escolarizado e, de outro, um grupo de trabalhadores com pelo menos o nível médio. Com efeito, pode-se afirmar que o nível fundamental completo não é o nível de maior demanda no mercado de trabalho, aspecto que é reforçado ao se evidenciar uma maior taxa de desocupação na população com este nível de ensino (9,7%).

Em 2014, 43,0% da população desocupada - PD tinha os níveis de ensino médio completo ou superior incompleto, cujo percentual estava bem acima do observado para a PEA com este nível de instrução (36,5%). Há 10 anos este quadro era diferente, o que pode indicar uma incapacidade do mercado em gerar postos de trabalho para a população com este perfil educacional ou há um descompasso de qualificação considerando as exigências do mercado de trabalho (Tabela 4.2, CD-ROM).

Neste período de 10 anos, a proporção da população de 16 anos ou mais de idade ocupada em trabalhos formais aumentou 26,3%⁷. Entre 2004 e 2007, o crescimento médio da taxa de formalização foi de 2,3% ao ano. No período após a crise econômica de 2008, a taxa média de crescimento foi de 4,5% ao ano. Em 2004, menos da metade da PO tinha carteira assinada ou contribuía para a previdência social e a disparidade da taxa de formalização entre homens e mulheres era cerca de 4,0 pontos percentuais. O percentual de ocupados em trabalhos formais tem seguido uma trajetória de expansão; contudo, em 2014, observou-se uma ligeira queda em relação ao ano anterior, particularmente para a PO feminina, cujo percentual passou de 57,3% para 56,5%, o que fez aumentar a lacuna entre as taxas por sexo (Gráfico 4.2).

⁷ O conceito de trabalho formal baseia-se na definição da OIT que inclui empregado com carteira assinada, trabalhador doméstico com carteira assinada, militar, funcionário público estatutário, conta-própria e empregador que contribuíam para a previdência social (PERFIL..., 2009).

Tabela 3 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho da população de 16 anos ou mais de idade, total e variação percentual, por nível de instrução Brasil - 2004/2014

Indicadores	População de 16 anos ou mais de idade				
	Total (1)	Nível de instrução			
		Sem instrução ou Ensino Fundamental incom- pleto	Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incom- pleto	Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incom- pleto	Ensino Superior completo
2004					
População em idade ativa (em milhões)	130,1	67,4	22,8	30,7	8,4
População economicamente ativa (em milhões)	90,6	42,8	15,8	24,3	7,1
População não economicamente ativa (em milhões)	39,5	24,6	7,1	6,4	1,3
População ocupada (em milhões)	82,7	39,9	13,7	21,8	6,9
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	53,9	25,5	8,9	14,6	4,6
População desocupada (em milhões)	7,9	3,0	2,1	2,5	0,2
Nível de ocupação (%)	63,6	59,1	59,8	71,0	81,9
Taxa de desocupação (%)	8,7	6,9	13,3	10,4	3,5
Taxa de atividade (%)	69,6	63,5	69,0	79,2	84,8
Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos (%)	65,2	63,9	65,1	66,9	66,9
2014					
População em idade ativa (em milhões)	155,7	60,6	27,7	49,6	17,4
População economicamente ativa (em milhões)	105,2	33,9	18,1	38,3	14,6
População não economicamente ativa (em milhões)	50,5	26,7	9,6	11,3	2,8
População ocupada (em milhões)	98,1	32,2	16,3	35,2	14,1
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	67,0	21,1	10,8	24,8	10,1
População desocupada (em milhões)	7,1	1,7	1,7	3,0	0,5
Nível de ocupação (%)	63,0	53,2	58,9	71,0	80,7
Taxa de desocupação (%)	6,7	5,0	9,7	7,9	3,7
Taxa de atividade (%)	67,5	56,0	65,2	77,2	83,9
Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos (%)	68,3	65,5	66,2	70,4	72,2
Variação percentual 2014/2004 (%)					
População em idade ativa (em milhões)	19,7	(-) 10,1	21,4	61,6	107,3
População economicamente ativa (em milhões)	16,1	(-) 20,8	14,7	57,4	104,9
População não economicamente ativa (em milhões)	28,0	8,4	36,3	77,7	120,6
População ocupada (em milhões)	18,7	(-) 19,1	19,6	61,7	104,3
População ocupada que realiza afazeres domésticos (em milhões)	24,4	(-) 17,1	21,7	70,1	120,3
População desocupada (em milhões)	(-) 10,9	(-) 43,0	(-) 16,8	20,4	121,2
Nível de ocupação (%)	(-) 0,9	(-) 10,0	(-) 1,5	0,1	(-) 1,4
Taxa de desocupação (%)	(-) 23,2	(-) 28,1	(-) 27,5	(-) 23,5	7,9
Taxa de atividade (%)	(-) 3,0	(-) 11,9	(-) 5,5	(-) 2,6	(-) 1,1
Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos (%)	4,9	2,5	1,7	5,2	7,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

(1) Inclusive a população sem declaração de nível de instrução.

Gráfico 4.2 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos formais, por sexo - 2004/2014



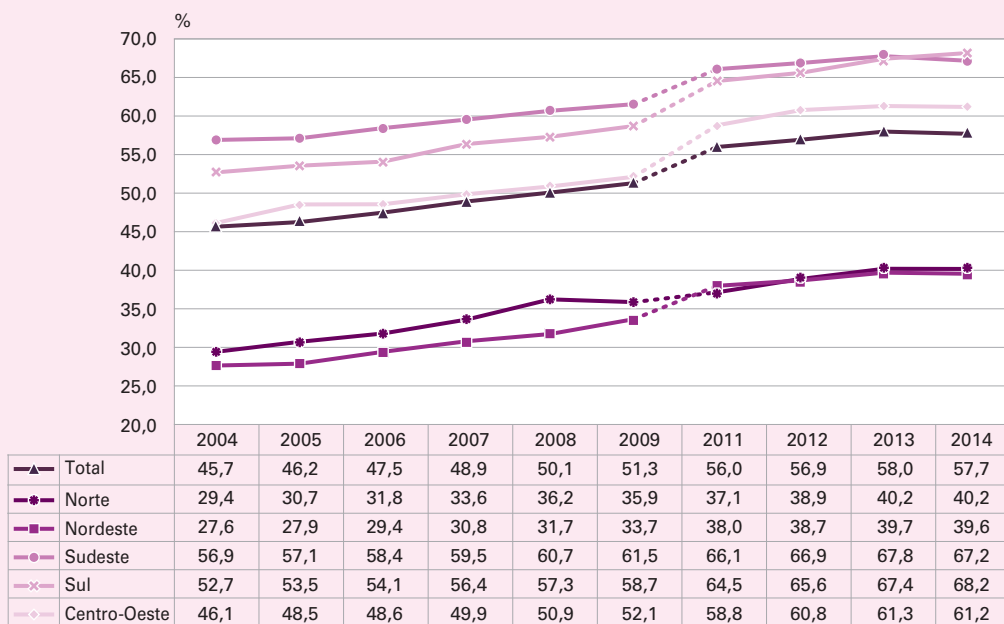
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Apesar do avanço significativo da taxa de formalização da PO no País, as desigualdades regionais continuam elevadas. A Região Nordeste continua sendo aquela com a menor taxa, embora se tenha verificado a maior variação no período (43,1%). A Região Sul, por sua vez, conta com 68,2% da sua PO em trabalhos formais, indicando uma variação de 29,4% em relação à taxa de 2004, (Gráfico 4.3; Tabela 4.3, CD-ROM). As características da economia e a qualificação da mão de obra nessas regiões ajudam a explicar, em parte, essas disparidades no mercado de trabalho. Na Região Nordeste, mais de 30,0% da população total de 25 anos ou mais de idade tem menos de quatro anos de estudo e 38,0% da PO está nas categorias de conta-própria, trabalhadores na produção e construção para próprio uso e não remunerados; enquanto na Região Sul, estes percentuais são 16,0% e 26,0%, respectivamente⁸.

O avanço da formalização no mercado de trabalho também é evidenciado quando analisada a distribuição da população segundo a posição na ocupação. Em 2004, o percentual da população na categoria de empregado com carteira de trabalho assinada era 31,2% e, em 2014, este percentual passou para 39,6% (Tabela 4.4, CD-ROM).

⁸ Segundo a publicação *Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, essas categorias ocupacionais constituem setores pouco estruturados do mercado de trabalho, cujos vetores de determinação das ocupações estão associados à sobrevivência individual ou familiar (MACROECONOMIA..., 2010, p. 337).

Gráfico 4.3 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos formais, por Grandes Regiões - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
 Nota: Não houve pesquisa em 2010.

O desempenho da taxa de desocupação nos últimos 10 anos tem sido de declínio, visto que, no período, a taxa sofreu uma queda de 23,2%. No entanto, esta não seguiu uma trajetória contínua de queda, havendo alguns períodos de aumento, seja como resposta a choques externos ou desaceleração da economia, como foi o ano de 2009, cujas economias de vários países sentiram os efeitos da crise financeira global de 2008. No Brasil, a taxa de desocupação no período anterior à crise registrou um decréscimo médio de -2,9% e nos anos que seguiram a crise (entre 2011 e 2014) a variação média foi de -4,1%. Evidencia-se que a economia brasileira no período pós-crise não somente manteve a tendência de queda da taxa de desocupação, mas registrou a taxa mais baixa em 2012 (6,1%) e, em 2014, apesar do ligeiro aumento, a taxa brasileira de 6,7% ficou ainda num patamar inferior ao registrado 10 anos atrás e na média do valor estimado para a América Latina e Caribe⁹ (Gráfico 4.4).

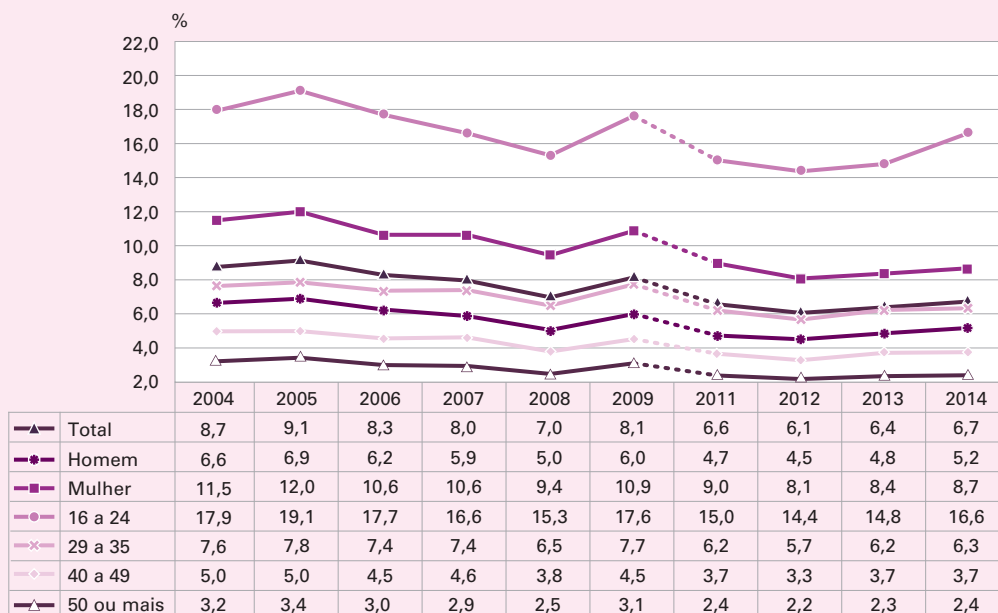
Não somente no Brasil, como em vários países, os jovens e as mulheres têm sido os grupos populacionais mais afetados com o desemprego. Segundo o relatório da OIT (WORLD..., 2015), a taxa de desocupação dos jovens de 15 a 24 anos, em 2014, foi de 13,0%, três vezes mais que o valor observado para a população adulta, apesar de o crescimento do nível educacional nesta coorte. O relatório aponta ainda que tem aumentado a taxa de desocupação entre os jovens com nível superior em grande parte dos países. No Brasil, nos últimos 10 anos, a taxa de desocupação dos jovens de 16 a 24 anos teve uma redução de 7,4%, atingindo o valor de 16,6% em 2014, o que representa um percentual acima do observado para a média dos países da América Latina e Caribe (13,8%).

⁹ Em 2014, a taxa de desocupação total na América Latina e Caribe foi de 6,6% e na União Europeia a taxa ficou em 10,2% (WORLD..., 2015a).

Vale ressaltar, no entanto, que no caso brasileiro a redução da taxa de desocupação tem sido mais acentuada à medida que avança a idade, o que indica que a experiência no mercado de trabalho tem sido um fator preponderante para o emprego. No grupo etário de 50 anos ou mais, a redução da taxa de desocupação no período foi de -25,6%, atingindo o patamar de 2,4% em 2014 (Tabela 4.5, CD-ROM).

A lacuna entre a taxa de desocupação de homens e mulheres permanece elevada entre os países, isto porque a redução do nível de emprego tem se dado em setores cuja participação é predominantemente masculina, assim como a criação de emprego em determinados setores tem favorecido esse grupo, ressalta o relatório da OIT (WORLD..., 2015a). No Brasil, a taxa de desocupação feminina é quase o dobro da taxa masculina e essa relação não se modificou na última década (1,7 vez).

Gráfico 4.4 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

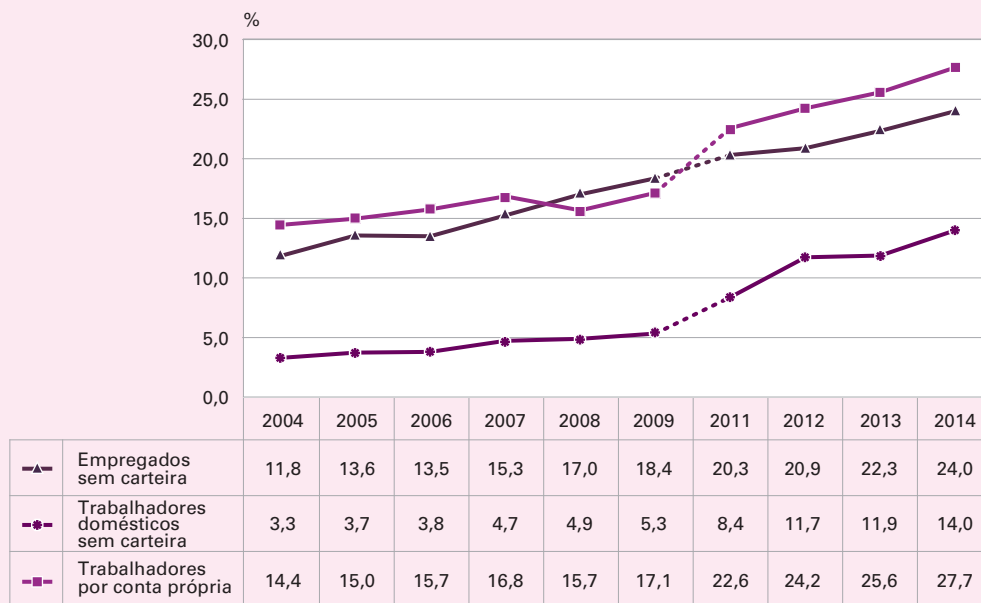
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Apesar do crescimento do número de trabalhadores em trabalhos formais nos últimos 10 anos, três categoriais profissionais têm baixa adesão ao Regime Geral de Previdência Social: os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta-própria. No caso dos empregados domésticos, que foram excluídos da reforma trabalhista desde a implantação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei n. 5.452, de 01.05.1943), e somente, em 2012, com a aprovação da PEC das domésticas (Proposta de Emenda Constitucional n. 66/2012 e transformada em Emenda Constitucional n. 72, de 02.04.2013), tiveram os direitos trabalhistas equiparados aos dos demais trabalhadores formais. Contudo, a regulamentação de alguns direitos somente passou a vigorar

em 2015 com a Lei Complementar n. 150, de 01.06.2015¹⁰. Em 2014, os empregados domésticos sem carteira contabilizavam 4,3 milhões de trabalhadores e apresentavam a mais baixa taxa de contribuição previdenciária (14,0%), embora esse percentual corresponda uma variação de mais de o triplo no período. Além disso, entre 2013 e 2014, houve uma variação de quase 18,0% no percentual de empregados domésticos sem carteira que contribuíam para a previdência, o que pode indicar um reflexo da mudança na legislação para esse grupo de trabalhadores (Tabela 4.6, CD-ROM).

A segunda categoria com a mais baixa taxa de adesão ao Regime Geral de Previdência Social é a de empregados sem carteira (24,0%), que teve uma variação de quase 103,0% no período. Entre os trabalhadores por conta-própria, apenas 27,7% destes trabalhadores contribuía para a Previdência Social, o que representou uma variação de 91,5% na década (Gráfico 4.5).

Gráfico 4.5 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência como empregados sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira e trabalhadores por conta-própria que contribuem para a previdência social - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Na categoria de empregados domésticos, cerca de 92% dos trabalhadores são do sexo feminino. Logo, considerando apenas essa categoria, verificou-se que a proporção de empregadas domésticas de 16 anos ou mais de idade ocupadas com

¹⁰ Os direitos adquiridos pelo empregado doméstico a partir Lei Complementar n. 150 foram: adicional noturno, obrigatoriedade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS por parte do empregador, seguro-desemprego, salário-família, auxílio-creche e pré-escola, seguro contra acidentes de trabalho e indenização em caso de despedida sem justa causa.

carteira e as que contribuíam para a Previdência Social individualmente aumentou significativamente nos últimos 10 anos, cujo percentual passou de 27,8%, em 2004, para 40,3%, em 2014. Ao analisar a proporção de contribuintes total segundo o grupo de horas trabalhadas, como uma *proxy* daquelas que são “diaristas” e “mensalistas”, pôde-se verificar que a taxa de contribuição para aquelas com uma jornada de 40 horas semanais ou superior não somente era mais elevada como o dobro daquelas com jornada inferior a 40 horas na semana (56,8%). Houve um aumento de cerca de 19 pontos percentuais na proporção de contribuintes das “mensalistas”; no entanto, em termos de variação percentual, o aumento foi mais elevado para as empregadas com jornada inferior a 40 horas semanais (73,0%), que ocorreu principalmente a partir de 2009 (Gráfico 4.6; Tabela 4.7, CD-ROM).

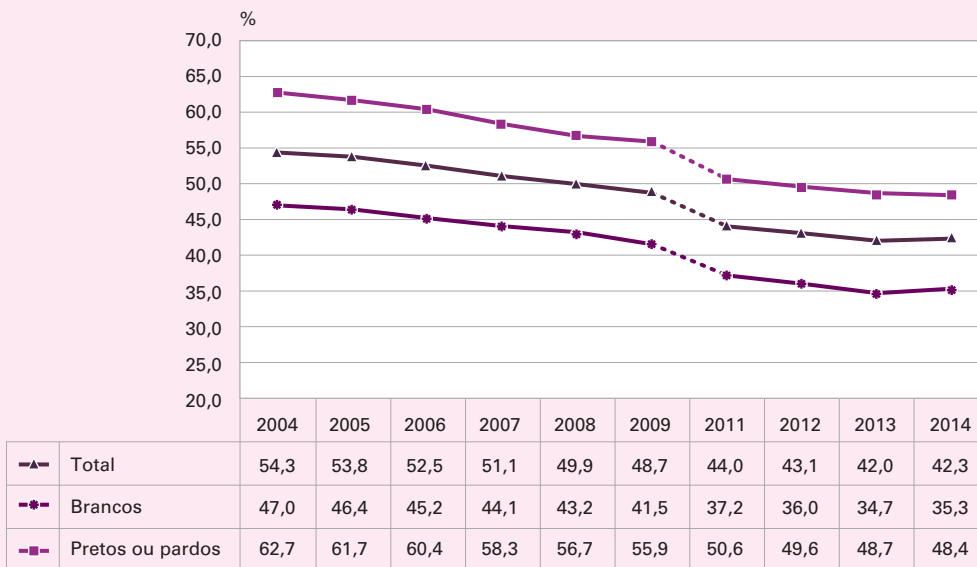
Gráfico 4.6 - Proporção de empregadas domésticas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência que contribuem para a previdência social, segundo o grupo de horas trabalhadas na semana - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

O percentual de trabalhadores ocupados em trabalhos informais tem se reduzido nos últimos anos; no entanto, a lacuna da taxa entre brancos e pretos e pardos praticamente não se alterou na década. Em 2004, o percentual de brancos em trabalhos informais era 47,0%, enquanto entre os pretos ou pardos o percentual era 62,7%. Em 2014, esses percentuais reduziram em 11,7 e 14,3 pontos percentuais, respectivamente; mas revela que parcela expressiva da população preta ou parda ainda está em trabalhos informais (48,4%) (Gráfico 4.7; Tabela 4.8, CD-ROM).

Gráfico 4.7 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por cor ou raça - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Quando analisada a distribuição da PO por setores de atividade segundo o nível de instrução, é possível verificar que há setores na economia que concentra ainda parcela significativa de trabalhadores pouco qualificados, como o setor agrícola, a construção civil e o grupo de atividades mal definidas. Em grande parte dos setores a escolaridade da PO está concentrada na categoria de ensino médio completo e superior incompleto. Somente no setor de educação, saúde e serviços sociais que a parcela da PO com nível superior completo supera os demais níveis, como mostra a Tabela 4.

Nos últimos 10 anos, a maior variação da PO ocorreu para aquelas pessoas com o ensino superior completo (104,3%), embora este grupo represente, em 2014, apenas 14,3% da mesma. A distribuição da PO segundo o nível de instrução tem se alterado não somente em virtude do aumento da escolaridade da população, mas também como decorrência das exigências do mercado de trabalho e advento de novas tecnologias. No setor agrícola, por exemplo, 74,2% dos trabalhadores não tem instrução ou apenas o ensino fundamental incompleto, mas nos últimos 10 anos a população com ensino médio completo e superior incompleto e a população com ensino superior completo mais que dobrou no período (150,8% e 198,9%, respectivamente).

Em todos os setores houve redução do percentual da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, mas a transição para o nível seguinte ocorreu em alguns setores como o agrícola, construção, alojamento e alimentação e transporte, armazenagem e comunicação. Em outros setores, como a indústria, comércio e reparação, administração pública, demais serviços e atividades mal definidas, houve uma redução também no nível seguinte, o que mostra que não está

havendo uma transição gradual. No caso do setor de educação, saúde e serviços sociais a exigência tem sido ainda maior, visto que houve um enxugamento de mão de obra com escolaridade inferior que o nível superior. Em 2004, este setor já apresentava elevado percentual da PO com pelo menos o superior completo (34,9%) e, em 2014, houve um aumento de 13,0 pontos percentuais (Tabela 4.9, CD-ROM).

Tabela 4 - População ocupada de 16 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual, por nível de instrução, segundo os setores de atividade - Brasil - 2004/2014

Setores de atividade	População ocupada de 16 anos ou mais de idade				
	Total (em milhões) (1)	Distribuição percentual, por nível de instrução (%)			
		Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo ou Superior incompleto	Ensino Superior completo
2004					
Agrícola	16,6	86,3	8,5	4,4	0,5
Indústria	12,3	40,0	21,3	32,2	5,5
Construção	5,3	69,1	17,0	11,1	2,2
Comércio e reparação	14,3	36,3	21,7	36,5	5,0
Alojamento e alimentação	2,9	49,6	23,3	24,0	2,4
Transporte, armazenagem e comunicação	3,9	41,9	20,3	32,4	5,0
Administração pública	4,2	21,7	13,1	43,8	20,7
Educação, saúde e serviços sociais	7,4	12,6	9,1	42,8	34,9
Demais serviços	15,5	42,9	18,7	27,6	10,0
Atividades mal definidas	0,2	69,2	14,5	12,4	3,5
2014					
Agrícola	13,9	74,2	12,9	11,0	1,6
Indústria	12,9	26,3	19,6	43,6	10,2
Construção	9,0	51,7	21,4	23,3	3,4
Comércio e reparação	17,8	24,0	20,1	47,3	8,3
Alojamento e alimentação	4,6	34,5	24,4	36,1	4,8
Transporte, armazenagem e comunicação	5,4	29,6	20,7	41,4	8,0
Administração pública	5,1	12,0	8,8	45,6	33,4
Educação, saúde e serviços sociais	10,2	5,9	6,2	39,6	48,1
Demais serviços	19,1	27,1	16,6	37,9	18,2
Atividades mal definidas	0,1	53,9	13,7	20,2	10,8
Varição percentual 2014/2004 (%)					
Agrícola	(-) 16,7	(-) 14,0	52,4	150,8	198,9
Indústria	5,3	(-) 34,3	(-) 7,9	35,4	83,7
Construção	69,4	(-) 25,2	26,0	109,3	52,6
Comércio e reparação	24,5	(-) 33,9	(-) 7,3	29,8	67,0
Alojamento e alimentação	55,2	(-) 30,5	4,6	50,0	99,7
Transporte, armazenagem e comunicação	40,7	(-) 29,3	2,1	28,1	60,1
Administração pública	21,8	(-) 44,7	(-) 32,6	4,2	61,1
Educação, saúde e serviços sociais	37,2	(-) 52,9	(-) 32,6	(-) 7,4	37,9
Demais serviços	23,4	(-) 36,9	(-) 11,4	37,0	81,2
Atividades mal definidas	(-) 71,1	(-) 22,1	(-) 5,7	62,6	210,3

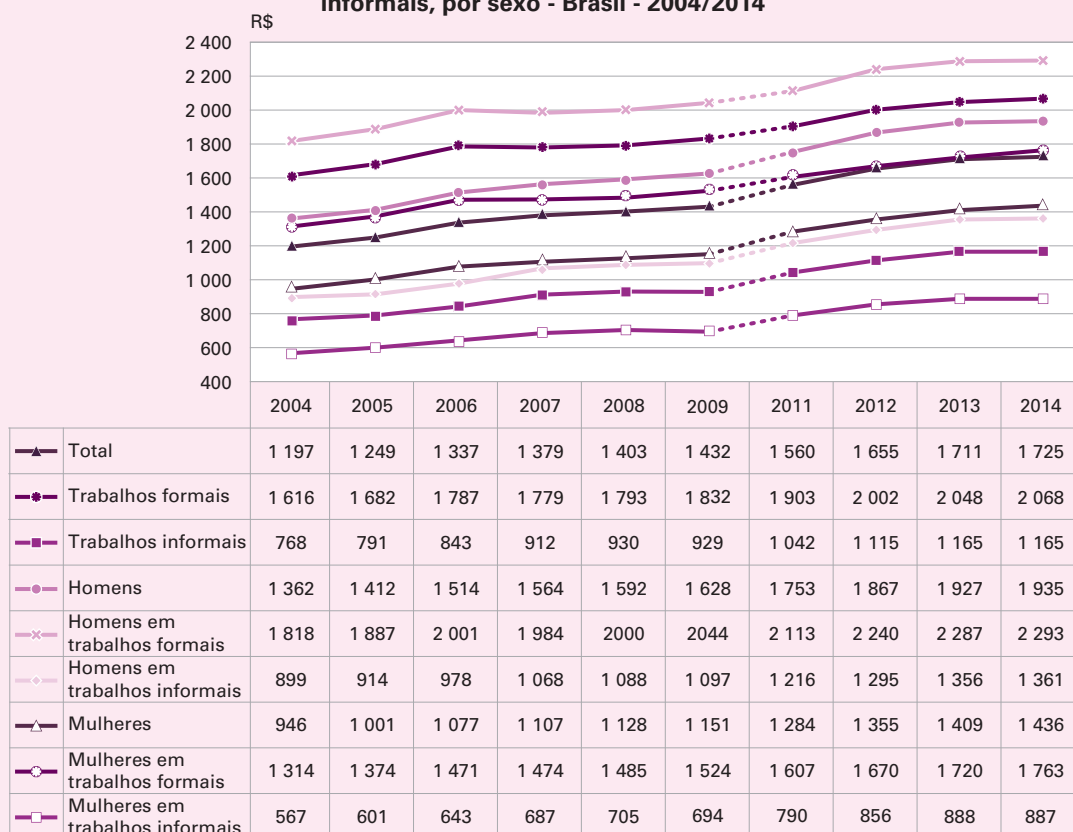
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

(1) Inclusive a população sem declaração de nível de instrução.

No que se refere à evolução do rendimento médio real da PO, pôde-se constatar que este teve um aumento de 44,1% no período. Em 2004, o rendimento médio da PO no trabalho principal a preços de 2014 era R\$ 1 197,00 e, em 2014, passou para R\$ 1 725,00 (Tabela 4.10, CD-ROM). O aumento foi mais acentuado para a população em trabalhos informais (51,7%), principalmente no caso das mulheres nestes trabalhos (56,6%). A menor variação no período foi evidenciada para a população masculina em trabalhos formais (26,1%).

Na última década houve uma pequena redução na desigualdade de rendimento entre homens e mulheres. Em 2004, as mulheres ocupadas recebiam em média 70,0% do rendimento médio dos homens e, em 2014, essa relação passou para 74,0%. Em trabalhos formais a desigualdade de rendimento entre mulheres e homens era menor (77,0%). A maior desigualdade de rendimentos, por sua vez, foi evidenciada entre as mulheres, mas com uma inserção diferenciada no mercado de trabalho, isto é, as mulheres em trabalhos informais recebiam em média 50,0% do rendimento médio das mulheres em trabalhos formais (Gráfico 4.8; Gráfico 4.9).

Gráfico 4.8 - Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Gráfico 4.9 - Razão entre o rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos informais e formais, por sexo Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Em 2014, o rendimento-hora médio das pessoas mais escolarizadas, isto é, com 12 anos ou mais de estudo era R\$ 27,50, o que correspondia a 3,8 vezes o rendimento-hora da PO com até 4 anos de estudo; sendo que, em 2004, essa relação era 5,3 vezes. Essa redução das disparidades de rendimentos segundo a escolaridade ocorreu devido a maior variação do rendimento entre os menos escolarizados. No período, o crescimento do rendimento-hora médio da PO com até 4 anos de estudo foi de 76,3%; enquanto entre os mais escolarizados, a variação foi de 25,1% (Tabela 4.11, CD-ROM).

A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres é melhor compreendida quando controlada pela hora trabalhada e pela escolaridade dos indivíduos. A análise do rendimento-hora por grupos de anos de estudo mostra que à medida que avança a escolaridade da PO, aumenta o rendimento médio e, paradoxalmente, aumenta também a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres¹¹. Esse comportamento da desigualdade de rendimentos não se alterou nos últimos anos, mas houve uma redução da magnitude da desigualdade entre 2004 e 2014. No início da década, na população de até 4 anos de estudo o rendimento-hora das mulheres correspondia a 79,0% do rendimento dos homens e, em 2014, essa relação passou para 78,0%. Para a população de 5 a 8 anos de estudo, a relação passou de 71,0% para 76,0%. Na categoria de 9 a 11 anos de estudo a redução da desigualdade foi de 67,0% para 73,0% e na categoria dos mais escolarizados, com 12 anos ou mais de estudo, a redução foi de 61,0% para 66,0%.

¹¹ Na América Latina, em 2013, a desigualdade de rendimentos entre mulheres e homens segundo o nível de instrução tinha um comportamento diferenciado: em geral, na região, as mulheres recebiam em média 77,9% do rendimento dos homens; na população com até 5 anos de estudo o percentual era 67,2%; na população de 6 a 9 anos de estudo a relação era 66,0%; no nível de escolaridade seguinte (10 a 12 anos), o percentual era 70,6% e entre os mais os mais escolarizados (13 anos ou mais de estudo) o percentual era 69,7% (RELACIÓN..., 2015).

Outro importante avanço do mercado de trabalho evidenciado para década foi a redução da desigualdade de rendimento da PO entre os estratos. Em 2004, o rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas com os maiores rendimentos (10%) era 16,2 vezes o rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas com os menores rendimentos (40%) e, em 2014, essa relação passou para 11,6. No período, o rendimento médio de todos os trabalhos da população com os menores rendimentos (40%) aumentou 200,2%; enquanto na PO com os maiores rendimentos da distribuição (10%) o aumento foi de 115,2%. Com efeito, no mercado de trabalho, o aumento real do rendimento médio da PO foi acompanhado de uma redução na desigualdade entre os estratos (Gráfico 4.10; Tabela 4.12, CD-ROM).

**Gráfico 4.10 - Razão entre o rendimento médio de todos os trabalhos dos 10% com maiores rendimentos e os 40% com menores rendimentos, por sexo
Brasil - 2004/2014**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

A jornada de homens e mulheres no trabalho remunerado e não remunerado pouco se alterou nos últimos anos. No caso da população feminina ocupada a jornada no mercado de trabalho se manteve em 35,5 horas semanais e na realização de afazeres domésticos houve uma ligeira queda no período de 22,3 horas semanais para 21,2 horas. No caso dos homens, a jornada no trabalho remunerado teve uma pequena redução de 2,4 horas, passando de 44,0 horas para 41,6 horas semanais. Contudo, a jornada masculina com afazeres domésticos se manteve em 10 horas semanais, menos da metade da jornada feminina neste tipo de trabalho. Com efeito, a jornada total feminina que, em 2004, era superior à jornada masculina em 4,1 horas semanais passou para 5,0 horas (Gráfico 4.11; Tabela 4.13, CD-ROM).

Gráfico 4.11 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

No trabalho remunerado, ocorreram ainda algumas mudanças acerca da distribuição da PO segundo os grupos de horas trabalhadas. Em 2004, havia uma maior proporção de mulheres com jornada inferior a 40 horas semanais (41,4%); em 2014, este percentual se reduziu para 37,6%. Na PO masculina, por sua vez, houve um aumento da proporção de trabalhadores nesta condição, que passou de 16,2% para 18,0%. No caso da população com jornada superior a 44 horas semanais, houve uma redução do número de trabalhadores em ambos os sexos. Em 2004, 47,5% dos homens ocupados tinham esta jornada e, em 2014, este percentual passou para 32,1%. No caso das mulheres, a redução foi de 26,9% para 19,5%. Logo, na última década, houve uma concentração da PO com uma jornada de 40 a 44 horas, considerando que, em 2014, 49,9% dos homens e 42,9% das mulheres tinham esta jornada (Tabela 4.14, CD-ROM).

O indicador de proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade em cargos de direção ou gerência segundo o sexo, em geral é calculado nos relatórios de gênero para avaliar o grau de empoderamento das mulheres na esfera econômica. Este é um indicador relevante para se avaliar a igualdade de condições e de oportunidades na sociedade visto que os espaços de poder e decisão, tradicionalmente, são atribuídos aos homens¹². Em 2004, o percentual de mulheres nestes cargos era 4,6%, enquanto na população masculina essa proporção era de 6,8%. Em 2014 houve uma ligeira redução na desigualdade, cujas proporções passaram para 5,0% e 6,6%, respectivamente. Além disso, as mulheres nestes cargos recebiam em média 70,0% do rendimento médio dos homens em igual condição, o que ilustra uma pequena redução da desigualdade considerando que, em 2004, essa relação era de 67,0% (Tabela 4.15, CD-ROM).

Portanto, os resultados dos indicadores apresentados neste capítulo permitem traçar um retrato do mercado de trabalho brasileiro na última década, cujos avanços evidenciados ainda são marcados por uma elevada desigualdade tanto regional, como aquelas relativas aos atributos pessoais como sexo, cor ou raça, rendimento e escolaridade. A análise com esta perspectiva estrutural mostrou ainda que as mudanças na conjuntura econômica e política do período, na maioria dos casos, não interrompeu a trajetória de avanço dos indicadores.

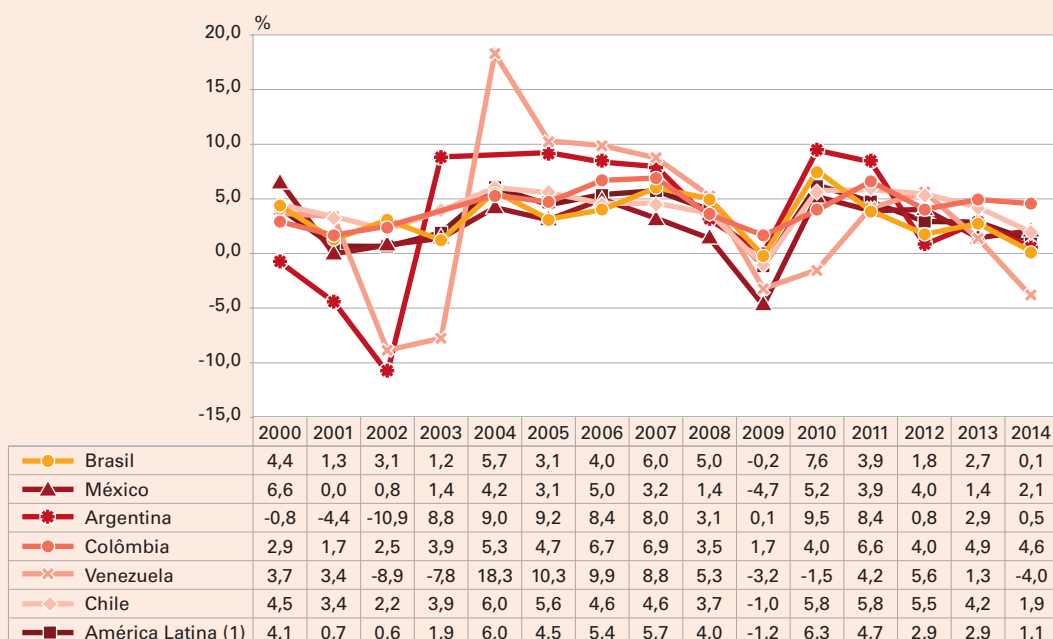
¹² Para informações complementares, consultar: BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório anual socioeconômico da mulher 2014*. Brasília, DF, 2015. 181 p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

Distribuição de renda

A relação entre desigualdade, crescimento, pobreza, oportunidades e mesmo justiça distributiva permeia as discussões socioeconômicas do passado e da atualidade, assim como as discussões sobre estratégias de desenvolvimento (BOURGUIGNON, 2004). No Brasil e na América Latina, essa discussão ganha relevância uma vez que “embora não seja a região mais pobre do mundo, se destaca por ser a mais iníqua, o que representa um obstáculo para o bem-estar atual e o desenvolvimento futuro de suas sociedades e economias” (NAÇÕES UNIDAS, 2014c, p. 18). A preocupação com a temática na América Latina fez com que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL), agência regional da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN), fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico e social da América Latina e Caribe, tenha, desde 2010, focalizado suas ações na discussão de estratégias de desenvolvimento com redução das desigualdades, consolidadas nos documentos que compõem a chamada “trilogia da igualdade” da Instituição: *A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir*, *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*; e *Pactos para a igualdade: rumo a um futuro sustentável* (NAÇÕES UNIDAS, 2010, 2014a, 2014b). Nesse contexto, aponta que “os países da América Latina e do Caribe enfrentam hoje o desafio de seguir impulsionando os progressos significativos na redução da pobreza e do desemprego, bem como de ampliar os incipientes avanços na distribuição da renda, alcançados em conjunto com a consolidação democrática, a estabilidade macroeconômica e as políticas sociais” (NAÇÕES UNIDAS, 2014c, p. 11).

As principais economias latino-americanas tendem a seguir ciclos econômicos similares. Entre 2000 e 2014, o crescimento médio da América Latina foi de 3,3%. O Brasil, representando cerca de 38% do Produto Interno Bruto - PIB da região em 2014, teve o mesmo crescimento médio. Observando as taxas de crescimento desde o início dos anos 2000, após baixo crescimento no início do período, houve anos de crescimento relativamente alto e subsequente impacto da crise mundial de 2008-2009. Em 2009, chegou-se a um piso de crescimento na região (-1,2%). Desde então, houve retomada, mas com desaceleração nos anos mais recentes (Gráfico 5.1).

Gráfico 5.1 - Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto total a preços constantes - América Latina - 2000-2014



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL.

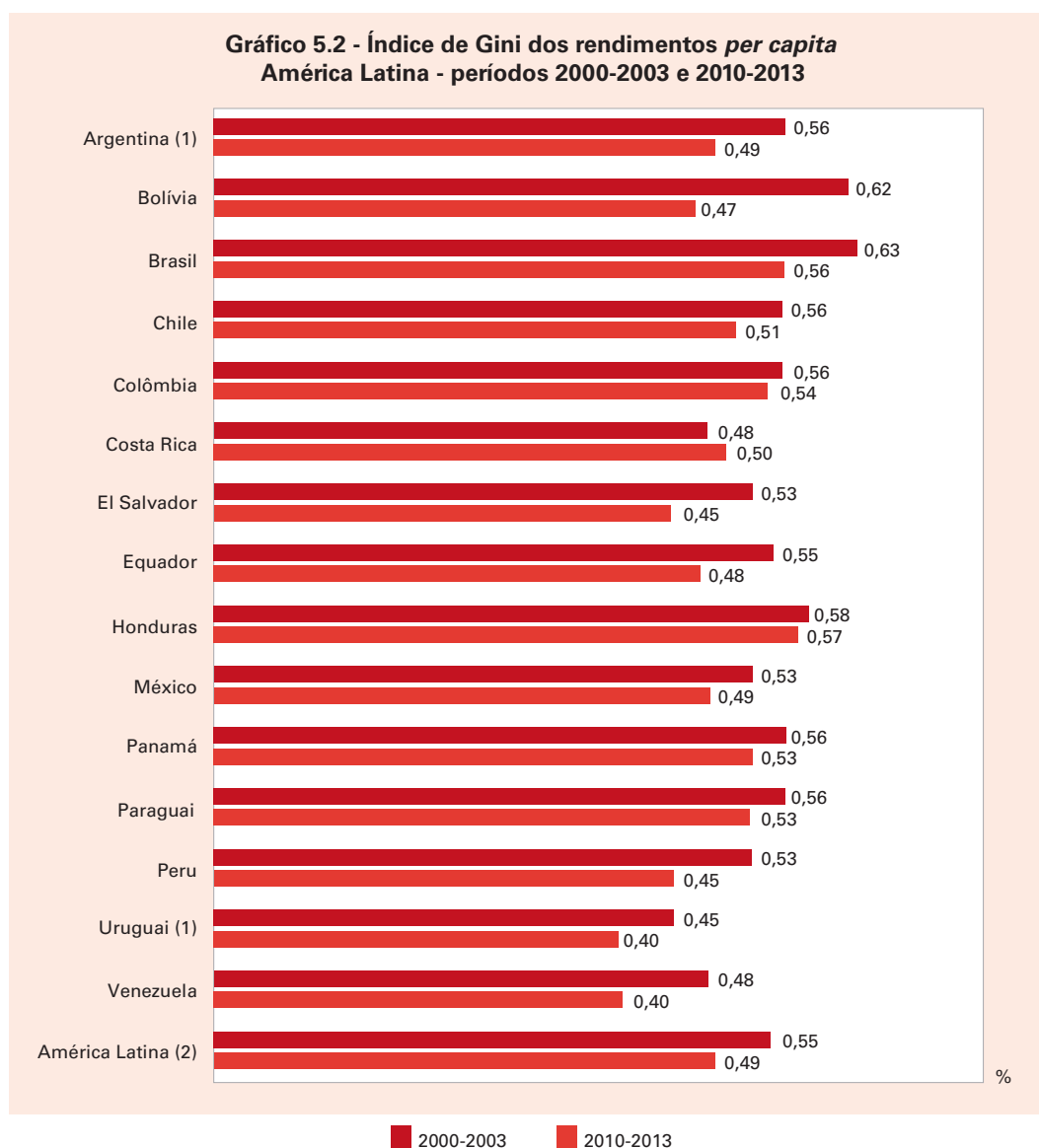
Nota: 1. Estimções da CEPAL com base em fontes oficiais http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp.

2. Seis maiores economias com base no PIB de 2014.

(1) Média ponderada de todos os países da região.

A desigualdade de rendimentos mostrou queda nesse mesmo período, com diminuição do índice de Gini¹ de cerca de 10,0% na região. Entende-se que essa diminuição da desigualdade teria arrefecido o impacto da crise de 2008-2009, devido, principalmente, ao aumento do rendimento dos seguimentos mais vulneráveis da população. Esta tendência concerniu tanto a América Latina quanto o Brasil, que ainda se mantém, por sua vez, entre os países mais desiguais da região (Gráfico 5.2).

¹ O índice de Gini dos rendimentos é uma medida de desigualdade que vai de 0 a 1. Em "0", todos teriam o mesmo rendimento, enquanto em "1", apenas uma pessoa concentraria todos os rendimentos, o que representa a máxima desigualdade.



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL.

Nota: Dados corrigidos e harmonizados, cf.

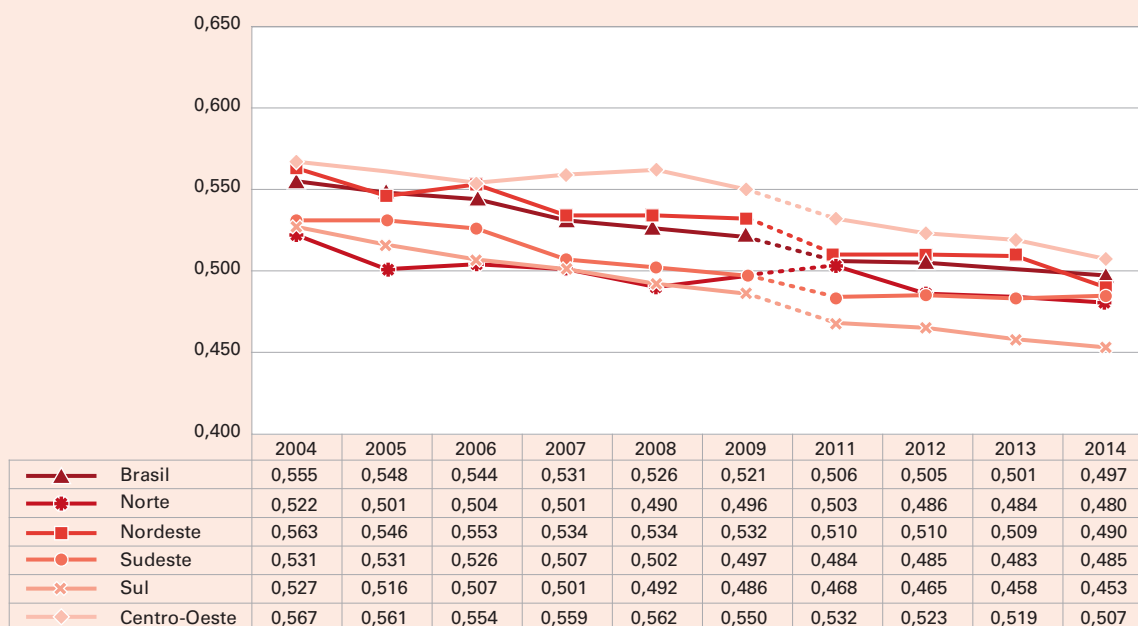
http://interwp.cepal.org/sisgen/SisGen_MuestraFicha.asp?indicador=250&id_estudio=363

(1) Somente área urbana. (2) Média aritmética de 15 países com dados disponíveis.

No Brasil, o crescimento econômico, observado a partir das variações anuais do PIB da última década (Gráfico 5.1), em conjunto com a redução das desigualdades de renda, medida pelas pesquisas domiciliares do IBGE, mostraram-se favoráveis à melhoria das condições de vida de sua população. Cabe ressaltar, em primeiro lugar, a variação positiva do PIB entre 2000 e 2008, seguida por uma pausa em 2009, associada à crise econômica mundial de 2008, com recuperação já em 2010, quando houve considerável crescimento (7,6%). Em anos recentes, observou-se desaceleração no ritmo de crescimento do PIB.

Independentemente das variações no ritmo de crescimento econômico, tem-se no País um decréscimo progressivo da desigualdade medida pelo índice de Gini do rendimento das pessoas de 15 anos ou mais de idade. De 0,555 em 2004, chega-se a 0,497 em 2014. A dinâmica regional apresenta tendência similar, mas com valores diferenciados entre si, pois as Regiões Centro-Oeste e Nordeste se mantêm como as regiões com maiores desigualdades, conforme o Gráfico 5.3 nesta publicação e a Tabela 5.3 no CD-ROM. A análise do índice de Gini por Unidades da Federação, em 2014, mostra que Rio de Janeiro, Bahia, Tocantins, Distrito Federal, Paraíba e Acre apresentaram índices que variaram de 0,501 a 0,565 (Cartograma 1), sendo, portanto, por este indicador, os estados com maiores níveis de desigualdade de rendimentos. Cabe ressaltar que o Distrito Federal apresentou o maior índice de Gini entre os estados (0,565), bem acima dos demais estados mais desiguais (0,506 na Bahia; 0,502 no Rio de Janeiro; e 0,501 nos demais).

Gráfico 5.3 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, por Grandes Regiões - 2004/2014

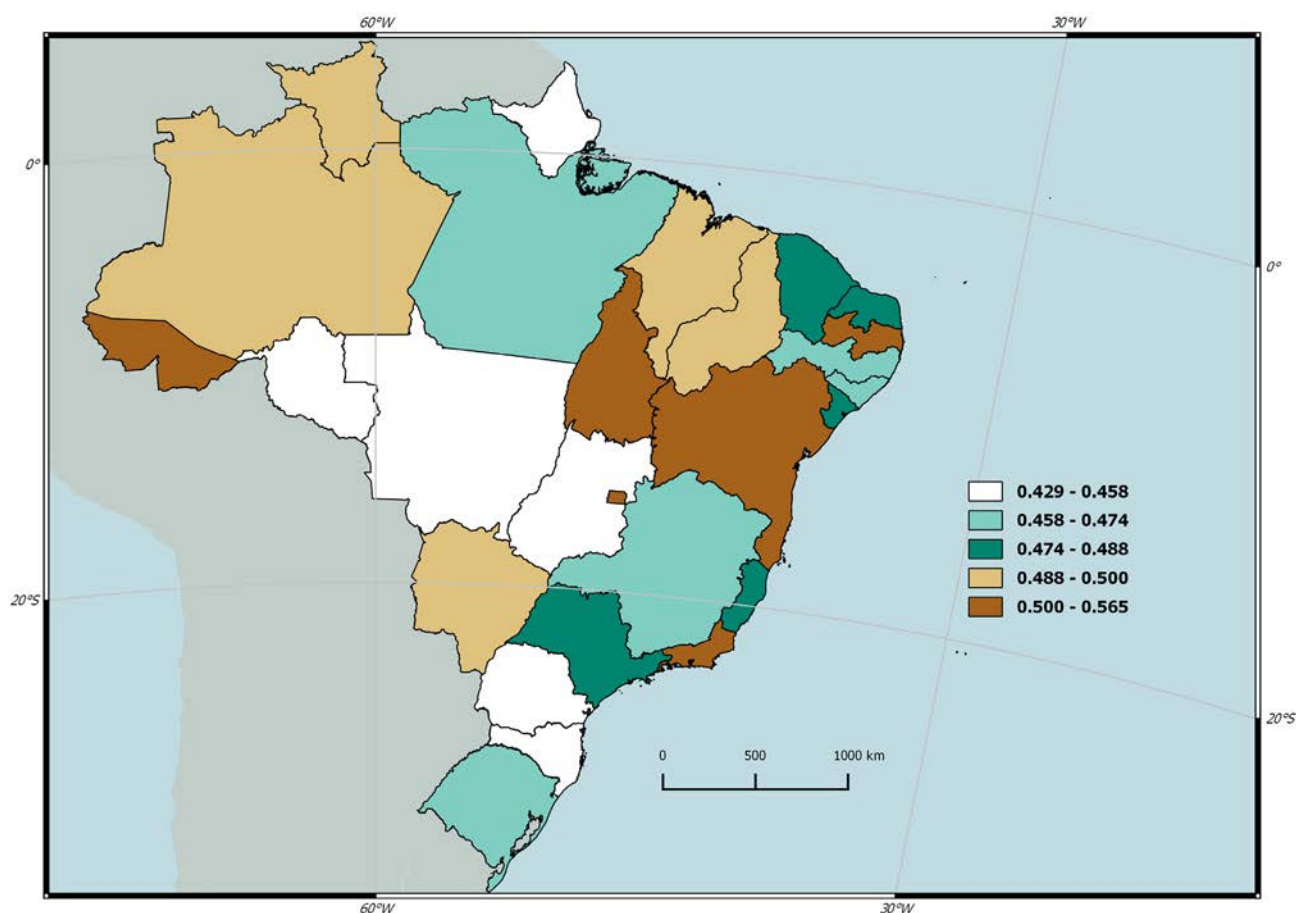


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

2. Não houve pesquisa em 2010.

Cartograma 5.1 - Índices de Gini do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, por Unidade da Federação - 2014



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Notas: 1. Distribuição de cores por quintos.

2. Excluiu-se as informações das pessoas sem declaração de rendimento.”

Outra forma de medir a desigualdade é pela relação entre o percentual do total dos rendimentos apropriados pelos 10% com maiores rendimentos sobre o percentual do total dos rendimentos apropriados pelos 40% com menores rendimentos – a chamada razão 10/40. Trata-se de uma medida que está em voga no âmbito internacional e é conhecida também como índice de Palma. Mesmo não incluindo todas as faixas de rendimento, é considerada uma medida interessante por dar destaque aos percentis de população cuja variação no conjunto de seus rendimentos tem o maior impacto na dinâmica da desigualdade (PALMA, 2011), enquanto o índice de Gini estaria mais relacionado às movimentações no meio da distribuição, que são mais estáveis no tempo (COBHAM, 2013). Assim como o Gini, o índice de Palma mostra diminuição da desigualdade no período analisado. O rendimento concentrado pelas pessoas com 10% maiores rendimentos representava 4,3 vezes o acumulado pelas pessoas com 40% menores rendimentos em 2004 e 3,1 vezes em 2014 – uma redução de 27,9% no período. O índice mostra estagnação desta relação em períodos mais recentes. Em 2004, as pessoas com 40% menores rendimentos se apropriavam de 10,6% do total dos rendimentos recebidos, percentual que alcança 13,1% em 2011 e 13,3% em 2014, conforme a Tabela 1 nesta publicação e a Tabela 5.9 no CD-ROM.

Tabela 1 - Distribuição dos rendimentos de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos, por classes de rendimento, e Índice de Palma - Brasil - 2004/2014

Ano	Distribuição dos rendimentos de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos, por classes de rendimentos (%)			
	Até 40% (A)	De mais de 40% a 90% (B)	De mais de 90% (C)	Índice de Palma (C/A)
2004	10,6	43,9	45,5	4,3
2005	11,0	43,6	45,3	4,1
2006	11,3	43,7	44,9	4,0
2007	12,0	44,2	43,9	3,7
2008	12,0	44,6	43,4	3,6
2009	12,4	44,6	43,0	3,5
2011	13,1	45,1	41,9	3,2
2012	13,1	44,9	42,0	3,2
2013	13,2	45,4	41,4	3,1
2014	13,3	45,6	41,0	3,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Exclui as pessoas sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

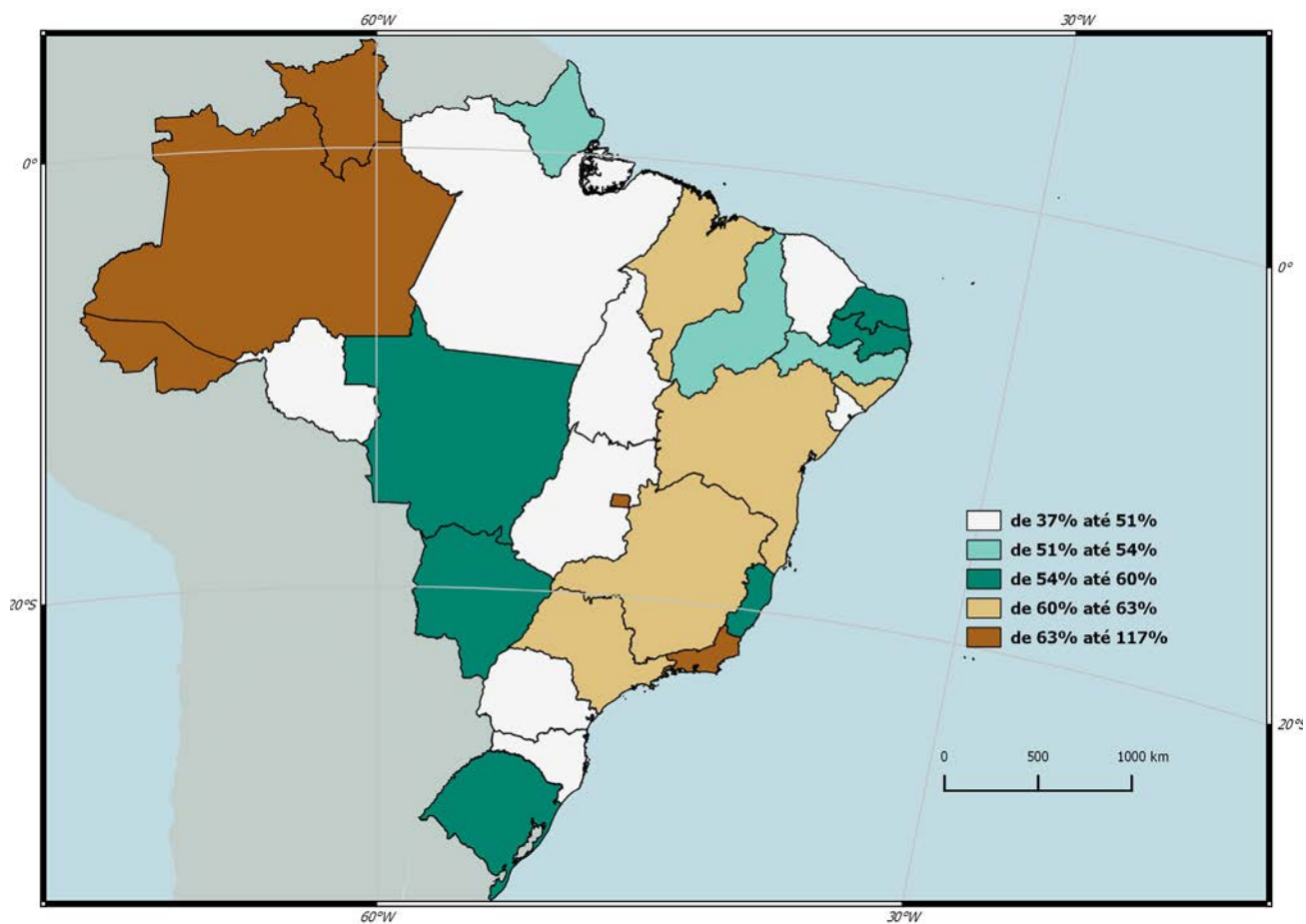
2. Não houve pesquisa em 2010.

A razão entre rendimentos domiciliares *per capita* médios e medianos também é utilizada como uma medida de desigualdade (MEDINA, 2001). Média e mediana diferem na forma de cálculo e também em razão da estrutura da variável estudada. A média é influenciada por valores extremos. A mediana, por outro lado, corresponde ao valor central da distribuição². Assim, quanto maior a relação entre média e mediana, mais elevada é a desigualdade, pois os altos rendimentos estão influenciando mais fortemente o valor da média e afastando-a do centro da distribuição.

Os maiores rendimentos médios e medianos em 2014 encontravam-se no Distrito Federal, respectivamente, R\$ 2 635 e R\$ 1 216. Já os menores rendimentos médios e medianos estavam em Alagoas (R\$ 659 e R\$ 407) e no Maranhão (R\$ 669 e R\$ 411) (Tabela 5.6, CD-ROM). Quanto às maiores razões entre média e mediana, Cartograma 2 mostra que elas encontravam-se no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Acre, Amazonas e Roraima. Na comparação com o Gini, os três primeiros permanecem como as Unidades da Federação mais desiguais em suas distribuições de rendimento.

² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD é uma pesquisa que tem um plano amostral complexo, com estratificação e conglomeração. Dessa forma, as probabilidades não são iguais para todos os rendimentos coletados, requerendo, então, um cálculo mais complexo para gerar a média e a mediana, cálculo esse que leva em conta a estrutura do plano amostral.

Cartograma 5.2 - Razão entre rendimentos domiciliares *per capita* médios e medianos dos arranjos residentes em domicílios particulares, segundo as Unidades da Federação - 2014



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

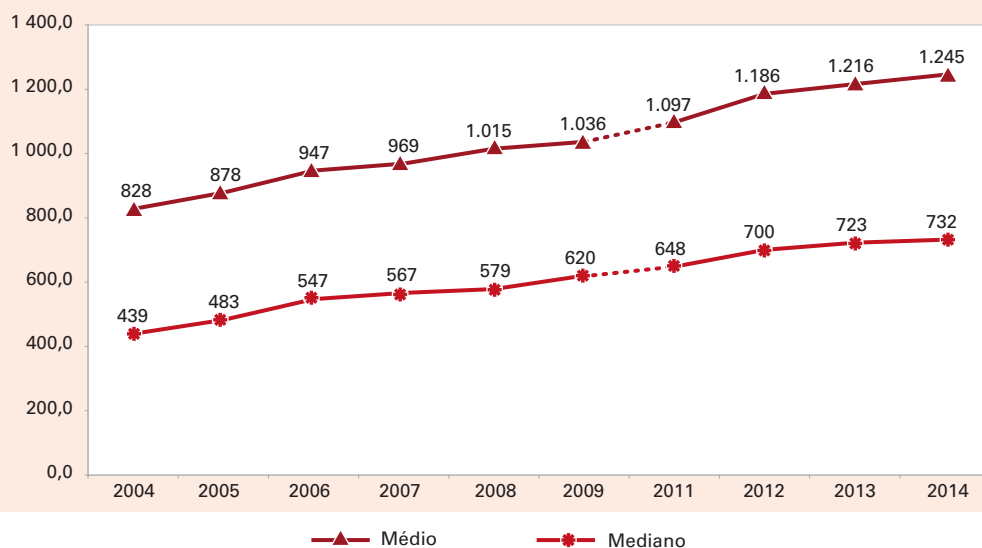
Notas: 1. Distribuição de cores por quintos.

2. Exclusive arranjos domiciliares sem rendimento e sem declaração de rendimentos.

3. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

É importante mencionar que o rendimento médio e o mediano brasileiro tiveram crescimento real no período, passando de, respectivamente, R\$ 828 para R\$ 1 245 e de R\$ 439 para R\$ 732 entre 2004 e 2014. Trata-se de um crescimento em termos reais de 50,3% para o rendimento médio e de 66,7% para o rendimento mediano, em relação a 2004, conforme o Gráfico 5.4 nesta publicação e a Tabela 5.6 no CD-ROM. Esses movimentos estariam relacionados fundamentalmente à dinâmica do mercado de trabalho, cuja renda constitui a maior parcela do rendimento da população. Destaca-se, nesse sentido, o crescimento do trabalho formal e o aumento da taxa de ocupação que, ao aumentar o poder de barganha dos trabalhadores, viabilizou ganhos salariais reais em negociações coletivas (BALANÇO..., 2015)³. Não menos importante se encontra a política de valorização do salário mínimo, que garantiu aumentos acima da inflação aos trabalhadores que recebem o piso salarial, assim como a um contingente expressivo de aposentados e pensionistas e beneficiários de algumas modalidades de políticas de transferência de renda nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Gráfico 5.4 - Rendimento mensal domiciliar *per capita* médio e mediano dos arranjos domiciliares residentes em domicílios particulares - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

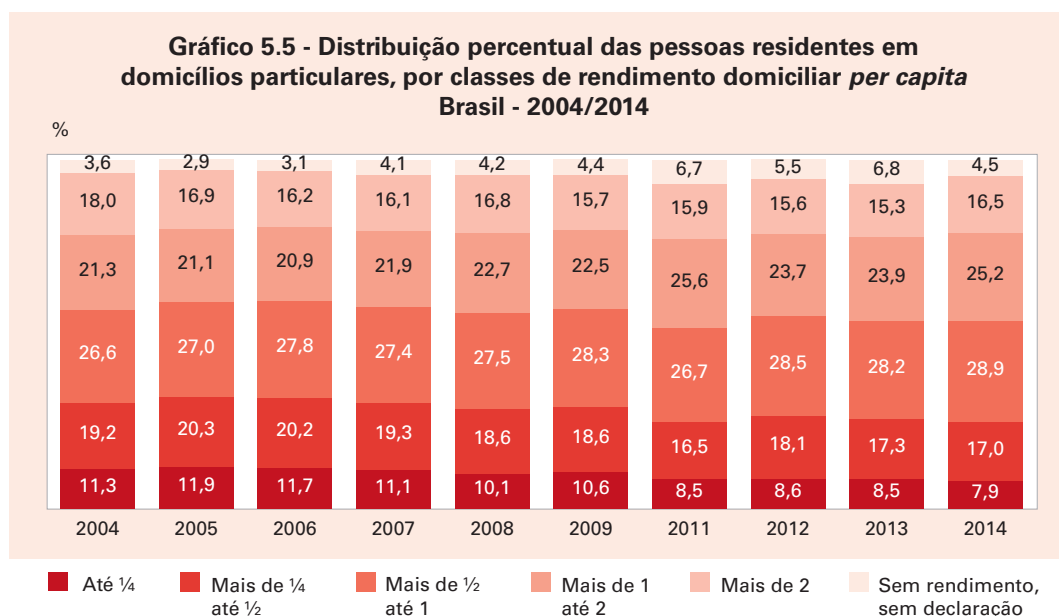
2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2014.

4. Não houve pesquisa em 2010.

O Gráfico 5.5 evidencia o crescimento real do rendimento ao mostrar a distribuição percentual das pessoas residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento em salários mínimos. Observa-se, em primeiro lugar, redução de 11,3% em 2004 para 7,9% em 2014 na proporção de pessoas que viviam em domicílios com rendimento de até ¼ de salário mínimo *per capita*. Por outro lado, há crescimento na participação de pessoas vivendo em domicílios com rendimentos entre ½ e 2 salários mínimos *per capita*, conforme o Gráfico 5.5 nesta publicação e a Tabela 5.2 no CD-ROM.

³ Para maiores informações ver o Capítulo 4, Trabalho.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

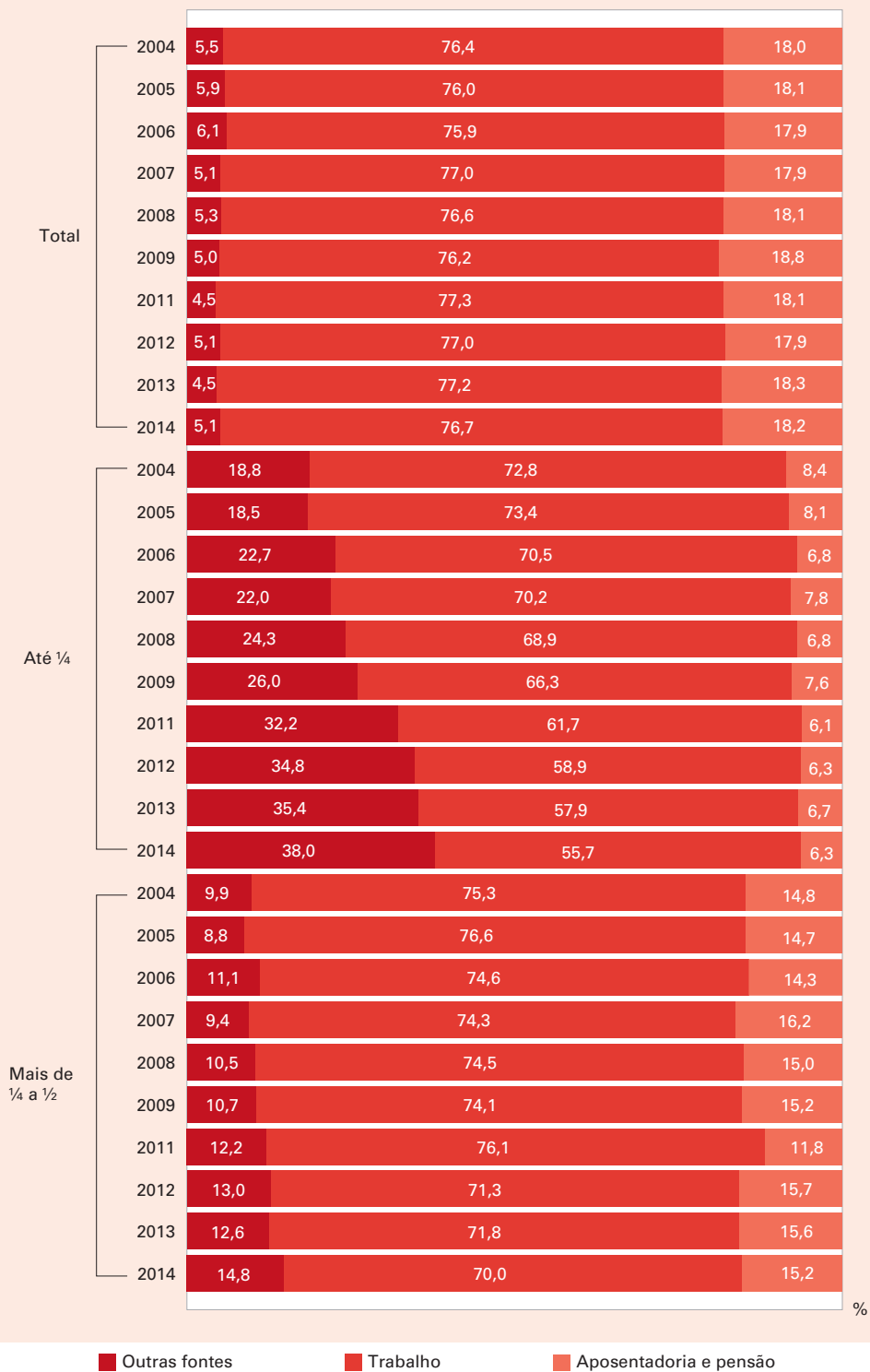
2. Valores do salário mínimo: R\$ 260 em 2004, R\$ 300 em 2005, R\$ 350 em 2006, R\$ 380 em 2007, R\$ 415 em 2008, R\$ 465 em 2009, R\$ 540 em 2011, R\$ 622 em 2012, R\$ 678 em 2009 e R\$ 724 em 2014.

3. Não houve pesquisa em 2010.

A estrutura de rendimentos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, dividida em rendimentos do trabalho, de aposentadoria e pensão e "outras fontes"⁴, mudou pouco entre 2004 e 2014 para o total da população, tendo o primeiro como principal fonte (mais de 75% ou 3/4 do rendimento domiciliar). No entanto, os rendimentos de "outras fontes" ganharam importância nas faixas de renda de até 1/4 de salário mínimo e entre 1/4 e 1/2 salário mínimo *per capita*. Na faixa de menores rendimentos, "outras fontes" passaram de 18,8% em 2004 para 38,0% em 2014, conforme o Gráfico 5.6 nesta publicação e a Tabela 5.4 no CD-ROM. Para esses grupos na base da pirâmide de rendimentos, supõe-se que as "outras fontes" refiram-se, essencialmente, à transferências governamentais, uma vez que os rendimentos provenientes de alugueis, bônus, aplicações financeiras etc., que também as compõem, não são comuns aos estratos de mais baixa renda.

⁴ O rendimento mensal de outras fontes compreende: a) o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e b) o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria etc. (PESQUISA..., 2013b, p. 71).

Gráfico 5.6 - Distribuição percentual dos rendimentos, total e arranjos domiciliares com até ¼ de salário mínimo e de mais de ¼ a ½ salário mínimo de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

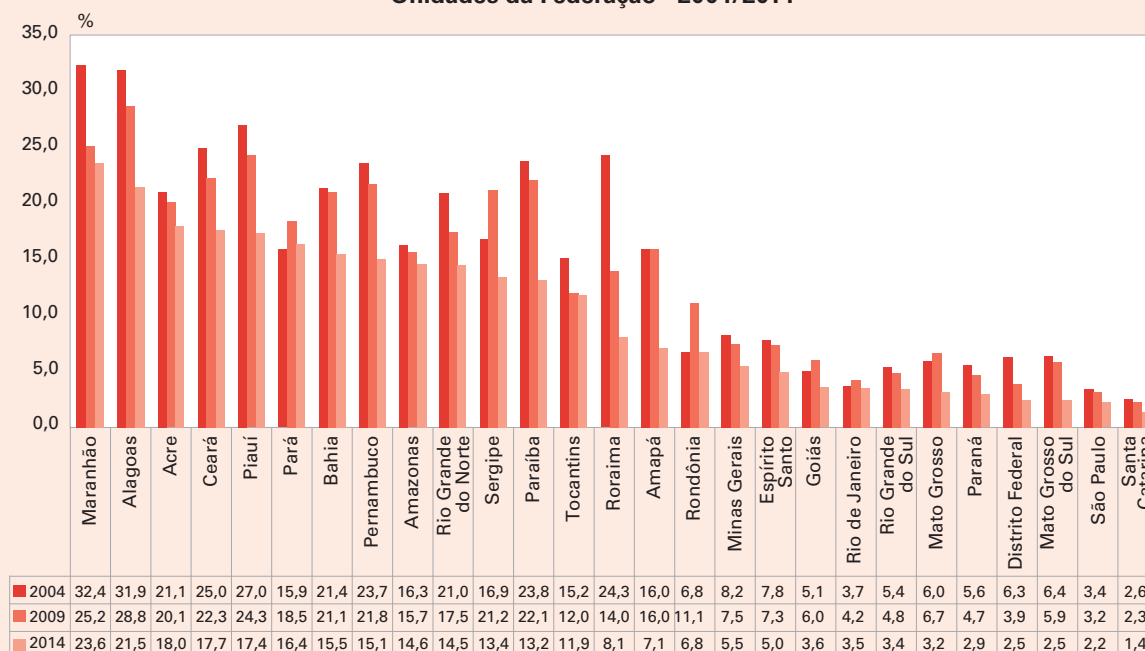
Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

2. Valores do salário mínimo: R\$ 260 em 2004, R\$ 300 em 2005, R\$ 350 em 2006, R\$ 380 em 2007, R\$ 415 em 2008, R\$ 465 em 2009, R\$ 540 em 2011, R\$ 622 em 2012, R\$ 678 em 2009 e R\$ 724 em 2014.

3. Não houve pesquisa em 2010.

As Regiões Norte e Nordeste do País concentram as maiores proporções de pessoas que vivem com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita*. Este comportamento reflete, em larga medida, as históricas desigualdades regionais produzidas ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, tanto em termos de condições de vida quanto de crescimento econômico. Com isso, esse indicador variou de 23,6% no Estado do Maranhão e 21,5% no Estado de Alagoas a 2,2% no Estado de São Paulo e 1,4% no Estado de Santa Catarina em 2014, conforme o Gráfico 5.7 nesta publicação e a Tabela 5.2 no CD-ROM. Em 2014 a proporção de pessoas nesta classe de rendimento era cerca de 17 vezes maior no Estado do Maranhão em comparação com o Estado de Santa Catarina.

Gráfico 5.7 - Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, segundo as Unidades da Federação - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Unidades da Federação em ordem decrescente em 2014.

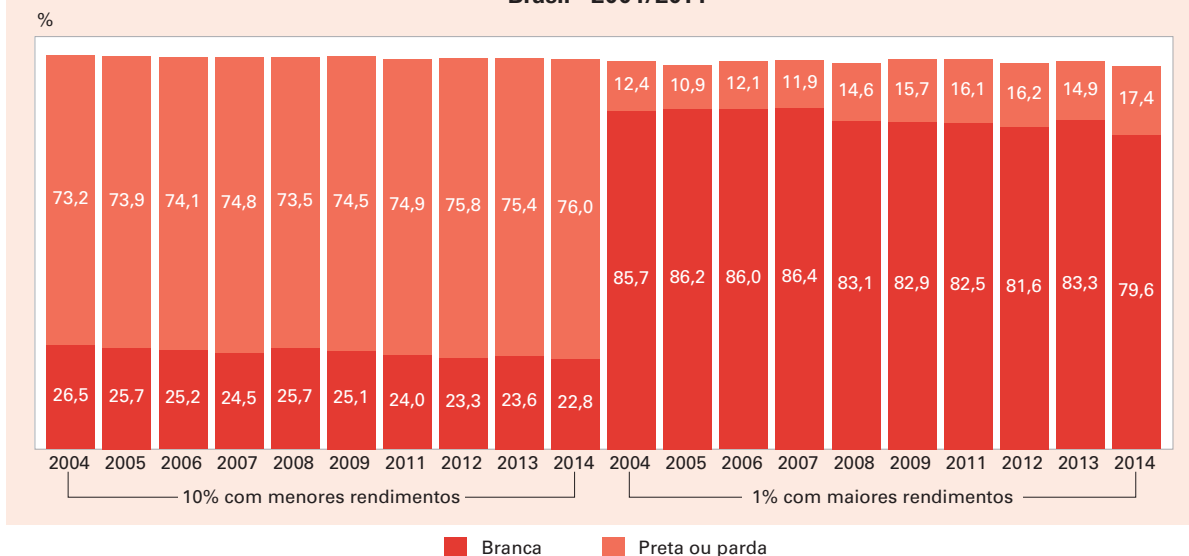
2. Excluídas pessoas sem rendimento.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

4. Valores do salário mínimo: R\$ 260 em 2004, R\$ 465 em 2009 e R\$ 724 em 2014.

Cabe destacar também a desigualdade de rendimentos segundo a cor ou raça da população, que, historicamente, atinge de forma mais desfavorável às pessoas que se identificam como de cor ou raça preta ou parda. Estes últimos representavam 76,0% das pessoas entre os 10% com menores rendimentos e 17,4% no 1% com maiores rendimentos, em 2014. Mesmo com o crescimento da proporção de pretos ou pardos no topo da distribuição (eram 12,4% em 2004), persiste uma grande diferença em relação àqueles que se declaram brancos, que eram quase 80% no 1% com maiores rendimentos em 2014. É importante ressaltar que a baixa participação da população de cor preta ou parda no estrato de maiores rendimentos contrasta com sua elevada participação na composição da população geral, que chegou a 53,6% em 2014, conforme o Gráfico 5.8 nesta publicação e a Tabela 5.7 no CD-ROM.

Gráfico 5.8 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento entre os 10% com menores rendimentos e o 1% com maiores rendimentos, por cor ou raça Brasil - 2004/2014



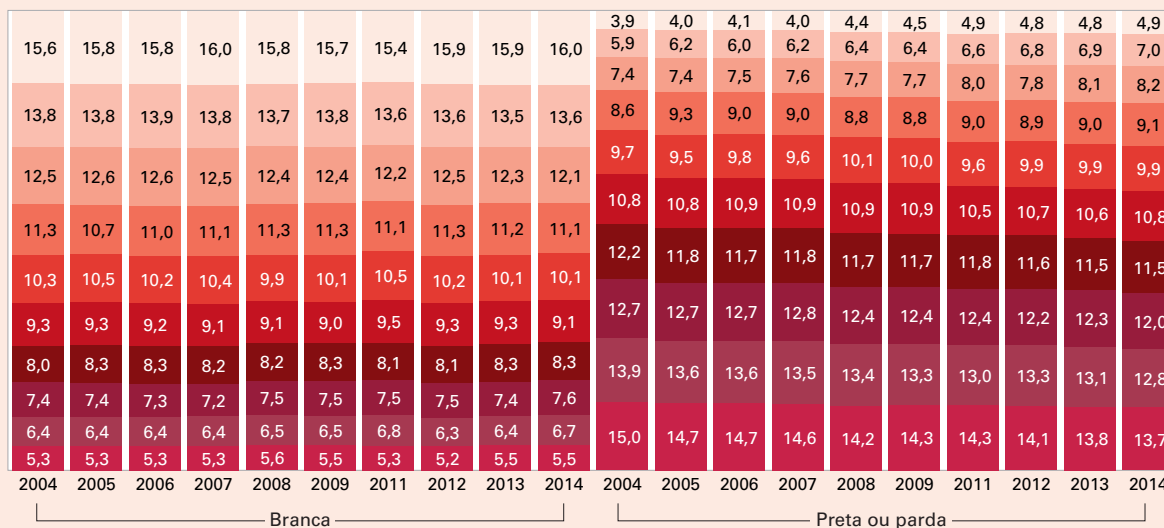
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

- Notas:
1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.
 2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
 3. Exclusive pessoa de cor ou raça amarela, indígena ou ignorada.
 4. Classificação de rendimentos com base na renda domiciliar *per capita*.
 5. Não houve pesquisa em 2010.

Analogamente, a avaliação da distribuição das pessoas por décimos de rendimento mostra que há maior representação de brancos nos décimos mais altos ao longo dos 10 anos avaliados. Do total de brancos, 41,7% estavam nos três décimos superiores em 2014, ao passo que somente 20,1% dos pretos ou pardos se encontravam nesses estratos. Em 2004, tais proporções eram, respectivamente, 41,9% e 17,2%, o que mostra que houve um ligeiro crescimento destes últimos no período, sem, no entanto, alterar substancialmente a estrutura de distribuição de rendimentos sob a ótica da cor ou raça da população. Em complemento, do total de pretos ou pardos, 38,5% estavam nos três décimos inferiores em 2014, contra 41,6% em 2004. Já os brancos eram 19,8% nos três décimos inferiores em 2014, contra 19,1% em 2004, praticamente sem modificação em 10 anos, conforme o Gráfico 5.9 nesta publicação e a Tabela 5.8 no CD-ROM.

Gráfico 5.9 - Distribuição percentual da população residente, segundo os décimos de rendimento mensal domiciliar *per capita*, por cor ou raça - Brasil - 2004/2014

%



1º décimo
 2º décimo
 3º décimo
 4º décimo
 5º décimo

 6º décimo
 7º décimo
 8º décimo
 9º décimo
 10º décimo

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Excluído arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Excluído as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Excluído pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou ignorada.

4. Não houve pesquisa em 2010.

Domicílios

O conceito de moradia não deve ser interpretado em um sentido estrito, referente apenas à estrutura física do local de residência; deve, antes, abarcar as condições de vida e as relações sociais e econômicas associadas à ocupação daquele espaço.

Assim, ao definir o direito à moradia, a Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN) explicita que ele inclui a segurança da posse do domicílio (isto é, proteção contra despejos), acessibilidade financeira¹ do domicílio, privacidade, acesso a serviços de saneamento e eletricidade, proteção contra fatores de risco e uma localização que não restrinja o acesso a oportunidades de emprego e equipamentos públicos de saúde e educação, entre outros componentes².

Todos esses elementos são afetados por políticas públicas e, por sua vez, têm impacto sobre outros direitos sociais, como saúde, igualdade de gênero, segurança, transporte e trabalho.

Nesta publicação, buscou-se examinar a evolução de indicadores relacionados a alguns desses elementos, utilizando-se as informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, entre 2004 e 2014.

Os dados da PNAD indicam a existência, em 2014, de 67,1 milhões de domicílios particulares no Brasil, sendo 67,0 milhões deles domicílios particulares permanentes e outros cerca de 100 mil domicílios particulares improvisados³. As áreas urbanas concentram 86,0% dos domicílios particulares brasileiros – os 14,0% restantes localizam-se em áreas rurais.

¹ A expressão “acessibilidade financeira” foi utilizada aqui como tradução livre do termo em inglês *affordability*. Há acessibilidade financeira da moradia quando os custos financeiros da moradia não ameaçam ou comprometem outras necessidades básicas dos moradores.

² Para uma definição mais precisa de direito a moradia, consultar: UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General comment n. 4: the right to adequate housing: art.11 (1) of the covenant*. 1991. [6] p. Trabalho apresentado na 6th Session of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights, realizada em Geneve, 1991. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CESCR/Shared%20Documents/1_Global/INT_CESCR_GEC_4759_E.doc>. Acesso em: nov. 2015.

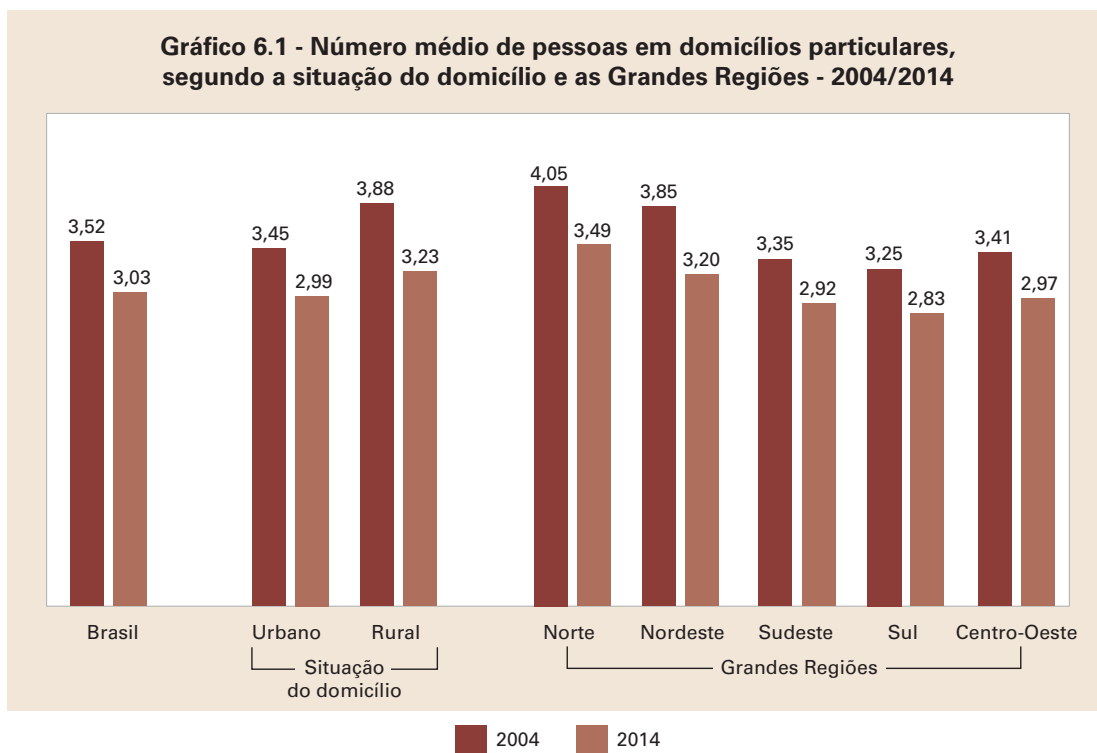
³ Nesta publicação, a maioria dos indicadores diz respeito apenas aos domicílios particulares permanentes, que são investigados mais a fundo pela PNAD, - a pesquisa não coleta informação a respeito das características dos domicílios improvisados, em razão do caráter temporário dos mesmos. Para uma definição dos conceitos de domicílio particular improvisado e de domicílio particular permanente, consulte o Glossário desta publicação.

Para o mesmo ano, a população residente em domicílios particulares no Brasil foi estimada em 203,1 milhões, resultando em uma média de 3,03 moradores por domicílio. Esse resultado sofre variação regional: ele é mais elevado nas Regiões Norte e Nordeste, onde a média de moradores por domicílio foi de 3,49 e 3,20 respectivamente. Já o Centro-Oeste registrou uma média de 2,97, o Sul de 2,83 e o Sudeste de 2,92. Entre as Unidades da Federação, os casos extremos são o Amazonas, com 3,73, e o Rio de Janeiro, com 2,74. Além disso, há uma diferenciação entre os domicílios urbanos e rurais: nos primeiros, a média de moradores foi de 2,99, e, nos últimos, de 3,23.

Ao longo do período abordado nesta publicação, de 2004 a 2014, o número de domicílios particulares no Brasil cresceu mais rapidamente que a população residente nos mesmos – ou seja, a média de moradores por domicílio declinou. O número de moradores de domicílios particulares aumentou 10,8% no período, ao passo que o número de domicílios particulares cresceu 28,7%.

A diminuição da média de moradores por domicílio entre 2004 e 2014 ocorreu em todas as Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas. Esse movimento aconteceu com maior intensidade nas áreas rurais e nas Regiões Norte e Nordeste – justamente as que, historicamente, apresentavam maior média de moradores por domicílio.

No Gráfico 6.1 há um quadro sintético da variação do número médio de moradores por domicílio, segundo a situação dos domicílios e Grandes Regiões. Na Tabela 6.1, (CD-ROM), é possível verificar também a evolução do número médio de moradores por dormitório, que tem um comportamento semelhante.



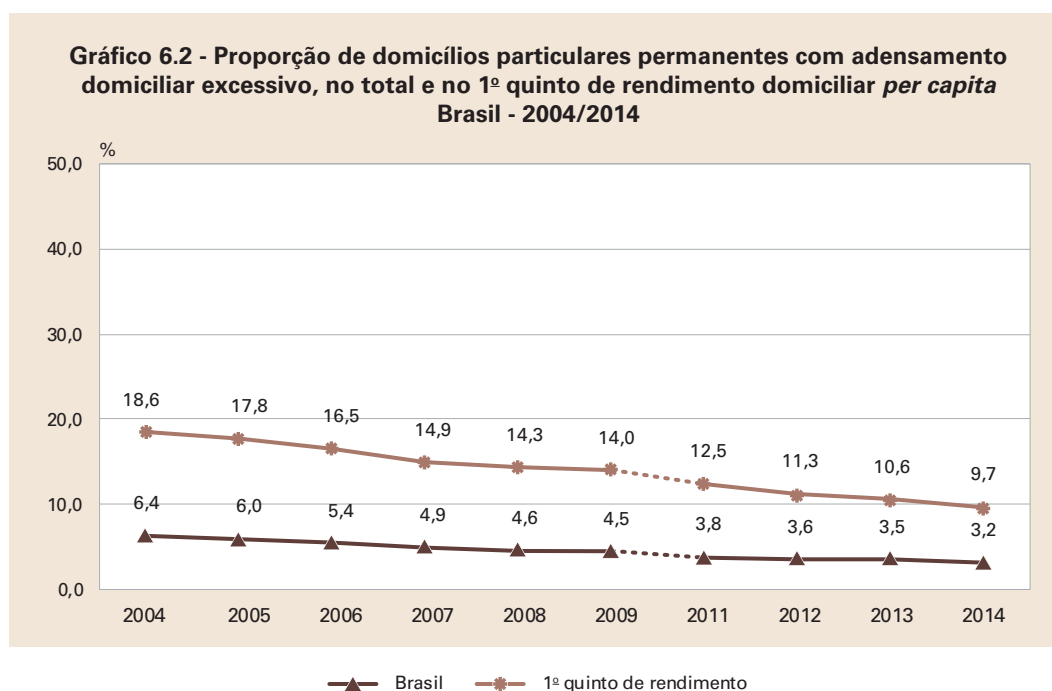
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

A redução do número médio de moradores por domicílio e por dormitório está relacionada a uma queda da proporção de domicílios que registram uma situação de adensamento domiciliar excessivo – isto é, que possuem um número muito elevado de moradores em relação ao espaço disponível no domicílio.

O adensamento domiciliar excessivo é considerado indesejável, pois pode representar risco à saúde e trazer restrições à comodidade e privacidade dos moradores.

Nesta publicação, optou-se por considerar como excessivamente adensado um domicílio onde existam mais de três moradores por dormitório, em linha com o critério utilizado pelo Ministério das Cidades na definição do déficit habitacional (DÉFICIT..., 2014)⁴.

A ocorrência dessa situação está bastante relacionada com a renda dos moradores. É entre os domicílios com menores rendimentos que há maior proporção de domicílios excessivamente adensados. No Gráfico 6.2, tem-se a evolução da proporção de domicílios particulares permanentes em situação de adensamento domiciliar excessivo, no total de domicílios e entre os domicílios pertencentes ao 1º quinto de renda domiciliar *per capita* (isto é, os domicílios onde residem os indivíduos pertencentes aos 20,0% da população com menores rendimentos).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Considera-se excessivamente adensados os domicílios com mais de 3 moradores por dormitório.

2. Não houve pesquisa em 2010.

⁴ Internacionalmente, há diversos critérios para classificação do adensamento domiciliar. No âmbito do monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs, estabelecidos na Declaração do Milênio, aprovada pela ONU em 2000, o critério adotado foi de classificar como excessivamente adensados os domicílios com mais de três pessoas por cômodo com mais de quatro metros quadrados (m²). Esse critério não é perfeitamente aplicável aos dados da PNAD, pois ela não mensura a metragem dos cômodos.

Pode-se verificar que a proporção de adensamento excessivo reduziu-se substancialmente, tanto entre os domicílios de menores rendimentos como no total, mas que persiste ainda uma diferença significativa. No total de domicílios particulares permanentes, a proporção de domicílios excessivamente adensados caiu pela metade, recuando 3,2 pontos percentuais entre 2004 e 2014. Já entre os domicílios particulares permanentes do 1º quinto de rendimento domiciliar *per capita*, a redução foi de 8,9 pontos percentuais.

Da mesma forma que no indicador anterior, neste também há variação regional. Em 2014, de acordo com a PNAD, 7,9% dos domicílios particulares permanentes da Região Norte estavam excessivamente adensados. A menor proporção foi registrada na Região Sul, onde, também em 2014, apenas 1,2% dos domicílios particulares permanentes encontravam-se nessa condição.

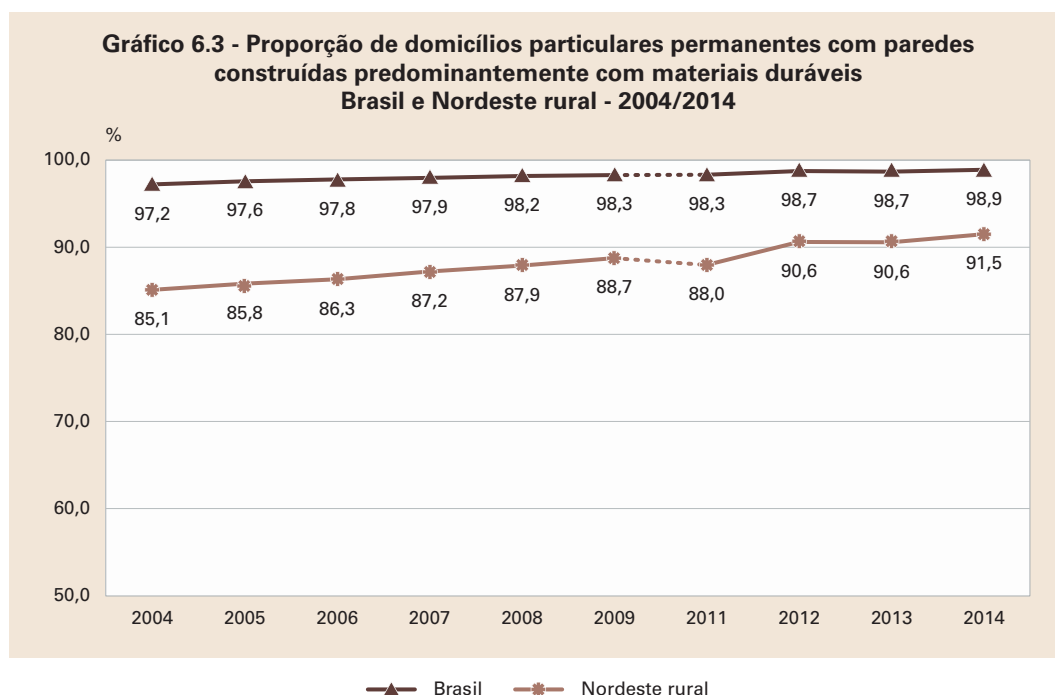
Entre 2004 e 2014, os domicílios brasileiros também passaram por transformações em suas características físicas, seja nos materiais utilizados na construção, seja nas instalações disponíveis para a realização das atividades domésticas. Em relação a esses temas, escolheu-se, entre as informações produzidas pela PNAD, dois indicadores: a proporção de domicílios com paredes externas construídas predominantemente com material durável e a proporção de domicílios com banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores⁵.

Foram consideradas como de materiais duráveis as paredes construídas, predominantemente, de alvenaria (revestida ou não revestida), de taipa revestida ou com madeira adequada para construção. Entre os materiais considerados não duráveis se encontram a palha, madeira inadequada (madeira de embalagens, tapumes, etc.) e a taipa não revestida.

Em 2004, a proporção de domicílios particulares permanentes com paredes de material durável já era bastante elevada para o conjunto do País (97,2%). Essa proporção era menor nas Regiões Norte e Nordeste, especialmente nas áreas rurais: entre os domicílios de situação rural na Região Norte, a proporção era de 83,9%, e entre os domicílios rurais da Região Nordeste, de 85,1%.

Entre os anos de 2004 e 2014, a proporção de domicílios com paredes construídas com materiais permanentes avançou gradualmente, até alcançar 98,9%. No Gráfico 6.3 pode-se acompanhar a evolução ano a ano desse indicador para o total nacional e para as áreas rurais da Região Nordeste. Percebe-se que as áreas rurais da Região Nordeste, partindo de uma proporção menor, tiveram uma elevação mais acentuada em termos de pontos percentuais.

⁵ A durabilidade dos materiais utilizados na construção e a presença de sanitário exclusivo são critérios tradicionais de avaliação da adequação do domicílio, presentes, por exemplo, na definição de domicílio de favela utilizado no monitoramento dos ODM (GUIDE..., 2003).

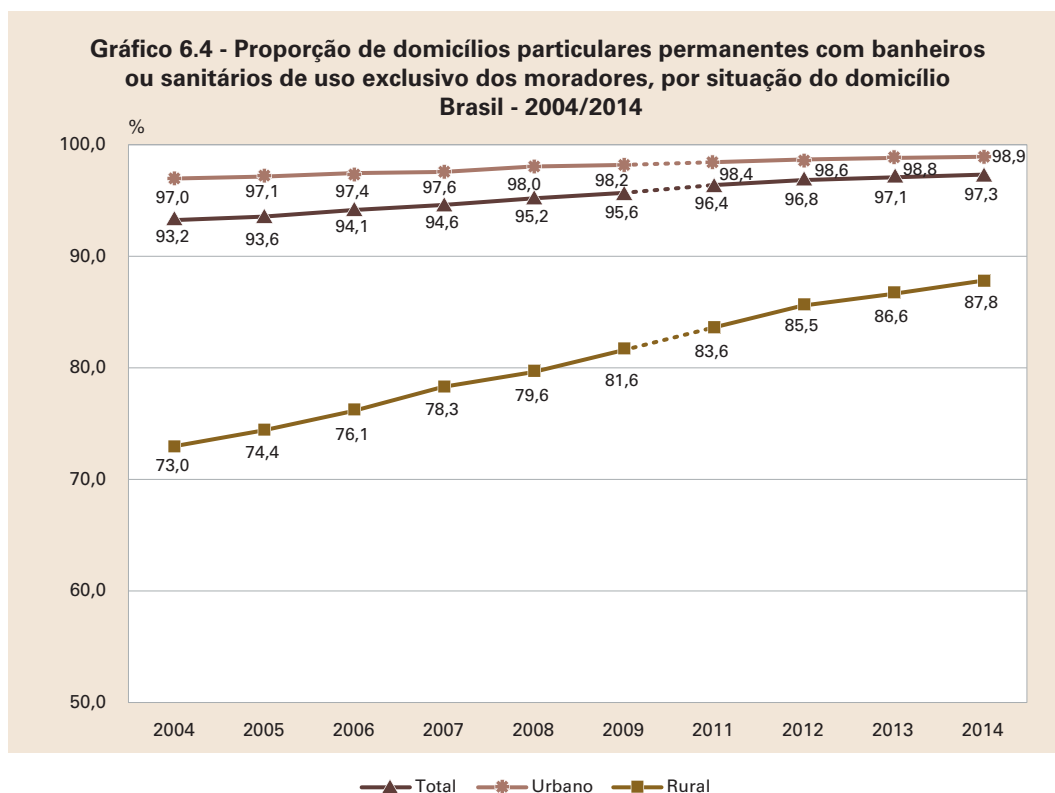


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Quanto ao resultado total nacional, apesar de a evolução ser relativamente pequena em pontos percentuais, deve-se ressaltar que a proporção de domicílios particulares permanentes no Brasil com paredes construídas com materiais não duráveis em 2014 era menos da metade daquela verificada em 2004 (foram 1,1% em 2014 e 2,8% em 2004). Na Tabela 6.3 (CD-ROM) pode-se ver a evolução do indicador em cada Unidade da Federação.

A presença nos domicílios particulares permanentes de banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores teve comportamento semelhante. Em 2004, já era elevada a proporção de domicílios brasileiros que contavam com banheiro ou sanitário de uso exclusivo (93,2%), e o Brasil seguiu avançando nesse indicador, que apresentou elevações moderadas em todas as edições da PNAD no período, até atingir 97,3%, em 2014.

Essa elevação foi mais intensa entre os domicílios rurais, que partiram de um patamar menor – nesse grupo a proporção de domicílios com banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores se expandiu 14,8 pontos percentuais, passando de 73,0% para 87,8%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Em 2014, existiam no Brasil 1,8 milhão de domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo. Desses, 634 mil estavam em áreas urbanas e 1,2 milhão, em áreas rurais. As Unidades da Federação que registraram as menores proporções de domicílios com banheiro ou sanitário de uso exclusivo em 2014 foram o Acre, com 82,7%; o Maranhão, com 83,6%; e o Piauí, com 85,8%.

Entre os domicílios sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores, encontram-se tanto domicílios onde o banheiro ou sanitário é compartilhado por moradores de mais de um domicílio como também domicílios que não dispõem nem mesmo de instalações compartilhadas. O primeiro caso é mais comum nas áreas urbanas – ocorre com frequência nos domicílios do tipo casa de cômodos ou cortiço. Já nas áreas rurais, a ocorrência de sanitário compartilhado é mais rara, sendo mais frequente que os moradores de domicílios sem banheiros ou sanitários de uso exclusivo recorram a fossas rudimentares não cercadas por paredes ou que não disponham de qualquer tipo de instalação sanitária.

Outro conjunto de indicadores referentes aos domicílios que a PNAD permite monitorar diz respeito ao acesso domiciliar a alguns serviços. Entre eles, os serviços relacionados ao saneamento básico: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora e coleta direta ou indireta de lixo⁶. Trata-se de serviços cuja existência depende fundamentalmente de ações do poder público.

Quanto a essa temática, os indicadores produzidos nesta publicação dizem respeito apenas aos domicílios urbanos. Isso porque, nas áreas rurais, a baixa densidade populacional dificulta a extensão desses serviços e, por outro lado, permite a adoção de soluções individuais de saneamento (como poço artesiano, para fornecimento de água, ou fossa séptica sem ligação com rede coletora, para esgotamento sanitário, por exemplo).

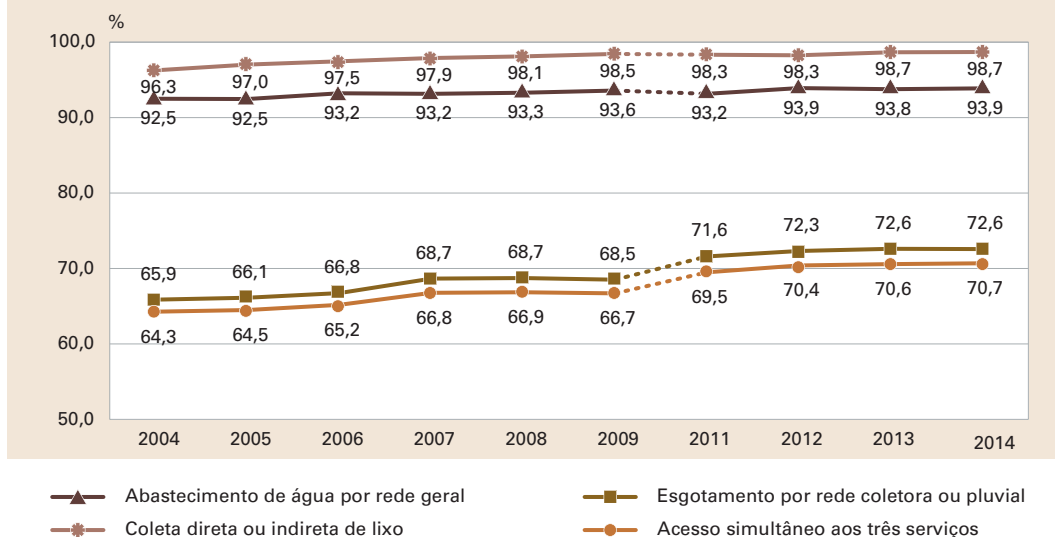
Nas áreas urbanas, tanto o abastecimento de água por rede geral como o esgotamento por rede coletora e a coleta direta ou indireta de lixo se expandiram entre 2004 e 2014, de acordo com os dados da PNAD. Nos três serviços, a expansão da oferta nas áreas urbanas foi bastante gradual. A proporção de domicílios particulares permanentes urbanos brasileiros onde o abastecimento de água é feito por rede geral passou de 92,5%, em 2004, para 93,9%, em 2014 (ou seja, houve um avanço de 1,4 ponto percentual) e a proporção de cobertura da coleta direta ou indireta de lixo passou de 96,3%, em 2004, para 98,7%, em 2014 (avanço de 2,4 pontos percentuais). O esgotamento por rede coletora, serviço que tinha oferta mais restrita em 2004, foi o que evoluiu mais rápido, passando de 65,9%, em 2004, para 72,6%, em 2014 (avanço de 6,7 pontos percentuais) – ainda assim, 29,3% dos domicílios particulares permanentes urbanos brasileiros não tinham, em 2014, acesso a ao menos um dos três serviços de saneamento analisados. Os resultados para cada Unidade da Federação e Regiões Metropolitanas estão disponíveis no CD-ROM que acompanha esta publicação.

Não se pode considerar que um domicílio dispõe de saneamento adequado a não ser que ele tenha acesso a soluções sanitárias adequadas tanto para o abastecimento de água como para o esgotamento e manejo do lixo – a ausência de soluções para qualquer uma dessas questões representa um fator de risco à saúde dos moradores. Por isso, além de acompanhar o comportamento da cobertura de cada um desses serviços, cabe também verificar a proporção de domicílios urbanos que têm acesso aos três serviços, simultaneamente.

No Gráfico 6.5, observa-se a evolução entre 2004 e 2014 dos indicadores de acesso a cada um dos serviços, bem como de acesso simultâneo aos três, nos domicílios particulares permanentes urbanos brasileiros.

⁶ A rigor, o conceito de saneamento básico, definido na Lei n. 11.445, de 05.01.2007, abrange também a infraestrutura de drenagem e manejo de águas pluviais, mas a presença desse serviço no entorno dos domicílios não é mensurada pela PNAD.

Gráfico 6.5 - Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a serviços de saneamento, por tipo de serviço - Brasil - 2004/2014



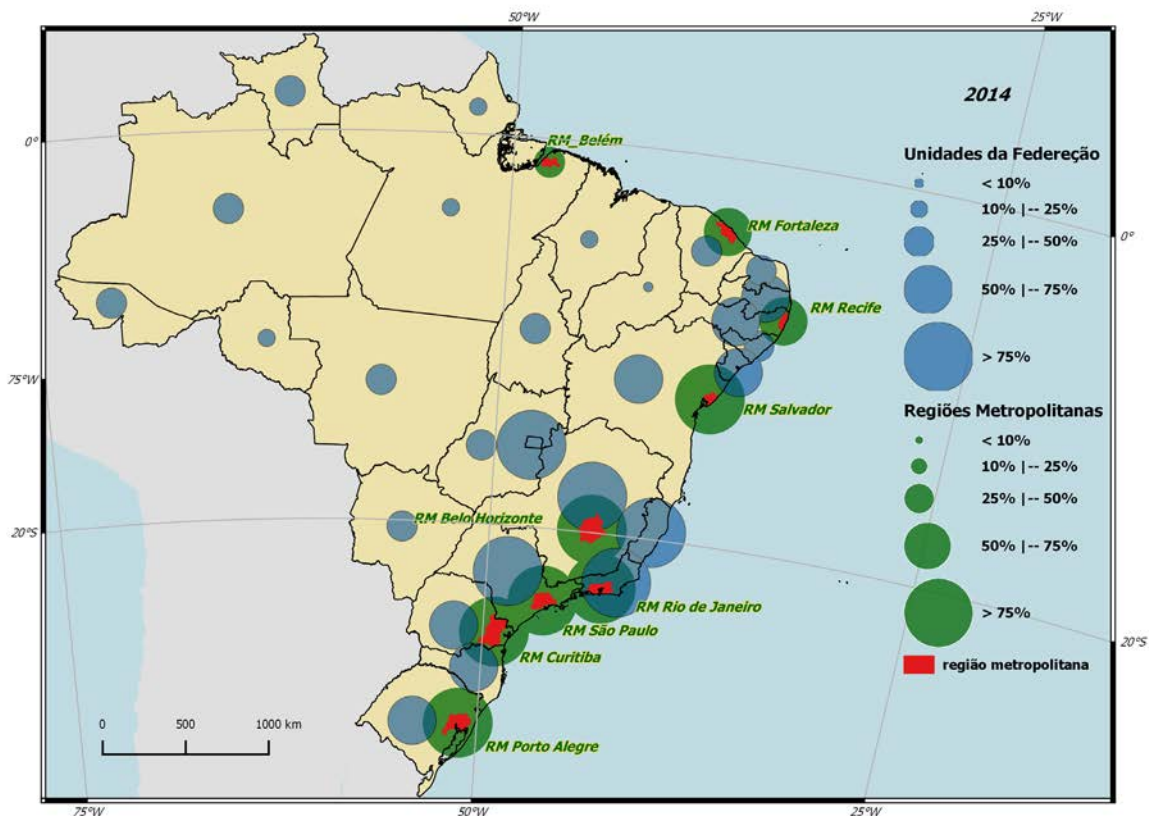
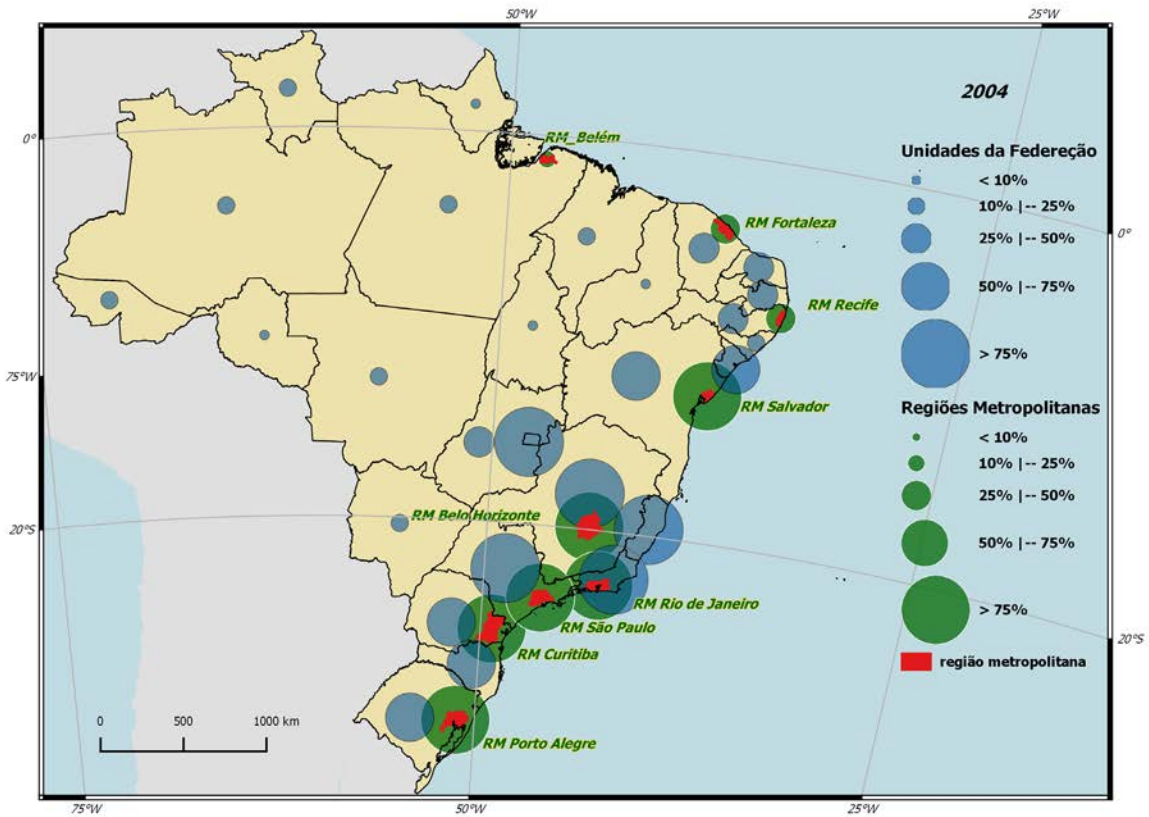
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Percebe-se que, ao longo de toda a série histórica, o indicador de acesso simultâneo acompanha de perto o indicador de esgotamento sanitário. Isso ocorre porque a oferta de rede coletora de esgoto em geral envolve um esforço maior por parte do poder público que a rede de abastecimento de água ou de coleta de lixo. Sendo assim, a rede coletora de esgoto é, na maioria das vezes, o último dos três serviços a chegar aos domicílios.

O avanço desses indicadores se deu de forma desigual entre as diferentes regiões. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste partiram de uma proporção mais baixa de domicílios particulares permanentes com acesso simultâneo aos três serviços em 2004, mas tiveram um crescimento maior no período, embora não tenham ainda alcançado as proporções registradas nas Regiões Sul e Sudeste. Entre 2004 e 2014, a Região Norte passou de 10,2% para 22,9%, a Nordeste de 39,7% para 51,5%, a Centro-Oeste de 38,4% para 50,0%, a Sudeste de 87,3% para 90,5% e a Sul de 60,3% para 69,2%. Nos mapas a seguir, observam-se os resultados por Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas, em 2004 e 2014.

Cartograma 6.1 - Proporção de domicílios particulares permanentes rurais com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, segundo as Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 2004/2014



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

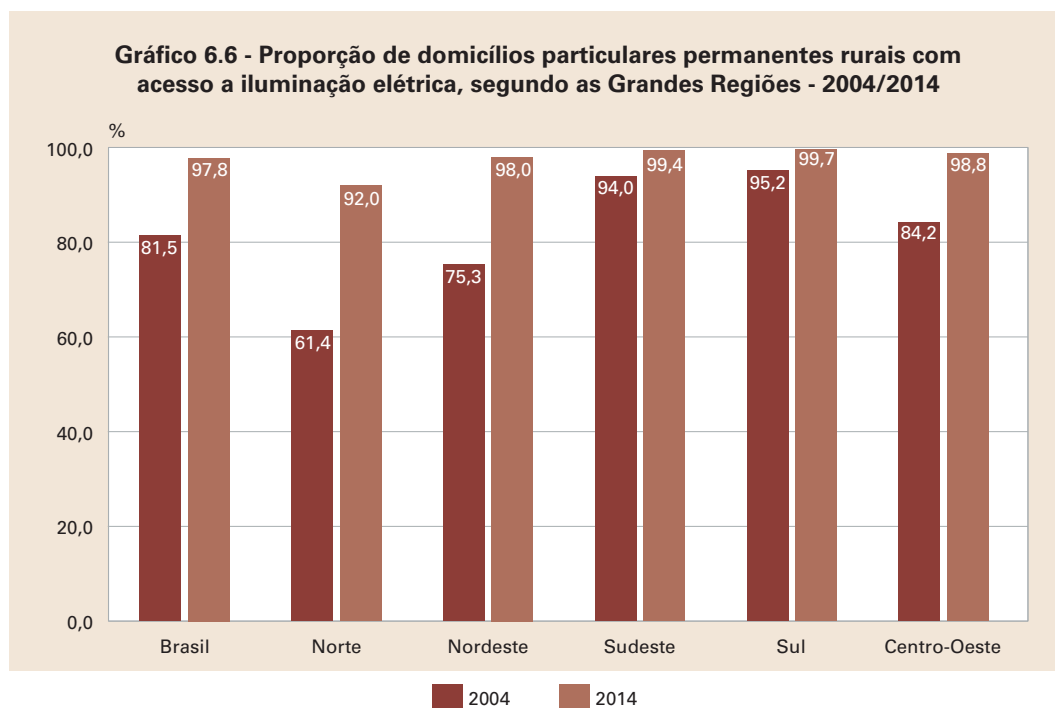
Outro serviço relevante é o acesso à energia elétrica. No ambiente urbano, esse serviço já está muito próximo da universalização – a PNAD 2014 encontrou uma proporção de 99,9% dos domicílios particulares permanentes urbanos com iluminação elétrica. Por essa razão, nesse quesito, ao contrário dos indicadores de saneamento básico, a série histórica construída nesta publicação diz respeito apenas aos domicílios rurais – nesse recorte, o acesso à energia elétrica é mais difícil e restrito, e sua expansão tem sido alvo de políticas públicas.

No ponto de partida da série histórica analisada aqui, 2004, a PNAD registrou 81,5% dos domicílios particulares permanentes rurais com iluminação elétrica, ou seja, quase $\frac{1}{3}$ dos domicílios rurais ainda não tinha acesso à energia elétrica.

Entre 2004 e 2014, o indicador evoluiu relativamente rápido. Em 2014, a proporção de domicílios rurais com iluminação elétrica mensurada pela PNAD foi de 97,8%, número significativamente maior que o registrado em 2004, embora não represente ainda a universalização.

Como esperado, esse indicador tem expressiva variação regional. A maior restrição ao acesso à energia elétrica entre os domicílios do meio rural encontra-se na Região Norte, refletindo as condições sociais e geográficas da região. Em 2014, o indicador foi de 92,0% para a Região Norte, 98,0%; Nordeste, 98,8%; Centro-Oeste, 99,4%; Sudeste e Sul 99,7%.

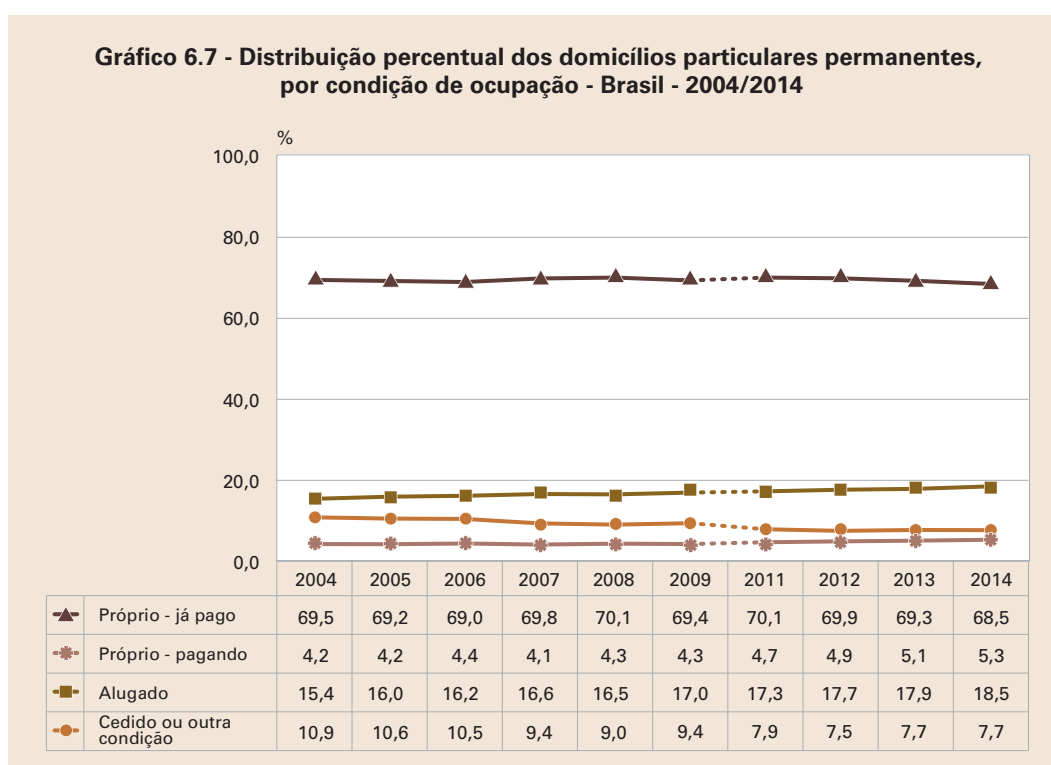
Foi justamente na Região Norte que se registrou o maior avanço desse indicador no período entre 2004 e 2014 – a região avançou 30,6 pontos percentuais, de 61,4% para 92,0% – havendo, portanto, uma tendência de convergência, como se pode observar no Gráfico 6.6.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Outro aspecto importante para a caracterização dos domicílios brasileiros é a condição de ocupação, isto é, o arranjo por meio do qual os moradores ocupam aquela residência – se o domicílio é próprio, alugado etc.

Entre as categorias utilizadas na PNAD, a condição de ocupação mais comum nos domicílios brasileiros é a de domicílio próprio – já pago, isto é, o imóvel pertence a um dos moradores⁷ e não há financiamento pendente. A proporção de domicílios particulares permanentes nessa condição era de 69,5% em 2004 e apresentou um ligeiro decréscimo no período, chegando a 68,5% em 2014. Já a condição de próprio – ainda pagando, que corresponde aos imóveis ainda em financiamento, apresentou elevação, passando de 4,2% em 2004 para 5,3% em 2014⁸. A evolução da proporção de domicílios particulares permanentes em cada condição de ocupação entre 2004 e 2014 está detalhada no Gráfico 6.7, e os resultados para cada Unidade da Federação e Região Metropolitana são apresentados na Tabela 6.7 (CD-ROM).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

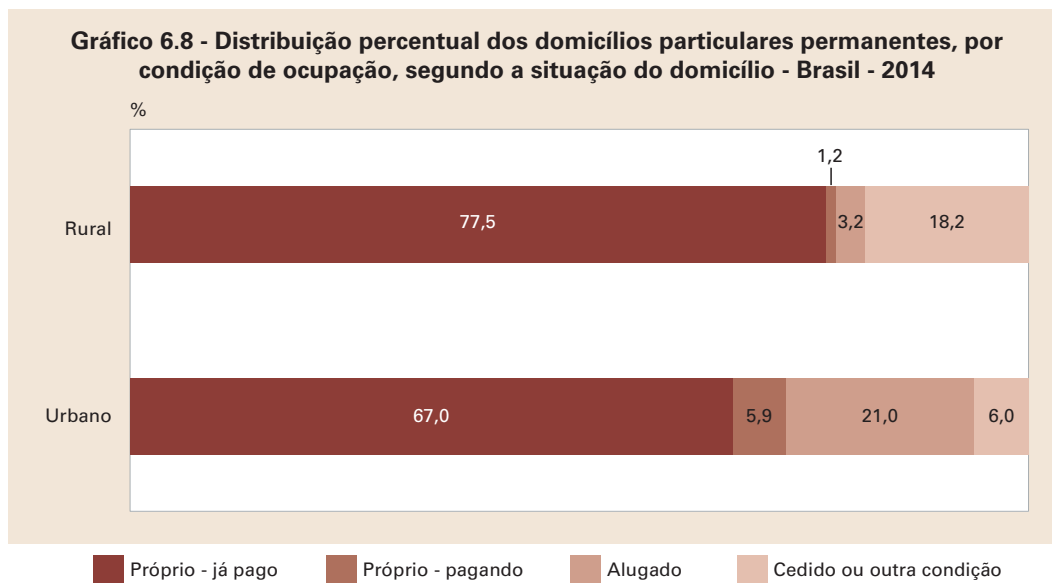
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

A categoria alugado apresentou uma tendência de elevação, acumulando um incremento de 3,1 pontos percentuais entre 2004 e 2014. O inverso ocorreu com o grupo que reúne os domicílios cedidos (quando o proprietário ou locatário é um não morador que consente na ocupação de terceiros, sem exigir pagamento) e em outras condições, que recuou de 10,9% em 2004 para 7,7% em 2014.

⁷ Como a condição de ocupação é aferida na PNAD através da declaração dos moradores, a condição de próprio não significa necessariamente que o imóvel esteja devidamente registrado e regularizado.

⁸ Esse resultado é condizente com a forte expansão do crédito habitacional no Brasil, registrada a partir de 2009.

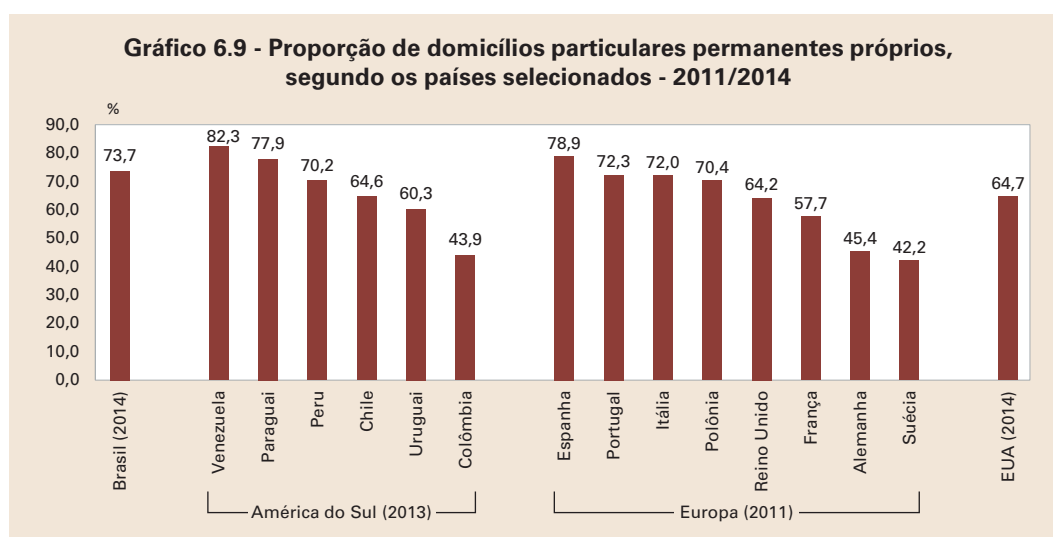
Embora os domicílios de tipo próprio - já pago sejam os mais comuns tanto nas áreas urbanas como nas rurais, a presença das demais formas de ocupação varia bastante entre os dois contextos. Domicílios alugados ou financiados (próprio - ainda pagando) são típicos das áreas urbanas. Enquanto isso, as áreas rurais ainda registram uma proporção elevada de domicílios cedidos – em especial aqueles cedidos pelo empregador –, apesar da redução registrada no período.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

A distribuição dos domicílios pelas diferentes condições de ocupação está relacionada a fatores culturais, econômicos e demográficos, e também às políticas públicas e à própria organização do espaço urbano. A condição de domicílio próprio reduz a vulnerabilidade das famílias residentes – sendo, nesse sentido, desejável. Porém, não há uma relação unívoca entre maior desenvolvimento socioeconômico de uma área geográfica e maior proporção de domicílios próprios⁹. No Gráfico 6.9 tem-se uma comparação internacional, onde é possível observar que alguns países desenvolvidos registram uma proporção relativamente baixa de domicílios próprios, ao mesmo tempo em que alguns países em desenvolvimento registram uma proporção elevada.

⁹ Essa conclusão está presente em algumas publicações do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (United Nations Human Settlements Programme - UN-HABITAT), como, por exemplo: CITIES in a globalizing world: global report on human settlements 2001. London: Earthscan; Nairobi: United Nations Centre For Human Settlements - UN-Habitat, 2001. 344 p. Disponível em: <<http://unhabitat.org/books/cities-in-a-globalizing-world-global-report-on-human-settlements-2001/>>. Acesso em: nov. 2015.



Fontes: 1. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014. 2. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Unidade de Estatísticas Sociais. 3. European Commission - Eurostat, Population and Housing Census 2011. 4. Bureau of the Census, Current Population on Survey.

A condição de domicílio alugado pode significar um fator a mais de vulnerabilidade para as famílias residentes, na medida em que o aluguel consome parte do orçamento domiciliar. Cabe, portanto, investigar a proporção de casos em que o aluguel corresponde a uma parcela elevada da renda domiciliar.

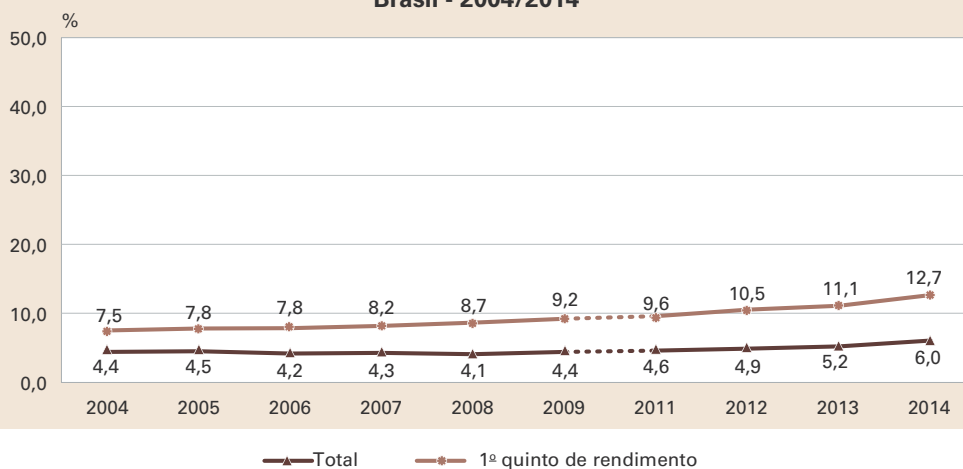
Na Síntese de Indicadores Sociais, é classificado na situação de ônus excessivo com aluguel o domicílio alugado onde o valor do aluguel mensal é igual ou excede 30,0% da renda domiciliar mensal¹⁰.

A situação de ônus excessivo com aluguel é especialmente preocupante no caso dos domicílios onde a renda domiciliar já é de antemão escassa. Assim, trabalhou-se nesta publicação com duas séries históricas, contemplando tanto a proporção de domicílios em ônus excessivo com aluguel entre o total de domicílios particulares permanentes como também a ocorrência dessa situação especificamente entre os domicílios particulares permanentes pertencentes ao 1º quinto de renda domiciliar *per capita*. A análise desse indicador está restrita aos domicílios urbanos, já que a condição de alugado é rara nas áreas rurais. Os resultados nacionais para o período entre 2004 e 2014 estão no Gráfico 6.10.

A proporção de domicílios nessa situação, no total de domicílios urbanos, se manteve estável entre 2004 e 2008, apresentando uma tendência de elevação desse ponto em diante. Em 2004 essa situação ocorria em 4,4% do total de domicílios particulares permanentes urbanos, o que equivalia a 24,6% dos domicílios urbanos alugados. Em 2014, a situação de ônus excessivo ocorria em 6,0% dos domicílios particulares permanentes urbanos, o que equivalia a 28,8% dos domicílios alugados urbanos.

¹⁰ O patamar de 30,0% da renda é utilizado por diversos órgãos nacionais e de outros países como critério para verificar se os valores dos aluguéis ou de outros preços relacionados à habitação são acessíveis aos moradores do domicílio. Como exemplo, podemos citar, no Brasil, o cálculo de Déficit Habitacional pela Fundação João Pinheiro (DÉFICIT..., 2014) ou os critérios para concessão de crédito habitacional pela Caixa Econômica Federal, e, no exterior, o conceito de Core Housing Need utilizado pelo Statistics Canada, a partir de formulação da Canada Mortgage and Housing Corporation - CMHC (DEFINITIONS..., 2014).

Gráfico 6.10 - Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com ônus excessivo com aluguel, no total e no 1º quinto de rendimento domiciliar *per capita* Brasil - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Notas: 1. Domicílios onde o valor do aluguel mensal iguala ou excede 30% da renda domiciliar mensal.

2. Exclui domicílios sem rendimento, sem declaração de rendimento ou sem declaração de valor do aluguel.

3. Não houve pesquisa em 2010.

Entre as Unidades da Federação, a proporção de domicílios nessa condição em 2014 variava entre 10,7%, no Distrito Federal, e 1,6%, no Piauí. Os resultados para cada Unidade de Federação e Região Metropolitana se encontram na Tabela 6.8 (CD-ROM).

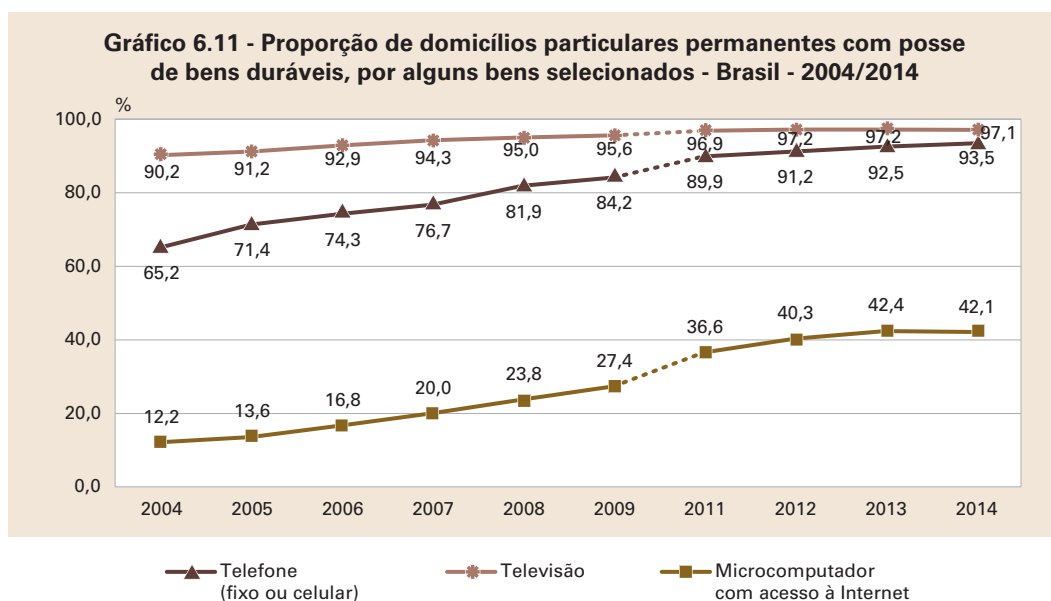
Já entre os domicílios urbanos pertencentes ao 1º quinto de renda domiciliar *per capita*, a tendência de elevação da proporção de domicílios em situação de ônus excessivo com aluguel se expressou desde o início da série e foi mais acentuada. O indicador se elevou 5,2 pontos percentuais, passando de 7,5%, em 2004, para 12,7%, em 2014. Esses números equivaliam a 50,4% dos domicílios alugados do 1º quinto de renda domiciliar *per capita* em 2004 e a 56,8% desse grupo em 2014¹¹.

Por fim, a PNAD mensura a presença no domicílio de alguns eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos. Esses bens não são meros itens de conforto ou indicadores indiretos da situação econômica dos moradores. São determinantes da forma como os moradores adquirem informações ou lidam com os afazeres domésticos, tendo, portanto, interesse específico do ponto de vista dos indicadores sociais.

Além disso, embora a disseminação desses bens esteja bastante ligada ao poder aquisitivo dos moradores, ela é influenciada também por políticas públicas, seja de tributação, regulação ou oferta da infraestrutura necessária para o usufruto do bem.

Um conjunto desses bens diz respeito às Tecnologias de Comunicação e Informação - TICs. No Gráfico 6.11 observa-se a evolução, entre 2004 e 2014, da proporção de domicílios particulares permanentes brasileiros onde havia televisão (a cores ou preto e branco), telefone (fixo ou celular) e microcomputador com acesso à Internet.

¹¹ Este comportamento pode estar relacionado à crescente valorização dos imóveis – tanto para venda quanto para locação – que ocorreu ao longo deste período.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Percebe-se que a posse de televisão já se encontrava bastante disseminada em 2004, mas continuou se expandindo gradualmente até 2011. Entre 2011 e 2014, a proporção de domicílios particulares permanentes com televisão permaneceu estável.

Partindo de um patamar muito menor, a posse de telefone avançou de forma mais acelerada, aumentando 28,3 pontos percentuais entre 2004 e 2014. O computador com acesso à Internet teve comportamento semelhante, avançando 29,9 pontos percentuais, mas não chegou ainda a atingir metade dos domicílios brasileiros¹².

Outros bens estão mais relacionados aos afazeres domésticos. Entre eles, alguns já estão bastante próximos da universalização – como o fogão, presente em 98,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros em 2014, ou a geladeira, presente em 97,6%.

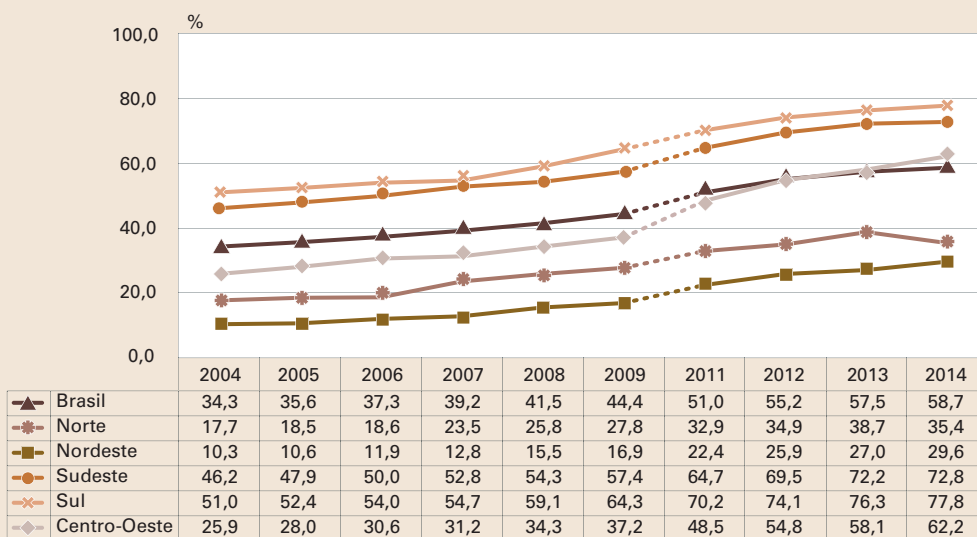
Um caso particularmente interessante é o da máquina de lavar. Em 2004, esse bem estava presente em apenas 34,3% dos domicílios particulares permanentes brasileiros. Em boa parte dos domicílios, portanto, as roupas eram lavadas manualmente¹³, uma tarefa comumente executada pelas mulheres.

O Brasil logrou expandir substancialmente, entre 2004 e 2014, a proporção de domicílios particulares permanentes com posse de máquina de lavar. Em 2014, essa proporção já era de 58,7%. A elevação foi mais intensa no período entre 2009 e 2012, como se pode observar no Gráfico 6.12.

¹² Deve-se notar, porém, que o acesso à Internet pode ser feito por outros equipamentos eletrônicos, como celulares e tablets. De acordo com os dados do suplemento da PNAD, *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2013* (2015), em 5,6% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, embora não houvesse microcomputador com acesso à Internet, dispunha-se de outros dispositivos para esse fim. Além disso, os moradores podem ainda acessar a Internet fora do domicílio.

¹³ É possível que os moradores de domicílios sem máquina de lavar adotem outras soluções, como lavar as roupas em lavanderias ou em máquinas de lavar compartilhadas. Porém, essas práticas ainda são minoritárias no Brasil, ao contrário do que ocorre em outros países.

Gráfico 6.12 - Proporção de domicílios particulares permanentes com posse de máquina de lavar roupa, por Grandes Regiões - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
 Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Percebe-se também que, no período entre 2004 e 2014, houve expansão em todas as regiões, mas ela se deu com mais vigor, em termos de pontos percentuais, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As Regiões Norte e o Nordeste, com menor proporção de posse em 2004, foram justamente aquelas onde houve menor expansão, em pontos percentuais. Esse indicador, portanto, não apresenta, no período, uma tendência de convergência entre as regiões, ao contrário de outros indicadores analisados nesta publicação.

Na Tabela 6.10 (CD-ROM), pode-se ver também a evolução da posse de máquina de lavar entre os domicílios particulares permanentes pertencentes ao 1º quinto de rendimento domiciliar *per capita*. Neste estrato a proporção de posse passou de 6,8%, em 2004, para 29,3%, em 2014. Esse indicador apresenta também variação expressiva entre as situações urbanas e rurais. Em 2014, a máquina de lavar estava presente em 64,1% dos domicílios urbanos e em apenas 25,2% dos domicílios rurais.

O conjunto de indicadores examinados indica que houve avanço nas condições de moradia no Brasil no intervalo entre 2004 e 2014, embora reste ainda uma proporção considerável de domicílios em condições precárias e persistam restrições à acessibilidade financeira das habitações, como expressa a elevação da proporção dos domicílios na condição de ônus excessivo com aluguel. É possível observar uma evolução positiva gradual dos indicadores relacionados à estrutura física e ao acesso a serviços, bem como uma evolução mais acelerada dos indicadores relacionados à posse de bens duráveis.

Referências

ACESSO à internet e à televisão posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 76 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

ALBIERI, S. *Apresentação da precisão de estimativas nas tabelas de pesquisas por amostragem do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1999. 17 p.

APRENDIZAGEM infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências-ABC, 2011. 246 p. Disponível em: <http://www.abc.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=187>. Acesso em: nov. 2015.

AVALIAÇÃO nacional da alfabetização 2014. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, set. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21091-apresentacao-ana-15-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: nov. 2015.

BALANÇO das negociações dos reajustes salariais de 2014. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, 2015. 32 p. (Estudos e pesquisas, n. 75). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2015/estPesq75balancoReajustes2014.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

BASE nacional comum curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: nov. 2015.

BOURGUIGNON, F. *The poverty-growth-inequality triangle*. 2004. 33 p. Trabalho apresentado ao Indian Council for Research on International Economic Relations, New Delhi, 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPGI/Resources/342674-1206111890151/15185_ICRIER_paper-final.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2015a]. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 136, n. 241-E, 16 dez. 1998. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do ato das disposições constitucionais transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da desvinculação das receitas da união incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da constituição federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 146, n. 216, 12 nov. 2009. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. *Coleção de leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. v. 2, p. 476. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o código de menores. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 112, n. 194, 11 out. 1979. Seção 1, p. 14946-14954. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563-13577. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996a. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 134, n. 250, 26 dez. 1996b. Seção 1, p. 28442-28444. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 140, n. 192, 3 out. 2003. Seção 1, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as leis n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a lei n. 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 144, n. 5, 8 jan. 2007a. Seção 1, p. 3-7. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do ato das disposições constitucionais transitórias; altera a lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos de [leis diversas]; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 144, n. 118, 21 jun. 2007b. Seção 1, p. 7-11. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 65, 5 abr. 2013a. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o estatuto da juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude - Sinajuve. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013b. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1-7. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Lei complementar n. 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e n. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da lei n. 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, a lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da lei n. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 152, n. 103, 2 jun. 2015b. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Poder Executivo. *Projeto de Lei n. 8.035/2010*. Aprova o plano nacional de educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório anual socioeconômico da mulher - Raseam 2014*. Brasília, DF, 2015c. 181 p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/familias_e_domicilios/default_familias_e_domicilios.shtm>. Acesso em: nov. 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/nupcialidade_fecundidade_migracao/default_nupcialidade_fecundidade_migracao.shtm>. Acesso em: nov. 2015.

CITIES in a globalizing world: global report on human settlements 2001. London: Earthscan; Nairoibi: United Nations Centre For Human Settlements - UN-Habitat, 2001. 344 p. Disponível em: <<http://unhabitat.org/books/cities-in-a-globalizing-world-global-report-on-human-settlements-2001/>>. Acesso em: nov. 2015.

COBHAM, A. *Palma vs gini: measuring post-2015 inequality*. Washington, DC: Center for Global Development - CGD, 2013. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>>. Acesso em: nov. 2015.

COBO, B.; SABOIA, A. L. *A "geração canguru" no Brasil*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2010. 11 p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_12/abep2010_2645.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013*. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, DF: CNJ, 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

CUNHA, F.; HECKMAN, J. J. Investing in our young people. *Vita e Pensiero: rivista internazionale di scienze sociali*, Milano: Università Cattolica del Sacro Cuore, v. 117, n.3, p. 387-418, 2009. Disponível em: <<http://www-news.uchicago.edu/releases/06/061115.education.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo: Centro de Economia Política: Ed. 34, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005, p. 94-111. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/97-6.PDF>>. Acesso em: nov. 2015.

DÉFICIT habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - FJP, Centro de Estatística e Informações - CEI, 2014. 19 p.

(Nota técnica, 1). Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>>. Acesso em: nov. 2015.

DEFINITIONS of variables. In: CANADA MORTGAGE AND HOUSING CORPORATION. *Hico: housing in Canada online*. Ottawa: CMHC, 2014. Disponível em: <http://cmhc.beyond2020.com/HiCOCDefinitions_EN.html>. Acesso em: nov. 2015.

DEVELOPMENT co-operation report 2013: ending poverty. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2013. 289 p. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2013_dcr-2013-en>. Acesso em: nov. 2015.

EARLY marriages, adolescent and young pregnancies: report by the secretariat. Geneva: World Health Organization - WHO, 2012. 4 p. Trabalho apresentado na 65th World Health Assembly, realizada em Geneva, 2012. Disponível em: <http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA65/A65_13-en.pdf?ua=1>. Acesso em: nov. 2015.

EDUCATION at a glance 2014: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2014. 565 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2013. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

EUROPEAN social statistics: 2013 edition. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2013. 242 p. (Eurostat pocketbooks). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-pocketbooks/-/KS-FP-13-001>>. Acesso em: nov. 2015.

EXPLANATORY note on the 2014 human development report composite indices: Chile: HDI values and rank changes in the 2014 human development report. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2014. [5] p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/CHL.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

GONZAGA, M. R.; QUEIROZ, B. L.; MACHADO, C. J. Medindo o processo de compressão da mortalidade no Brasil: uma apresentação dos indicadores. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 25, n. 2, p. 401-404, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000200014>. Acesso em: nov. 2015.

GUIDE to monitoring target 11: improving the lives of 100 million slum dwellers: progress towards the millennium development goals. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat, 2003. 15 p. Disponível em: <<http://mirror.unhabitat.org/pmss/getElectronicVersion.aspx?nr=1930&alt=1>>. Acesso em: nov. 2015.

HANDBOOK on social indicators. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1989. 154 p. (Studies in methods. Series F, n. 49). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_49e.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

HEALTH statistics and health information systems: definition of an older or elderly person: proposed working definition of an older person in Africa for the MDS project. Geneva: World Health Organization - WHO, [2013?]. Disponível em: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>>. Acesso em: nov. 2015.

HUMAN development report 2014: sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2014. 225 p. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais>. Acesso em: nov. 2015.

IN IT together: why less inequality benefits all. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2015. 332 p. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/8115091e.pdf?expires=1447250410&id=id&acname=ocid54025470&checksum=A9D09635654B2C67B6FD511E189B3964>>. Acesso em: nov. 2015.

INDICADORES básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília, DF: Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa: Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, 2008. 349 p. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/2014/10/30/indicadores-basicos-para-a-saude-no-brasil-conceitos-e-aplicacoes-livro-2a-edicao-2008-2/>>. Acesso em: nov. 2015.

INDICADORES de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 351 p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, n. 10). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm>. Acesso em: nov. 2015.

INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes out./dez. 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/>. Acesso em: nov. 2015.

INDICADORES sociais: relatório 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 441 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=28120>>. Acesso em: nov. 2015.

LIST of proposals: July 7 2015. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2015. 114 p. Disponível em: <<http://unstats.un.org/sdgs/files/IAEG-SDGs%20-%20list%20of%20proposals%20-%2020150707.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

MACROECONOMIA para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 408 p. (Eixos estratégicos do desenvolvimento brasileiro, livro 4). Projeto perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3303/1/Livro4_macroekonomiadesenvol.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

MEASUREMENT of emerging forms of families and households. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. 86 p. Trabalho elaborado pela Unece Task Force on Families and Households na Conference of European Statisticians, realizada em Geneva, 2006. Disponível em: <<http://www.unece.org/index.php?id=28690&L=0>>. Acesso em: nov. 2015.

MEDINA, F. *Consideraciones sobre el índice de gini para medir la concentración del ingreso*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, División de Estadística y Proyecciones Económicas, 2001. 42 p. (Estudios estadísticos y prospectivos, n. 9). Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S01020119.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

MOTHERHOOD in childhood: facing the challenge of adolescent pregnancy. New York: United Nations Populations Fund - UNFPA, 2013. 116 p. UNFPA state of world population 2013. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/publications/state-world-population-2013>>. Acesso em: nov. 2015.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir*. Brasília, DF: Cepal, 2010. 267 p. Trabalho originalmente apresentado em espanhol e inglês no 33º Período de Sessões da Cepal, realizado em Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/2973>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*. Santiago do Chile: Cepal, 2014a. 390 p. Trabalho originalmente apresentado em espanhol no 34º Período de Sessões da Cepal, realizado em San Salvador, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37939>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. *Pactos para a igualdade: rumo a um futuro sustentável: síntese*. Santiago do Chile: Cepal, 2014b. 74 p. Trabalho originalmente apresentado em espanhol no 35º Período de Sessões da Cepal, realizado em Lima, 2014. Disponível em: <<http://periododesesiones.cepal.org/pt-br/publicacion/pactos-para-la-igualdad-0.html>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. *Panorama social da América Latina 2014: síntese*. Santiago do Chile: Cepal, 2014c. 53 p. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37706>>. Acesso em: nov. 2015.

PALMA, J. G. *Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'inverted-u': the share of the rich is what it's all about*. Cambridge: University of Cambridge, Faculty of Economics, 2011. 65 p. (Cambridge working papers in economics - CWPE, n. 1111). Disponível em: <<http://www.econ.cam.ac.uk/dae/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL do trabalho decente no Brasil. Brasília, DF: Escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Geneva: International Labour Organization - ILO, 2009. 57 p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 123 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de informações básicas estaduais; Pesquisa de informações básicas municipais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2014/>>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 472 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de informações básicas municipais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm>. Acesso em: nov. 2015.

PESQUISA nacional de saúde 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. 98 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013_vol2/default.shtm>. Acesso em: nov. 2015.

PESQUISA nacional de saúde 2013: ciclos de vida: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. 85 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013_vol3/default.shtm>. Acesso em: nov. 2015.

PESQUISA nacional de saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 180 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

PESQUISA nacional de saúde do escolar 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. 254 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. 278 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

PLANEJANDO a próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. 62 p. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

POPULAÇÃO adulta e bônus demográfico: as décadas de oportunidade. In: MACROECONOMIA para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. p. 384-390. (Eixos estratégicos do desenvolvimento brasileiro, livro 4). Projeto perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3303/1/Livro4_macroeconomiasdesenvol.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

PORCENTAJE de personas de 20 a 24 años com educación secundaria completa por sexo. In: NACIONES UNIDAS. Comisión Económica Para América Latina y el Caribe. *Cepalstat*: base de datos. Santiago de Chile: Cepal, [2015]. Disponível em: <<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2119&idioma=e>>. Acesso em: set. 2015.

PROJEÇÃO da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060; PROJEÇÃO da população das unidades da federação por sexo e idade 2000-2030. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: nov. 2013.

PURCHASING power parities and the real size of world economies: a comprehensive report of the 2011 international comparison program. Washington, DC: World Bank, 2015. 305 p. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/ICPEXT/Resources/2011-ICP-Global-Report.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

RELACIÓN del ingreso médio entre los sexos por anos de instrucción y área geográfica. In: NACIONES UNIDAS. Comisión Económica Para América Latina y el Caribe. *Cepalstat*: base de datos. Santiago de Chile: Cepal, [2015]. Disponível em: <<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?IdAplicacion=1&idTema=8&idIndicador=2296&idioma=e>>. Acesso em: set. 2015.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, n. 4, p. 73-85, jul./dez. 1991. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/n4/n4a05.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 212 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 34). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2014/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. P. *Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress*. Paris, 2009. 291 p. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/default.asp?page=dossiers_web/stiglitz/documents-commission.htm>. Acesso em: nov. 2015.

SUSTAINABLE development goals. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, [2015]. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/topics>>. Acesso em: nov. 2015.

TÁBUAS completas de mortalidade por sexo e idade: Brasil 2012: breve análise da mortalidade no período 2011-2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 17 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2012/notastecnicas.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

TOWARDS a system of social and demographic statistics. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 1975. 187 p. (Studies in methods. Series F, n. 18). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/pubs/gesgrid.asp?id=8>>. Acesso em: nov. 2015.

TURRA, C. M.; QUEIROZ, B. L. Before it's too late: demographic transition, labour supply, and social security problems in Brazil. In: UNITED NATIONS EXPERT GROUP MEETING ON SOCIAL AND ECONOMIC IMPLICATIONS OF CHANGING POPULATION AGE STRUCTURES, 2005, Mexico, DF. *Proceedings...* New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2007. p. 103-118. Disponível em: <www.un.org/esa/population/meetings/Proceedings_EGM_Mex_2005/turra.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General comment n. 4: the right to adequate housing: art.11 (1) of the covenant*. 1991. [6] p. Trabalho apresentado na 6th Session of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights, realizada em Geneva, 1991. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CESCR/Shared%20Documents/1_Global/INT_CESCR_GEC_4759_E.doc>. Acesso em: nov. 2015.

WILMOTH, J. R.; HORIUCHI, S. E. Rectangularization revisited: variability of age at death within human populations. *Demography*, Silver Spring: Population Association of America - PAA; New York: Springer, v. 36, n. 4, p. 475-495, Nov. 1999. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.2307%2F2648085>>. Acesso em: nov. 2015.

WORLD employment and social outlook: trends 2015. Geneva: International Labour Office - ILO, 2015a. 100 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015/WCMS_337069/lang--en/index.htm>. Acesso em: nov. 2015.

WORLD population prospects: the 2015 revision: key findings and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2015b. 59 p. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em: nov. 2015.

Anexo

Quadro 1 - Classificação das estimativas quanto à precisão

Indicador	Intervalo do coeficiente de variação CV (%)	Conceito
Z	Zero	Exata
A	Até 5	Ótima
B	Mais de 5 a 15	Boa
C	Mais de 15 a 30	Razoável
D	Mais de 30 a 50	Pouco precisa
E	Mais de 50	Imprecisa

Fonte: Baseado em Albieri (1999).

Glossário

abastecimento de água por rede geral Forma de abastecimento de água em que o domicílio particular permanente é servido por água proveniente de uma rede de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa o domicílio.

acesso à iluminação elétrica Existência de iluminação elétrica no domicílio particular permanente, independentemente de ser proveniente de uma rede geral ou obtida de outra forma (gerador, conversor de energia solar, etc).

adensamento domiciliar excessivo Categoria em que se classifica o domicílio particular permanente que tem um número médio superior a três moradores por cômodo utilizado como dormitório.

afazeres domésticos Exercício, no domicílio de residência, de tarefas que não se enquadram no conceito de trabalho, tais como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

alfabetização Ver pessoa alfabetizada

aluguel mensal Valor do aluguel do domicílio particular permanente alugado relativo ao mês de referência da pesquisa.

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início em: 1 ano, a partir da primeira série concluída com

aprovação de curso de ensino fundamental (com duração de 8 anos), de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas que não declaram a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração. No período de transição da mudança da duração do ensino fundamental de 8 para 9 anos, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo; a segunda série, em 1 ano de estudo; e assim sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

aposentadoria Pagamento mensal vitalício efetuado ao segurado em virtude de tempo de contribuição, idade, invalidez permanente ou trabalho exercido sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. A aposentadoria por tempo de contribuição é devida ao segurado que completa, no mínimo, 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, exceto os casos especiais. A aposentadoria por idade é devida ao segurado que completa 65 anos de idade, se do sexo masculino, ou 60 anos, se do sexo feminino; no caso do trabalhador rural, esses limites são de 60 anos e 55 anos, respectivamente. A aposentadoria por invalidez é devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, é considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. O aposentado por invalidez tem cancelada a aposentadoria se voltar voluntariamente à atividade, ao contrário dos outros tipos de aposentadorias, que são vitalícias.

arranjo familiar com parentesco Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco residentes na mesma unidade domiciliar. Neste tipo de arranjo, podem ou não ser residentes, na mesma unidade domiciliar, as pessoas ligadas por dependência doméstica e/ou normas de convivência.

arranjo familiar convivente Ver família convivente

arranjo familiar sem parentesco Conjunto de pessoas ligadas por normas de convivência residentes na mesma unidade domiciliar. Neste tipo de arranjo, podem ou não ser residentes, na mesma unidade domiciliar, as pessoas ligadas por dependência doméstica.

arranjo unipessoal Pessoa que mora em uma unidade domiciliar sem outras pessoas ligadas por laços de parentesco ou normas de convivência. Neste tipo de arranjo, podem ou não ser residentes, na mesma unidade domiciliar, as pessoas ligadas por dependência doméstica.

atividade Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores conta própria, a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

banheiro Cômodo destinado a banho e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

bônus demográfico Momento em que a estrutura etária da população tem um grande contingente de pessoas em idade produtiva (normalmente definido de 15 a 59 anos) e um menor número de idosos e crianças. Trata-se de uma oportunidade para o crescimento econômico.

cargo de direção Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações-Domiciliar - CBO-Domiciliar que inclui as seguintes ocupações: membros superiores e dirigentes do poder público, dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público) e gerentes.

classificação de atividades Ver Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar

Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar Adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A CNAE tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU), 3ª revisão, das Nações Unidas.

coleta direta do lixo Quando o lixo do domicílio é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio;

coleta indireta de lixo Quando o lixo do domicílio é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhe.

condição de ocupação do domicílio Classificação do domicílio particular permanente em: próprio já pago – quando o domicílio é de propriedade, total ou parcial, de morador, estando integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; próprio ainda pagando aquisição – quando o domicílio é de propriedade, total ou parcial, de morador, e não está integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; alugado – quando o aluguel do domicílio é, total ou parcialmente, pago por morador; cedido – quando o domicílio é cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação, inclusive o domicílio cujo aluguel é integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou outra – quando o domicílio é ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

condição no domicílio e na família Classificação dos componentes do domicílio (ou da família) quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência ou seu cônjuge, em: pessoa de referência – pessoa responsável pelo domicílio (ou pela família) ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge – pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência do domicílio (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial; filho – pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência do domicílio (ou

da família) ou do seu cônjuge; outro parente – pessoa que tem qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência do domicílio (ou da família) ou com o seu cônjuge; agregado – pessoa que não é parente da pessoa de referência do domicílio (ou da família) nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação; pensionista – pessoa que não é parente da pessoa de referência do domicílio (ou da família) nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação; empregado doméstico – pessoa que presta serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) do domicílio (ou da família); ou parente do empregado doméstico – pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) do domicílio (ou da família).

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

contribuinte para instituto de previdência Pessoa que contribui para instituto de previdência, federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil da União), estadual (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais), ou municipal (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tem na semana de referência. Na base de dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, o contribuinte pessoa física constitui toda pessoa física que contribui para a Previdência Social a partir do cruzamento de informações de distintas bases a fim de se evitar a duplicidade de a mesma pessoa ser registrada como “empregado” ou na categoria “outros contribuintes”, consolidando suas contribuições.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

decis de renda Ver divisão em percentis de renda

divisão em percentis de renda Procedimento que visa agrupar as unidades de análise desejadas em grupos definidos a partir de uma medida de rendimento. Um exemplo é a divisão em quintos de renda, na qual se obtém 5 grupos, cada um com 20% das unidades desejadas. Assim, o primeiro quinto de renda possui as 20% unidades mais pobres, e o último quinto possui as 20% unidades mais ricas. Tal divisão é realizada por meio de um procedimento que calcula a proporção da população acumulada após ordenação da base pela variável de renda desejada. Para contornar a grande densidade de empates em alguns valores específicos de renda (como o salário mínimo), que, em conjunto com a ordenação da amostra por Unidades da Federação, geraria uma alocação sistemática das unidades localizadas nos estados das Regiões Norte e Nordeste no grupo inferior (mais pobre), procede-se à randomização inicial da base.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente – localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado – localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

domicílio particular improvisado *Ver em* domicílio particular

domicílio particular permanente *Ver em* domicílio particular

dormitório Cômodo que está em caráter permanente sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

educação de jovens e adultos Modalidade da educação oferecida às pessoas de 15 anos ou mais de idade que não tiveram acesso ou continuidade de estudo, na idade apropriada, no ensino fundamental ou às pessoas de 18 anos de idade que não tiveram acesso ou continuidade de estudo, na idade apropriada, no ensino médio. No passado, a educação de jovens e adultos teve as seguintes denominações: artigo 99 e supletivo.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

esgotamento sanitário por rede coletora Forma de esgotamento em que o escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores do domicílio particular permanente está ligado a um sistema de coleta que os conduz a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada.

esperança de vida ao nascer Número médio de anos de vida que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito ao padrão de mortalidade observado em dada população durante um dado período.

esperança de vida aos 60 anos de idade Número médio de anos de vida que uma pessoa de 60 anos de idade esperaria viver se estivesse sujeito ao padrão de mortalidade observado em dada população durante um dado período.

família Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família; e, por normas de convivência, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

família reconstituída Família formada por casais que coabitam com uma ou mais crianças, em que ao menos uma criança não é filha de ambos os corresidentes.

famílias conviventes Famílias que residem na mesma unidade domiciliar com uma família principal; devem ser constituídas por, no mínimo, duas pessoas em cada família.

fecundidade adolescente Taxa específica de fecundidade das jovens de 15 a 19 anos de idade. Corresponde à razão entre o número de filhos nascidos vivos das mulheres de 15 a 19 anos de idade, no ano, e o número de mulheres neste mesmo grupo etário, no mesmo ano. Normalmente o indicador é multiplicado por 1 000.

horas gastas em afazeres domésticos Número de horas que a pessoa habitualmente dedica por semana aos afazeres domésticos.

horas trabalhadas no trabalho principal Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal.

índice (ou coeficiente) de Gini Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de "0" (situação onde não há desigualdade) e "1" (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

índice (ou coeficiente) de Palma Medida de desigualdade relativa também conhecida como "razão 10/40". É obtida a partir da razão entre o rendimento acumulado pelos 10% da população com maiores rendimentos em relação aos 40% da população com menores rendimentos.

média de anos de estudo Total de anos de estudo das pessoas de uma determinada idade dividido pelo total de pessoas do mesmo grupo etário.

média de moradores por domicílios Total de habitantes residentes em domicílios particulares dividido pelo total de domicílios particulares.

média de moradores por dormitório Total de habitantes residentes em domicílios particulares permanentes dividido pelo total de cômodos utilizados de forma constante como dormitório nos domicílios particulares permanentes.

nível da ocupação Percentagem das pessoas ocupadas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

ônus excessivo com aluguel Categoria em que se classifica o domicílio particular permanente alugado, cujo valor do aluguel iguala ou supera a proporção de 30% da renda domiciliar mensal.

outro trabalhador não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

paredes construídas predominantemente com materiais duráveis Quando as paredes externas do prédio onde se localiza o domicílio particular permanente são predominantemente de alvenaria (tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente), taipa revestida ou madeira aparelhada.

período reprodutivo *Ver em* taxa de fecundidade total

períodos de referência Períodos fixados para a investigação das características de interesse da pesquisa. Na PNAD 2014, os períodos de referência são: data de referência - dia 27 de setembro de 2014; semana de referência – semana de 21 a 27 de setembro de 2014; mês de referência – mês de setembro de 2014; e período de referência de 365 dias – período de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014.

pessoa alfabetizada Pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, inclusive a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever.

pessoa de referência *Ver em* condição no domicílio e na família

pessoa desocupada Pessoa sem trabalho, que tomou alguma providência efetiva de procura de trabalho na semana de referência.

pessoa ocupada Pessoa com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população economicamente ativa População na condição de ocupada ou desocupada.

população projetada População estimada por meio do Método das Componentes Demográficas, que leva em consideração a fecundidade, a mortalidade e a migração.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo, ou trabalhador na construção para o próprio uso. Para efeito de divulgação, as categorias “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” e “outro trabalhador não remunerado” são reunidas em uma única, denominada “não remunerado”.

posse de máquina de lavar roupa Existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação), no domicílio particular permanente.

posse de microcomputador com acesso à Internet no domicílio Existência de microcomputador, inclusive portátil, exclusive aparelhos de tipo *tablet*, no domicílio particular permanente.

posse de telefone Existência de telefone, fixo ou celular, no domicílio particular permanente.

posse de televisão Existência de televisão, preto e branco ou em cores, no domicílio particular permanente.

probabilidade de morte com 15 a 29 anos de idade Número de pessoas que morrem com 15 a 29 anos de idade em cada 1 000 pessoas que atingem os 15 anos de idade, na população residente em determinado ano.

probabilidade de morte com 15 a 59 anos de idade Número de pessoas que morrem com 15 a 59 anos de idade em cada 1 000 pessoas que atingem os 15 anos de idade, na população residente em determinado ano.

procura de trabalho Tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho: contato estabelecido com empregadores; prestação de concurso; inscrição em concurso; consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; resposta a anúncio de emprego; solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; tomada de medida para iniciar negócio etc.

quintos de renda *Ver divisão em percentis de renda*

razão de dependência de idosos Razão entre a população idosa considerada inativa (60 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade). Normalmente o indicador é multiplicado por 100.

razão de dependência de jovens Razão entre a população jovem considerada inativa (0 a 14 anos de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade). Normalmente o indicador é multiplicado por 100.

razão de dependência total Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 60 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade). Normalmente o indicador é multiplicado por 100.

razão de rendimentos Relação entre os rendimentos médios mensais das pessoas de determinado grupo etário, com rendimento, em determinados estratos (décimos) populacionais ordenados em forma crescente de rendimentos. A razão 10/40 relaciona o rendimento dos 10% com maiores rendimentos com os 40% com menores rendimentos; a razão 20/20 relaciona o rendimento dos 20% com maiores rendimentos com os 20% com menores rendimentos; a razão 1/50 relaciona o rendimento do 1% com maiores rendimentos com os 50% com menores rendimentos.

razão de sexo Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população. Normalmente o indicador é multiplicado por 100.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento-hora do trabalho principal Média do rendimento do trabalho principal dividido pela média do número de horas trabalhadas.

rendimento mensal de outras fontes O rendimento mensal de outras fontes compreende: a) o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e b) o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc.

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para empregados e trabalhadores domésticos – remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o rendimento sem excluir o salário-família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º salários etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Para empregadores e conta própria – retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explora um empreendimento como conta própria ou empregadora. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho etc.) relativo ao mês de referência da pesquisa. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebem apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, são incluídos no grupo “sem rendimento”.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal familiar Soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal familiar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive os daqueles cuja condição no arranjo é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos, considera-se o valor nacional em vigor no mês de referência da pesquisa.

sanitário Cômodo ou local limitado por paredes de qualquer material, coberto, ou não, por um teto, que dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

taxa de abandono escolar precoce Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam estudando.

taxa de analfabetismo Proporção de pessoas analfabetas de determinado grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

taxa de atividade Proporção de pessoas ocupadas ou desocupadas (população economicamente ativa) em relação ao total de pessoas em um determinado grupo etário.

taxa de conclusão do ensino fundamental Proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do ensino fundamental (de 17 a 19 anos de idade) que concluíram esse nível.

taxa de conclusão do ensino médio Proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do ensino médio (de 20 a 22 anos de idade) que concluíram esse nível.

taxa de desocupação Proporção de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas em um determinado grupo etário.

taxa de escolarização Ver taxa de frequência escolar bruta

taxa de fecundidade total Número médio de filhos nascidos vivos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a um determinado padrão de fecundidade. O período reprodutivo está compreendido entre os 15 e os 49 anos de idade.

taxa de frequência escolar bruta Proporção de pessoas de um determinado grupo etário que frequenta escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

taxa de frequência escolar líquida Proporção de pessoas que frequenta escola no nível de ensino adequado à sua faixa etária, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária, excluindo as que já completaram esse nível.

taxa de mortalidade infantil Número de óbitos infantis (menores de 1 ano de idade) em uma população em relação ao número de nascidos vivos, em determinado ano, multiplicado por 1 000.

taxa de urbanização Proporção da população da área urbana em relação à população total.

taxa específica de fecundidade Razão entre o número de filhos nascidos vivos, no ano, e o número de mulheres no grupo etário considerado, no mesmo ano. Normalmente o indicador é multiplicado por 1 000.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha em serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; ou d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho formal Trabalho com carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos; militares e funcionários públicos estatutários, bem como os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social.

trabalho informal Trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

uso do banheiro ou sanitário Classificação do uso do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente em: só do domicílio - quando o banheiro ou sanitário é de uso exclusivo dos moradores do domicílio; ou comum a mais de um domicílio - quando o banheiro ou sanitário é de uso comum dos moradores do domicílio e de pelo menos um outro domicílio localizado no mesmo terreno ou propriedade.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Barbara Cobo Soares

Coordenação geral da Síntese de Indicadores Sociais

André Geraldo de Moraes Simões

Revisão final dos textos

Barbara Cobo Soares

Claudio Dutra Crespo

André Geraldo de Moraes Simões

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Cíntia Simões Agostinho

Paulo César Dick

Análise dos resultados

Aspectos demográficos

Cíntia Simões Agostinho

Marcio Mitsuo Minamiguchi

Grupos Sociodemográficos

Cíntia Simões Agostinho

Educação

Betina Fresneda

Trabalho

Cristiane Soares

Distribuição de renda

Leonardo Athias

Domicílios

Bruno Perez

Nilo César Coelho da Silva

Colaboradores

Maria Clara Chaves Lopes (Estagiária)

Izabela Taitson Vieira (Estagiária)

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Katia Vaz Cavalcanti

Fernanda Maciel Jardim

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Aline Carneiro Damacena

Beth Fontoura

Fernanda Maciel Jardim

Helena Maria Mattos Pontes

Simone Mello

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Edgar de Albuquerque Santanna (Estagiário)

Elizabeth de Carvalho Faria

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quarta capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Série Estudos e Pesquisas

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil n. 25, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e idade - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, n.30, 2010.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007- 2010, n.31, 2013

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013, n. 32, 2013.

Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, n. 33, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014, n. 34, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015, n. 35, 2015.

Informação geográfica - ISSN 1517-1450

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores estruturantes da dimensão socioeconômica da bacia hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de recursos naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015, n. 109, 2015

Informação econômica - ISSN 1679-480X

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004. 2. ed. 2004.

Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.

Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.

Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.

Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.

O setor de tecnologia da informação e comunicação no Brasil, 2003-2006, n.11, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.

Demografia das empresas 2008, n. 14, 2010.

Estatísticas de empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.

Demografia das empresas 2009, n. 16, 2011.

Demografia das empresas 2010, n. 17, 2012.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n.18, 2012.

Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n.20, 2012.

Demografia das Empresas 2011, n. 21, 2013.

Estatísticas de Empreendedorismo 2011, n. 22, 2013.

Demografia das Empresas 2012, n. 23, 2014.

Estatísticas de Empreendedorismo 2012, n. 24, 2014.

Demografia das Empresas 2013, n. 25, 2015.

Estatísticas de Empreendedorismo 2013, n. 26, 2015.